UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS

RAFAEL ARLEY GOMES DA SILVA ALMEIDA

DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA: versões
weberiana e marxista de análise

Maceió

2020

RAFAEL ARLEY GOMES DA SILVA ALMEIDA

DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA:

Versões weberiana e marxista de análise

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. Reivan Marinho de Souza

Maceió

2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Biblioteca Central Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

A447d Almeida, Rafael Arley Gomes da Silva.
Desenvolvimento e dependência na América Latina : versões weberiana
e marxista de análise / Rafael Arley Gomes da Silva Almeida. – 2021.
124 f.

Orientadora: Reivan Marinho de Souza.
Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de
Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 120-124.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Dependência (Marxismo). 3.
Dependência (weberianismo) 4. América Latina. I. Título.

CDU: 316.26/.282

“Eu não estou interessado
Em nenhuma teoria
Nem nessas coisas do oriente
Romances astrais
A minha alucinação
É suportar o dia-a-dia
E meu delírio
É a experiência
Com coisas reais”.

(ALUCINAÇÃO)

BELCHIOR

Isto será a eternidade:
um incessante subir de escadas.

E sempre estarás no começo da escadaria
muito embora todos os dias sejam degraus.

Deus, porque fizeste a eternidade?
Porque nos obrigas a subir tantas escadas?

LÊDO IVO

À força e coragem de minha avó, Julita,
Aos meus pais, aos meus irmãos e à Natália.

AGRADECIMENTOS

Concluir esta pesquisa foi uma grande conquista. Para além da modesta contribuição acadêmica, esta pesquisa, em especial, representou um momento de superação que requereu bastante dedicação, paciência e empenho. Por óbvio, não haveria de concluí-la sem que houvesse o auxílio, a sensibilidade e o importante sentimento de muitas pessoas. Dedico estas linhas a estes sujeitos que de algum modo me valeram até aqui.

Aos meus pais, por me lançar aos desafios da vida e por dedicarem todo suporte e força na certeza de que os conquistaria;

Aos meus irmãos, Rhandel e Renato, pela amizade e sensibilidade durante esta jornada.

À Natalia, minha companheira de todas as horas, por toda entrega e afeto que dedicou, mesmo nos momentos de difíceis ausências em decorrência dos longos dias de estudos;

À minha orientadora, Reivan, pelo acompanhamento, conselhos honestos e por toda a fiel contribuição no decorrer da pesquisa. Sobretudo, pela força depositada nos momentos de maior dificuldade pessoal, os quais, em alguns momentos, julguei não conseguir superá-los;

À banca de defesa, composta pelos professores Lúcio Verçoza e Edlene Pimentel. Dois amigos e intelectuais valorosos, que não hesitaram em aceitar o convite e dedicaram todo o empenho e atenção na avaliação e aperfeiçoamento deste trabalho.

Ao amigo Francisco, por toda assistência, força e incontáveis horas ao telefone dedicadas ao cumprimento deste desafio.

À Ana Maria, amiga dedicada, por todo estímulo, diálogos, orientações e apoios nos momentos mais importantes;

À Rosinha, minha amiga, protetora e torcedora fiel! Por toda preocupação e força;

Ao amigo Humberto, Franqueline e Clarissa, pelos auxílios e lealdade;

À Christiane e Samyra, pelo compartilhamento das angústias e, sobretudo, da felicidade a cada etapa superada e aos demais colegas de turma, em especial ao Café da Quinta, pela parceria em tantos momentos e por juntos compartilharmos conhecimento na pós-graduação;

Aos amigos Niara, Wibsson, Distéfano, Fabinha, Leivan, Évio, André, Elissandra e Alex por todo apoio e afeição;

Ao meu amigo Tadeu, *in memoriam*, pela humanidade incomparável;

À Lúcia e Walter, pelo acolhimento e auxílio.

Aos meus tios e tias, primas e primos pelo incessante estímulo;

Aos professores da PPGSS, por toda contribuição e confiança nestes anos de estudo.

Às técnicas administrativas, Quitéria, Lívia, Carol e Mari, pela torcida, atenção e solicitude.

À CAPES, pelo financiamento desta pesquisa proporcionou;

À Universidade pública brasileira que me acolheu e me elevou;

Aos demais, que direta e indiretamente, de alguma forma contribuíram para este êxito, meu muitíssimo obrigado!

RESUMO

A dissertação intitulada “Desenvolvimento e Dependência na América Latina: versões weberiana e marxista de análise” investiga o surgimento das ideias e das propostas desenvolvimentistas no Brasil e na América Latina e sua relação com a Teoria da Dependência, a partir do resgate das versões weberiana e marxista de análise. Orienta-se por uma pesquisa teórica, utilizando-se da pesquisa bibliográfica e documental como procedimento metodológico, cuja referência são as obras clássicas sobre desenvolvimentismo brasileiro e latino-americano e a Teoria da Dependência. Resgata-se o processo de instituição das ideias desenvolvimentistas, destacando a identidade entre as elaborações da Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina e Caribe/ CEPAL, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros/ISEB e do Partido Comunista Brasileiro/ PCB. Esta identidade verifica-se na perspectiva do programa desenvolvimentista pelo qual se buscava romper as barreiras da subordinação econômica e política dos estados nacionais localizados na periferia do capitalismo. Nesse contexto, identifica-se a crítica metodológica ao desenvolvimentismo cepalino realizada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, através da análise da obra Dependência e Desenvolvimento na América Latina (1967), na qual os autores desenvolvem um contraponto teórico na apreensão das particularidades do subdesenvolvimento e apresentam a tese da dependência associada. Por fim, realiza-se o destaque das elaborações de autores da Teoria Marxista da Dependência. Esta formulação teórica realiza também a crítica ao desenvolvimentismo, mas de modo distinto da versão weberiana de Cardoso e Faletto. O estudo das obras dos principais autores desta versão, com destaque para Andre Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, expressam a crítica marxista à versão weberiana da dependência, os quais desenvolvem uma arrojada interpretação das particularidades, limites e possibilidades do capitalismo periférico dependente.

Palavras-chaves: Desenvolvimento; Dependência; América Latina.

ABSTRACT

The dissertation entitled "Development and Dependence in Latin America: weberian and Marxist versions of analysis" investigates the emergence of developmentalist ideas and proposals in Brazil and Latin America and their relationship with the Theory of Dependence, from the rescue of the weberian and Marxist versions of analysis. It is guided by theoretical research, using bibliographic and documentary research as methodological procedure, whose reference are the classical works on Brazilian and Latin American developmentalism and the Theory of Dependence. The process of establishing developmentalist ideas is rescued, highlighting the identity between the elaboration of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean/ ECLAC, the Higher Institute of Brazilian Studies/ISEB and the Brazilian Communist Party/ PCB. This identity is verified from the perspective of the developmentalist program that sought to break down the barriers of economic and political subordination of the national states located on the periphery of capitalism. In this context, the methodological critique of ECLAC developmentalism by Fernando Henrique Cardoso and Enzo Faletto is identified through the analysis of *Dependence and Development in Latin America* (1967), in which the authors develop a theoretical counterpoint in their understanding of the particularities of underdevelopment and present the thesis of associated dependency. Finally, the authors of the Marxist Theory of Dependence are highlighted. This theoretical formulation also criticizes developmentalism, but in a different way from the weberian version of Cardoso and Faletto. The study of the works of the main authors of this version, especially Andre Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos and Vânia Bambirra, express the Marxist critique of the weberian version of dependence, which develop a bold interpretation of the particularities, limits and possibilities of peripheral dependent capitalism.

Keywords: Development; Dependency; Latin America

SIGLAS

ANL - ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA

BIRD - BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

BNDE - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

CDI- COMISSÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA

CEPAL- COMISSÃO ECONÔMICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA E O CARIBE

CNPA - COMISSÃO NACIONAL DE POLÍTICA AGRÁRIA

CNPQ- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

COMECON - CONSELHO DE ASSISTÊNCIA ECONÔMICA MÚTUA (COMECON)

ECOSOC - CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL DAS NAÇÕES UNIDAS

ELETROBRÁS- CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A

FMI - FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

IBESP - INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA

ISEB – INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS

ILPES (INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL)

PC'S- PARTIDOS COMUNISTAS

PCB- PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

PCUS - PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA

TMD – TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

UnB – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. ANTECEDENTES DA DEPENDÊNCIA: A CEPAL, O ISEB E O PCB.....	12
2.1. A crítica ao modelo de desenvolvimento eurocêntrico: o estruturalismo cepalino e a origem da teoria latino-americana do desenvolvimento.....	13
2.1.1. O Programa nacional-desenvolvimentista como alternativa ao subdesenvolvimento do capitalismo periférico: industrialização, Estado soberano e aliança de classes.....	19
2.2. O impulso nacional-desenvolvimentismo à brasileira do ISEB: a revolução capitalista e a revolução nacional.....	23
2.3. O PCB e o desenvolvimento capitalista no Brasil: a gênese do capitalismo brasileiro e a etapa da revolução burguesa brasileira.....	39
2.4. O Golpe de 1964 e o fim das utopias desenvolvimentistas: caminhos para o surgimento das escolas da dependência.....	37
3. DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA SEGUNDO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E ENZO FALETTO.....	42
3.1. A Crítica ao desenvolvimentismo cepalino na óptica de FHC e Faletto.....	44
3.2. Desenvolvimento integrado: Alicerce para a análise sociológica da dependência.....	52
3.3. A dependência em processo: O subdesenvolvimento nacional, a expansão para fora, o momento de transição a questão do estado.....	59
3.4. O Novo caráter da dependência: A teoria da dependência associada, vocação política e a influência weberiana em Cardoso e Faletto.....	66
4. A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA.....	74
4.1. Andre Gunder Frank: O desenvolvimento do subdesenvolvimento, crítica ao desenvolvimentismo; bases e alicerces para dependência.....	76
4.2. Marini e a Dialética da Dependência: O Subimperialismo e Superexploração do trabalho.....	88
4.3 Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos: os limites do desenvolvimentismo no capitalismo dependente.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS.....	115

1. INTRODUÇÃO

Os estudos das particularidades políticas, sociais e econômicas da América Latina são objeto secular das investigações intelectuais. Estas investigações buscam, geralmente, apreender o processo da formação social-histórica do continente pelo qual se constituiu uma condição singular de desenvolvimento. Esta condição singular, por sua vez, é caracterizada, fundamentalmente, pela constatação de que o desenvolvimento latino-americano é limitado, restrito e configurado a partir do atrelamento com interesses externos. Diante da problemática do subdesenvolvimento, conformaram-se no curso da história diversos esforços teórico-metodológicos na busca de encontrar as chaves para o entendimento e superação desta condição particular, entre estes esforços, destacam-se as Teorias da Dependência.

O interesse por essa pesquisa surgiu pelo fato de que, se por um lado, hoje em dia é presente a informação de que a teoria da dependência buscou desvendar a problemática do subdesenvolvimento na periferia, por outro ainda guardam dúvidas o entendimento enquanto conformação teórica. Desse modo, buscamos ao longo da pesquisa responder às seguintes indagações: Quais os antecedentes históricos que possibilitaram o surgimento da teoria da dependência? Quais as inspirações das teorias do desenvolvimento na América Latina que constituem as teorias da dependência? E, por fim, quais as versões da teoria da dependência e as especificidades presentes nas elaborações destes teóricos?

Para responder às questões acima elencadas realizou-se uma pesquisa teórica, utilizando-se da modalidade bibliográfica e documental como procedimento metodológico, cujo objetivo central da pesquisa foi resgatar os antecedentes históricos das teorias da dependência, destacando as distinções e similaridades entre duas escolas interpretativas da dependência: a primeira, caracterizada pelos estudos de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto e, a segunda, desenvolvida por Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos. Tem-se como pressuposto que ambas as escolas distinguem-se pelo quesito interpretativo e metodológico. Enquanto Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto referenciaram-se por uma conjunção de aportes teóricos de inspiração weberiana; a análise da dependência liderada por Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos irá destacar-se pela vinculação metodológica ao marxismo. Por outro lado, procuram-se também demonstrar nesta dissertação as similaridades entre ambas as análises. Um argumento fundamental que orientou nossa pesquisa trata-se do fato de que tanto a escola weberiana da dependência, quanto a marxista partem da crítica às teorias do desenvolvimento de orientação cepalina.

Neste sentido, foi resgatado o contexto histórico que originou a teoria desenvolvimentista latino-americana, destacando três instituições protagonistas nas análises da condição do subdesenvolvimento periférico do continente: a Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina e o Caribe – CEPAL, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB e os partidos Comunistas, de orientação da Terceira Internacional, no caso brasileiro o Partido Comunista Brasileiro – PCB. Optou-se pelo resgate das categorias centrais nas elaborações do programa desenvolvimentista, pois entende-se que nestas formulações, seja pelas rupturas ou pelas continuidades, está o impulso teórico que culminou nas escolas da dependência.

A dissertação está dividida em três seções. Na primeira seção são apresentadas as ideias desenvolvimentistas, como por exemplo, os antecedentes históricos das teorias da dependência. Realiza-se uma análise sintética da origem da CEPAL, entendendo esse surgimento como resultante das particularidades do subdesenvolvimento periférico. Também é analisada a motivação e as categorias presentes no programa desenvolvimentista cuja execução buscava romper as barreiras da subordinação econômica e política dos estados nacionais, localizados na periferia do capitalismo. Cabe destacar que, em virtude das escolas da dependência terem surgido no Brasil, decidiu-se resgatar, também, as instituições que aportaram à teoria desenvolvimentista no país. Optou-se por apresentar uma reflexão das teses defendidas pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB e pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB. Defende-se, portanto, que ambas as instituições, complementam-se aos esforços da CEPAL e constituíram as bases do movimento desenvolvimentista no Brasil.

Na segunda seção expõe-se a análise da dependência formulada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto em sua obra clássica: *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Nesta obra, os autores desenvolvem a crítica à interpretação cepalina do subdesenvolvimento e apresentam a tese da dependência-associada ou interdependência. Identificam a condição de dependência como resultado da formação colonial capitalista da América Latina e constroem um contraponto às elaborações da CEPAL ao ressaltar o formato da formação, as relações de dominação dos grupos e classes sociais periféricas e as conexões políticas e econômicas destes aos interesses externos, como chaves para o entendimento do subdesenvolvimento e da dependência. Ao final da seção, apresenta-se uma reflexão sintética das categorias desenvolvidas pelos autores para demonstrar as similitudes com os conceitos de Marx Weber.

Na última seção, reflete-se sobre as elaborações de autores da Teoria Marxista da Dependência, que trabalham com o mesmo pressuposto da escola weberiana ao afirmar que o

impulso desta formulação teórica também parte da crítica ao desenvolvimentismo. Inicialmente, são resgatadas as elaborações do sociólogo alemão Andre Gunder Frank, autor do texto *O Desenvolvimento do Subdesenvolvimento*, através do qual apresenta-se outra interpretação do subdesenvolvimento periférico. Para Gunder Frank, desenvolvimento e subdesenvolvimento são duas faces do mesmo processo de integração e expansão capitalista pela via colonial. Ao final, demonstra-se como as hipóteses levantadas por Gunder Frank serviram de base para a constituição da escola marxista da dependência através do estudo das obras dos principais autores desta versão, com destaque para Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. Abordamos, por fim, os fundamentos e as categorias principais desenvolvidas pelos precursores da TMD, destacando o aporte ao marxismo como fundamento para interpretação das particularidades, limites do capitalismo periférico dependente, bem como as possibilidades para sua superação.

Foi empreendido um esforço argumentativo e explicativo, ao longo da dissertação, no sentido de delinear as principais características das escolas da dependência, compreendendo-as como importante suporte teórico para o entendimento das formas particulares da reprodução capitalista nas regiões periféricas. Verifica-se, ainda, que os resultados do presente estudo poderão contribuir para o Serviço Social na medida em que pretende aproximar-se das análises acerca das singularidades da formação histórica latino-americana, dado que possibilita a apreensão das distinções estruturais pelas quais expressam-se a “questão social” no capitalismo dependente.

Finalmente, optou-se nesta pesquisa por desenvolver uma abordagem analítica que permitisse a apreensão dos fundamentos do desenvolvimento e suas implicações com a teoria da dependência. Desse modo, faz-se necessário destacar que, por suposto, este estudo não pretende esgotar as análises do presente objeto, pois buscar-se-á em futuras pesquisas aprofundar novos elementos.

2. ANTECEDENTES DA DEPENDÊNCIA: A CEPAL, O ISEB E O PCB

As formulações da Teoria Marxista da Dependência (TMD) são, sem dúvida, contribuições de caráter imperativo à leitura da realidade concreta de qualquer país que não esteja enquadrado como pertencente aos centros globais do capitalismo mundial. No entanto, não foi incomum que no Brasil, principalmente e ironicamente, estas formulações tenham sido confundidas, embaraçadas ou simplesmente excluídas dos entornos.

Este movimento não ocorreu de modo natural, ao contrário. O exílio¹ da TMD, em espaços acadêmicos e intelectuais, foi encoberto por uma nebulosa penumbra que constitui uma parte das incompreensões interpretativas do processo histórico brasileiro que forjou e sustentou um vivo, porém duro, conflito político e debate intelectual nas décadas de 1960 e 1970. Podem-se destacar dois marcos fundamentais: de um lado, na esfera política, o golpe cívico-militar de 1964 que engendrou uma conjuntura de perseguição e destruição do pensamento crítico em solo brasileiro; do outro, de caráter teórico e intelectual, o debate substancial que constituiu-se no seio da chamada *Escola da Dependência*.

Nesta primeira seção, desenvolve-se o resgate do debate acerca da problemática do desenvolvimento na periferia. São resgatadas as bases das formulações teóricas e do programa político desenvolvimentista, sobretudo, pelo fato de, ao envidar esforços teóricos nessa empreitada, possibilitar uma contribuição para apreender os limites e potencialidades da dependência.

De início, reconstitui-se o contexto histórico-teórico que antecedeu os debates da década de 1960 e 1970 que são, categoricamente, primordiais para apreender as origens da teoria da dependência. O contexto histórico-teórico supracitado refere-se às teses da CEPAL, do ISEB e da Terceira Internacional Comunista, esta última representada, no Brasil, pelo PCB. Estes três movimentos políticos e intelectuais ocuparam um papel de destaque a partir do pós-guerra dando início às consistentes formulações que buscavam pensar as origens e alternativas de rupturas, como por exemplo, o subdesenvolvimento na América Latina. No Brasil, detiveram um protagonismo político, teórico e cultural, no momento em que predominava no país as discussões e movimentos cujas bandeiras baseavam-se na caracterização da gênese do capitalismo brasileiro, das possibilidades de desenvolvimento

¹Na terceira seção abordaremos as formulações da TMD e os motivos do exílio político e teórico da vertente. Pode-se encontrar um bom relato deste período em LUCE, Mathias. Teoria Marxista da Dependência- problemas e categorias: uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

nacional, superação da condição de subordinação econômica da periferia e do pacto de classes como condição incontornável da revolução brasileira.

2.1. A crítica do modelo de desenvolvimento eurocêntrico: o estruturalismo cepalino e a origem da teoria latino-americana do desenvolvimento

A partir do pós-guerra mediante cenário de devastação política e econômica pela qual muitos países europeus passavam, Os Estados Unidos da América - EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS emergiram como potências hegemônicas e assumiram também a dianteira das ações de auxílio financeiro às nações fragilizadas. Por um lado, a URSS constitui o Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECON) de ajuda financeira aos países do bloco soviético; por outro, os EUA dão início ao Plano Marshall², plataforma de assistência à Europa e ao Japão, baseado na Doutrina Truman³.

Nesse mesmo período, foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), órgãos dirigidos pelo capital financeiro internacional que notabilizaram-se pelos auxílios em forma de empréstimos internacionais. É nesse contexto de disputa aberta pela hegemonia política e econômica internacional que emergem as teorias que abordam o dilema do desenvolvimento econômico periférico.

O marco político-teórico do desenvolvimentismo latino-americano dar-se pela criação da CEPAL, fundada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) com o objetivo de diagnosticar e formular alternativas para o subdesenvolvimento econômico e, conseqüentemente, para a integração comercial na região. O ECOSOC diagnosticava o subdesenvolvimento latino-americano a partir da relação entre o centro, ocupado por países com avanço tecnológico em todos os setores da produção e a periferia que representava os países cujo desenvolvimento tecnológico ocupava apenas um setor da produção nacional. Neste sentido, o ponto de partida para o entendimento da contribuição da CEPAL à história das ideias econômicas “(...) deve ser o reconhecimento de que estas idéias se tratam de um corpo analítico específico, aplicável às condições históricas próprias da periferia latino-americana.” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.16).

² O Plano Marshall, idealizado pelo secretário de estado americano, George Marshall, que em 1947, aplicou um plano de recuperação econômica intervencionista, de inspiração keynesiana.

³Doutrina da Segurança Nacional de Contenção (DSNC) ou Doutrina Truman (1947), foi uma iniciativa institucional aplicada pelo presidente americano Harry Truman, no pós-guerra, notabilizada pelos acordos bélicos e alianças econômicas e políticas na guerra fria. A doutrina Truman também ficou conhecida pelo severo anticomunismo disseminado.

Até aquele momento, as diversas elaborações acerca do problema do subdesenvolvimento atendiam aos postulados vinculados às teorias denominadas de *economia do desenvolvimento*. No entanto, o esforço teórico e metodológico da CEPAL “seria a versão regional da nova disciplina que se instalava com vigor no mundo acadêmico anglo-saxão, na esteira ‘ideológica’ da hegemonia heterodoxa keynesiana, ou seja, *a versão regional da teoria do desenvolvimento*.” (BIELSCHOWSKY, 2000. P.24, grifos nossos) que, portanto, indicavam o entendimento da incompatibilidade dos intérpretes eurocêntricos do desenvolvimento em empreenderem uma teoria das origens do subdesenvolvimento, que conservasse e considerasse as especificidades e particularidades de uma formação social numa região de capitalismo periférico.

Sobre o ponto de partida das teorias do desenvolvimento de verniz eurocêntrica, Mallorquin (2005) observa que:

Tratava-se, pois, de uma concepção muito particular do processo histórico (...) a economia convencional concebia a História de maneira teleológica e unilinear, na qual os países desenvolvidos, e o que foi sua evolução e morfologia estrutural, representavam o futuro das economias ‘atrasadas’ Como disse Althusser, concepção histórica à qual só cabe definir paradoxalmente: “um futuro anterior” (MALLORQUIN, 2005, p.28).

Neste caso, a partir da CEPAL foi possível a rápida configuração como um polo aglutinador da intelectualidade da América Latina. Ao passo que ocorre o enfrentamento no plano teórico e ideológico das políticas de desenvolvimento para o centro, que se promoviam como receitas para a periferia. As ideias cepalinas adentraram por todas as décadas a partir da segunda metade do século XX. No estabelecimento das teses da comissão, é possível observar que houveram fases⁴ destacadas que, por sua vez, corresponderam a um determinado movimento conjuntural e histórico. Porém, neste estudo observam-se, apenas, as primeiras duas décadas, 1950 e 1960, anos antecedentes às escolas da dependência. No entanto, em nível de conhecimento, segundo Bielschowsky, cabe destacar que é possível identificar pelo menos quatro linhas comuns de investigação durante todas as fases.

O primeiro diz respeito ao método. Trata-se do *enfoque histórico-estruturalista, baseado* na ideia da relação centro-periferia; dois outros referem-se a áreas temáticas: *Análise da inserção internacional* e *Análise dos condicionantes estruturais internos* (do crescimento e do progresso técnico, e das relações entre estes, o emprego e a distribuição de renda); por

⁴Bielschowsky (2000, p.18) identifica, pelo menos, cinco fases da CEPAL: “a) Origens e anos 1950: industrialização; b) anos 1960: “reformas para desobstruir a industrialização”; c) anos 1970: reorientação dos “estilos” de desenvolvimento na direção da homogeneização social e na direção da industrialização pró-exportadora; d) anos 1980: superação do problema do endividamento externo, via “ajuste com crescimento”; e) anos 1990: transformação produtiva com equidade”.

último, encontra-se o plano da *Análise das necessidades e possibilidades de ação estatal* (BIELSCHOWSKY, 2000, p.17, grifos nossos.).

Diante da incapacidade das elaborações promulgadas pelas vias eurocêntricas de explicarem a condição da América Latina, dois personagens foram fundamentais para o pensamento cepalino, isto é, trata-se do economista argentino, Raúl Prebisch e do famoso economista brasileiro Celso Furtado⁵. Prebisch e Furtado estabeleceram as bases de uma promissora teoria do subdesenvolvimento, que adquire forma diante da problemática inovadora de investigar as particularidades do desenvolvimento capitalista periférico e de questionar as alternativas de superação da subordinação econômica na região. Celso Furtado⁶, na obra *Desenvolvimento e subdesenvolvimento (1961)*, explicita a problemática histórica do subdesenvolvimento confirmando que:

O subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas. O fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se sob várias formas e em diferentes estágios. (...) Como fenômeno específico que é o subdesenvolvimento requer esforço de teorização autônomo. A falta desse esforço tem levado muitos economistas a explicar, por analogia à experiência das economias desenvolvidas, problemas que só podem ser bem equacionados a partir de uma adequada compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento (FURTADO, 1961, apud BIELSCHOWSKY, p.23).

Bielschowsky explica que desse diagnóstico emergem as elaborações da CEPAL, cujo produto iria definir que:

(...) as estruturas subdesenvolvidas da periferia latino-americana condicionam — mais que determinam — comportamentos específicos, de trajetórias *a priori* desconhecidas. Por essa razão, merecem e exigem estudos e análises nos quais a teoria econômica com “selo” de universalidade só pode ser empregada com qualificações, de maneira a incorporar essas especificidades históricas e regionais (BIELSCHOWSKY, 2000. P.21).

Ainda para o mesmo autor:

⁵Além de Raúl Prebisch e Celso Furtado, a CEPAL abrigou uma gama de intelectuais de profundo destaque. Entre eles, o intelectual maranhense Ignácio Rangel, autor da importante obra “*Dualidade básica da Economia Brasileira (1957)*”, do Economista chileno Aníbal Pinto autor de *Ni estabilidad, ni desarrollo: la política Del Fondo Monetário Internacional (1960)* e do economista francês Arguiri Emmanuel, que defendeu a tese das “Trocas desiguais”. Além destes, autores como José Medina Echavarría, Regino Botti, Jorge Ahumada, Juan Noyola Vázquez, Osvaldo Sunkel etc. compuseram o rol de grandes teóricos da formação econômica latino-americana.

⁶ Sobre as qualidades da contribuição de Celso Furtado ao pensamento cepalino, Francisco de Oliveira observa que com os conceitos inovadores de centro-periferia, de subdesenvolvimento, de trocas desiguais entre produção de matérias-primas *versus* manufaturas no comércio internacional — contra a posição teórica dominante, das vantagens da especialização provocada pelo comércio internacional livre —, de formação de uma estrutura dual na periferia, obstáculos ao desenvolvimento e reiteração do subdesenvolvimento constituem a base sobre a qual se assenta o trabalho de Celso Furtado. (OLIVEIRA, 1999, p.317-318)

Não se tratava de comparar o subdesenvolvimento periférico com a história pretérita das economias centrais. Para os autores cepalinos, o desenvolvimento nas condições da periferia latino-americana não seria uma “etapa” de um processo universal de desenvolvimento — como era, por exemplo, em Rostow (1956) — mas um processo inédito, cujos desdobramentos históricos seriam singulares à especificidade de suas experiências, cabendo esperar-se sequências e resultados distintos aos que ocorreram no desenvolvimento cêntrico (BIELSCHOWSKY, 2000, p.22).

A CEPAL, portanto, apoiava-se na caracterização de que o processo de formação sócio histórica da América Latina, inspirado pelo pensamento da economia política clássica, fora regido de fora pra dentro, por um desenvolvimento capitalista cuja direção operava na forma de ganhos desiguais, ocasionando numa condição de atraso social e submissão econômica.

Para Bielschowsky, a partir disto:

(...) prestou-se à ideia de que a estrutura socioeconômica periférica determina um modo próprio de industrializar, introduzir progresso técnico e crescer, e um modo próprio de absorver a força de trabalho e distribuir a renda. Ou seja, em suas características centrais, o processo de crescimento, emprego e distribuição de renda na periferia seria distinto do que ocorre nos países centrais. As diferenças devem ser encontradas no fato de que as economias periféricas possuem uma estrutura pouco diversificada e tecnologicamente heterogênea, que contrasta com o quadro encontrado na situação dos países centrais. Nestes, o aparelho produtivo é diversificado, tem produtividade homogênea ao longo de toda sua extensão e tem mecanismos de criação e difusão tecnológica e de transmissão social de seus frutos inexistentes na periferia (BIELSCHOWSKY, 2000, P.22).

De acordo com Bielschowsky (2000), as condições das estruturas periféricas, cuja particularidade distingue-se dos marcos constituintes das formações sociais do centro, “(...) os países subdesenvolvidos mereciam uma formulação teórica independente ou pelo menos adaptada, porque em aspectos relevantes funcionavam de forma diferente dos desenvolvidos” (2000,p.25). Assim, através do impulso de investigar e propor uma resolução das debilidades econômicas pelas quais os países latino-americanos e do Caribe passavam, o pensamento cepalino passou a confrontar-se com as limitações das interpretações do subdesenvolvimento, baseadas numa perspectiva que rejeitava considerar as distinções presentes na constituição histórica, econômica e social dos países ricos e industrializados, em comparação a realidade concreta dos países não desenvolvidos.

As ideias cepalinas confrontavam-se, por exemplo, com os princípios da economia clássica de David Ricardo, mais precisamente com a teoria das vantagens comparativas. Comumente utilizada nos países de capitalismo central. Essa teoria configurava as bases das teses sobre desenvolvimento defendidas pelo *mainstream* econômico à época. Nesse sentido,

a conjuntura de crescimento latino-americano fora uma condição que consubstanciava as ideias neo-ricardianas na região.

Em sua famosa obra “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais”, de 1949, Prebisch diagnostica que:

Na América Latina, a realidade vem destruindo o antigo esquema da divisão internacional do trabalho que, depois de adquirir grande vigor no século XIX, continuou prevalecendo, em termos doutrinários, até data muito recente. Nesse esquema, cabia à América Latina, como parte da periferia do sistema econômico mundial, o papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais. Nele não havia espaço para a industrialização dos países novos. A realidade, no entanto, vem-na tornando impositiva. Duas guerras mundiais, no intervalo de uma geração, com uma profunda crise econômica entre elas, demonstraram os países da América Latina suas possibilidades, ensinando-lhes de maneira decisiva o caminho da atividade industrial. A discussão doutrinária, todavia, está muito longe de haver terminado. Em matéria de economia, as ideologias costumam acompanhar os acontecimentos com atraso, ou então sobreviver a eles por demasiado tempo. É certo que o raciocínio concernente aos benefícios econômicos da divisão internacional do trabalho é de incontestável validade teórica. Mas é comum esquecer-se que ele se baseia numa premissa que é terminantemente desmentida pelos fatos. Segundo essa premissa, o fruto do progresso técnico tende a se distribuir de maneira equitativa por toda a coletividade, seja através da queda dos preços, seja através do aumento correspondente da renda. Mediante o intercâmbio internacional, os países de produção primária conseguem sua parte desse fruto. Sendo assim, não precisam industrializar-se. Ao contrário, sua menor eficiência os faria perderem irremediavelmente os benefícios clássicos do intercâmbio (PREBISCH, 2000, p71-72).

Sobre o mesmo ponto de vista, Bielschowsky explica que:

Nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial as economias latino-americanas estavam em pleno processo de industrialização e urbanização, potencializado pelo rápido crescimento de 5,8% ao ano entre 1945 e 1954, e por uma folga na restrição externa que permitiu uma expansão nas importações em 7,5% ao ano, nesse mesmo período. Isso abria espaço ao fortalecimento da ideologia industrializante, que apenas vinha dando os primeiros passos na região. Ao mesmo tempo, disseminava-se a ideia de que as exportações tradicionais tendiam a recuperar terreno com a volta à normalidade no pós-guerra, potencializando a restauração da ideologia liberal dominante até os anos 1930, fundamentada, do ponto de vista acadêmico, na teoria da divisão internacional do trabalho baseada nas vantagens comparativas ricardianas ou em vantagens oriundas da dotação relativa de fatores (BIELSCHOWSKY, 2000, p.24).

A respeito das bases da crítica cepalina à teoria de desenvolvimento de espectro neo-ricardiano, o mesmo autor define que:

A violenta contração da capacidade para importar nos anos 1930 e suas repercussões sobre as economias latino-americanas constituíram a referência histórica principal para a elaboração por parte de Prebisch, da distinção entre o modo de funcionamento das economias dos países industrializados e

aquele encontrado em economias especializadas em bens primários. Na CEPAL o argumento ganhou contundência logo nos textos inaugurais, porque foi acompanhado da tese da tendência à deterioração dos termos de troca, que afrontava o postulado liberal das virtudes do comércio internacional livre. Ao contrário do que prometia a teoria das vantagens comparativas, durante o século XX a maior lentidão no progresso técnico dos produtos primários em relação aos industriais não estava motivando o encarecimento dos primeiros com relação aos últimos (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 28).

Diante disto, conforme a teoria neoricardiana haveria uma relação de equivalência no intercâmbio comercial entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, de forma que, mesmo considerando um polo com amplo desenvolvimento tecnológico produtivo, supostamente esta assimetria poderia ser compensada perante o processo de troca. Ou seja, postula-se que os desequilíbrios eram funcionais ao bom andamento econômico e que seriam corrigidos, uma vez que, na divisão internacional do trabalho, os países periféricos especializados em apenas um setor da produção, preferencialmente de bens primários, poderiam obter vantagens deste intercâmbio, na forma de importação de bens de alto valor tecnológico agregado.

Porém, para a CEPAL, a partir da tese da deterioração dos preços de troca, entendia-se que a natureza da desigualdade econômica na relação centro *versus* periferia pode ser explicado pelo fato de que, devido ao baixo desenvolvimento tecnológico de suas forças produtivas, as mercadorias produzidas na periferia eram vendidas sempre por um preço, tendencialmente, abaixo dos produtos originários dos países de economia central, cujo desenvolvimento capitalista estabelecido propiciava um avanço na produção industrial de bens com alto nível de tecnologia.

A convergência de elementos acima indicou para a teoria do subdesenvolvimento cepalina uma fundamentação apurada e, por vezes, supervalorizada, das distinções históricas da formação das estruturas sociais periféricas. Esse impulso metodológico ficou conhecido como histórico, estrutural ou estruturalismo⁷.

Ricardo Bielschowsky (1995) conceitua o estruturalismo cepalino como

Um sistema analítico que tem por base a caracterização das economias periféricas por contraste às centrais: baixa diversidade produtiva (reduzida integração horizontal e vertical, insuficiência de infraestrutura etc.) e especialização em bens primários; forte heterogeneidade tecnológica e oferta ilimitada de mão-de-obra com renda próxima à subsistência; e, por último, mas não menos importante, estrutura institucional pouco favorável ao progresso técnico e à acumulação de capital. A partir desse contraste, o

⁷RODRÍGUEZ, Octavio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

estruturalismo inclui a análise das relações “centro-periferia”, isto é, a análise da forma específica de inserção internacional das economias da América Latina (BIELSCHOWSKY, 1995, p.111).

Celso Furtado (1997), por sua vez, indicava que no diagnóstico macroeconômico havia a necessidade vital de não separar as formulações econômicas dos parâmetros não econômicos. Deste modo, em sua explicação acerca da denominação estruturalista, Furtado considerava que o método cepalino:

(...) empenhou-se em destacar a importância dos parâmetros não econômicos dos modelos macroeconômicos. Como o comportamento das variáveis econômicas depende em grande medida desses parâmetros, que se definem e evoluem num contexto histórico, não é possível isolar o estudo dos fenômenos econômicos em seu quadro histórico. Essa observação é particularmente pertinente com respeito a sistemas econômicos heterogêneos, social e tecnologicamente, como é o caso das economias subdesenvolvidas. (...) Como fatores ‘não econômicos’ – regime de propriedade de terra, controle das empresas por grupos com visão transnacional dos investimentos, permanência de grande parte de mão-de-obra de obra fora dos mercados organizados etc. – integram a matriz estrutural do modelo com que trabalha o economista fomos chamados de estruturalistas (FURTADO, 1997, p.16).

Pode-se aferir que a teoria do subdesenvolvimento cepalino orienta-se a partir do método histórico-estruturalista que, por sua vez, constitui-se pela consideração das particularidades estruturais da formação social periférica que condicionam um lugar específico na totalidade da economia mundial. Desta condição estrutural periférica e da avaliação dos parâmetros não econômicos, provém, segundo os teóricos supracitados, uma série de insuficiências de produção, de serviços, de tecnologia e de consumo, as quais, de certa maneira, bloqueariam as possibilidades de desenvolvimento.

2.1.1. O Programa nacional-desenvolvimentista como alternativa ao subdesenvolvimento do capitalismo periférico: industrialização, Estado soberano e aliança de classes.

Bielschowsky (2000, p.25) demonstra como alternativa a esta situação a realização de um esforço para avançar no desenvolvimento das forças produtivas. A partir da elevação do grau tecnológico, via um amplo processo de industrialização:

No fundo, com diferentes conceitos e maneiras de formular a questão, todos colocavam a mesma mensagem central, a da necessidade de realizar políticas de industrialização como forma de superar o subdesenvolvimento e a pobreza. A CEPAL moveu-se admiravelmente nesse contexto. Não só tornou-se um a referência indispensável quando se falava de América Latina, com o também desenvolveu uma teorização própria, na qual se combinou de forma consistente um bom número de inovações conceituais (BIELSCHOWSKY, 2000, p.25).

No mesmo sentido, observa-se que Raul Prebisch aproximava-se do pensamento Keynesiano⁸ da época, além de apostar nas fichas na constituição de uma plataforma de industrialização como saída de desenvolvimento e alternativa ao desequilíbrio provocado pela divisão internacional do trabalho. Assim, Prebisch (2000) indicava que:

Os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia numa medida comparável àquela de que logrou desfrutar a população desses grandes países. Daí as acentuadíssimas diferenças nos padrões de vida das massas destes e daquela, assim como as notórias discrepâncias entre as suas respectivas forças de capitalização, uma vez que a massa de poupança depende primordialmente do aumento da produtividade. [...] daí a importância fundamental da industrialização dos novos países. Ela não constitui um fim em si, mas é o único meio de que estes dispõem para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida das massas (PREBISCH, 2000, p.72).

Dessa forma, a análise da CEPAL constituiria-se a partir de um método de investigação que engloba três planos complementares de análise: primeiramente, da configuração da inserção das relações internacionais, a partir do binômio *centro/periferia* havia a necessidade de investigação da *natureza do subdesenvolvimento* considerava que diante as especificidades das *estruturas periféricas*. Ou seja, concebe-se a condição vulnerável das economias periféricas como resultado direto da inserção da região na divisão internacional do trabalho.

Como alternativa a este processo, os teóricos cepalinos, em especial Furtado e Raul Prebisch, propunham a construção de um novo cenário de desenvolvimento regional, a partir da criação e do incremento tecnológico dos setores produtivos nacionais numa tentativa de perseguir as condições até então vistas nos países de economia central. Sendo necessário, portanto, avançar num amplo programa de industrialização baseado no mecanismo de substituição de importação, na criação de um mercado interno e de indústrias de base. Com isso, os autores defendiam que a industrialização poderia representar o salto para que a periferia pudesse desfrutar do progresso somente visto nas economias dos países industrializados. Porém, como afirmava Furtado, esse salto “(...) não se daria ao impulso das simples forças do mercado, exigindo um projeto político apoiado na mobilização de recursos sociais” (FURTADO, 1992, p. 74-75). Nesse sentido, formava-se, em torno da CEPAL, a tese

⁸Em 1947, Prebisch publica um estudo do pensamento keynesiano e dele se aproxima nas publicações futuras. O estudo pode ser visto em: Prebisch, apud R. Keynes: uma introdução. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1991. John Maynard Keynes foi um economista inglês de linha oposta a George Marshall, sua teoria da macroeconomia propunha uma ampla intervenção do estado na economia.

de que seria necessário, portanto e, por último, a ação do Estado como “agente” de planejamento e transformação.

De antemão, cabe contextualizar que na análise do início do pensamento cepalino não é possível encontrar uma preocupação central em examinar a forma do regime político⁹ periférico. Este, pelo contexto histórico, inclusive, não fazia parte, sequer, do rol de preocupações teóricas intelectuais até pelo menos metade da década de 1960. De certa maneira, esta preocupação está camuflada por certo grau de economicismo. Por outro lado, embora não promovam uma análise conceitual de regime, vê-se a aplicação em conceituar e propor uma forma-Estado¹⁰ necessária aos moldes cepalinos.

Nesse sentido, ao analisar a obra de Prebisch, Bielschowsky (2000) afirma:

(...) que a industrialização espontânea em curso tinha significado especial na história da humanidade, porque representava a possibilidade de captação pela vasta região subdesenvolvida latino-americana dos frutos do progresso técnico mundial, até então essencialmente confinados aos países industrializados. Segundo, apresenta os elementos da matriz analítica da qual “arranca” o pensamento cepalino. Neles encontram-se tanto a análise da inserção internacional das economias periféricas e da vulnerabilidade externa decorrente, como a análise das condições problemáticas e das tendências “perversas” com que se processa internamente o crescimento na periferia latino-americana. Por último, realiza uma primeira incursão na temática da intervenção estatal, que surge fortalecida pelo argumento da natureza problemática da industrialização nas condições estruturais periféricas, que o mercado não teria como resolver espontaneamente. (BIELSCHOWSKY, 2000. p.26-27).

O que percebe “(...) é a ideia da necessidade da contribuição do Estado ao ordenamento do desenvolvimento econômico nas condições da periferia latino-americana. Trata-se, em resumo, do paradigma desenvolvimentista latino-americano (...)” como demonstra BIELSCHOWSKY (2000, p.16). Ou seja, a ideia de que para alcançar a industrialização regional, para além da caracterização das origens do subdesenvolvimento, haveria que discutir o papel do Estado como garantidor desse desenvolvimento. Um Estado

⁹Muito embora não seja possível encontrar no pensamento cepalino a discussão do regime político cabe destacar a aproximação dos estudos de Celso Furtado com o sociólogo húngaro, representante da sociologia do conhecimento, Karl Mannheim. Mannheim define o conceito de planificação democrática e o papel dos intelectuais ao afirmar que estes últimos deveriam garantir a análise, a gênese dos problemas sociais a fim de garantir a liberdade do homem (MANNHEIM, 1972, p.18). De modo análogo, Furtado, em sua autobiografia, ao conceber-se como seguidor de Mannheim, diz que “[...]estava convencido de que um amplo esforço de reconstrução institucional tornara-se indispensável, se o objetivo era preservar a liberdade do homem[...]” (Furtado, 1997, p. 99).

¹⁰Num estudo mais aprofundado das formas do estado latino-americano, ver o texto de José Luís Fiori, “Para uma Crítica da Teoria Latino-Americana do Estado” in Em Busca do Dissenso Perdido: Ensaio Crítico sobre a Festejada Crise do Estado, Rio de Janeiro, Insight, 1995.

que, a partir do planejamento, ocupasse o papel de indutor da industrialização e que proporcionasse o salto positivo na transformação dos países atrasados e em desenvolvimento.

Sobre as potencialidades do planejamento estatal, Furtado (1999) afirma que:

(...) o planejamento aumenta a eficácia do Estado. Minha convicção é que uma economia subdesenvolvida como a do Brasil necessita de um planejamento (...) numa economia como a brasileira, que tem imenso atraso acumulado, desequilíbrios regionais e setoriais, (...) abandonar a ideia de planejamento é renunciar à ideia de ter governo efetivo (FURTADO, 1999, p.80).

Do mesmo modo, Bielschowsky (2000) entende que a ação do Estado para o desenvolvimento no pensamento da CEPAL configura-se como um:

(...) corolário natural do diagnóstico de problemas estruturais de produção, emprego e distribuição de renda nas condições específicas da periferia subdesenvolvida. Nos anos 1950, o conceito-chave utilizado para conferir coerência e sistematicidade às proposições de política foi o de “planejamento” ou “programação”. Nesse momento, e em certa medida também nos anos 1960, a ênfase no planejamento orientado tinha um significado adicional, que era suprir imensas deficiências técnicas na maioria dos governos da região. O ponto de partida para o apoio técnico ao planejamento dos governos foi a elaboração de orientação no que se refere a técnicas de programação, acompanhada em vários países de ensaios de aplicação dessas técnicas (BIELSCHOWSKY, 2000, p.35).

Em suma, para a Cepal, as ideias de Prebisch como as de Furtado baseavam-se nas teorias econômicas de vinculação neokeynesiana diante da rejeição da tese liberal que confirmava a possibilidade do mercado agir enquanto mola de propulsão do progresso e do desenvolvimento. Além da problemática decorrente das particularidades da periferia, entendia que o agente que tomaria para si a responsabilidade de conduzir esse amplo programa seria, somente, o Estado. O qual, a partir de um profundo planejamento, assumiria a tarefa de estabelecer as condições para que se fosse possível levar a cabo a política desenvolvimentista de industrialização tardia.

As formulações da comissão não serviam apenas de postulados teóricos. Consequência da tese do planejamento estatal como indutor do desenvolvimento, os estudos da CEPAL serviam de alicerce teórico aos governos nacionais da região¹¹ à época. Os governos adeptos à plataforma desenvolvimentista punham em prática os estudos cepalinos formulando as políticas econômicas aos seus países. Como alternativas estavam previstas políticas de distribuição de renda e de reformas de base, entre elas a reforma agrária. Também vale

¹¹“Foram da CEPAL ou estiveram sob seu raio direto de influência autores de livros clássicos de história econômica dos países da região, como Aníbal Pinto e seu livro Chile: un Caso de Desarrollo Frustrado (1956), Celso Furtado (1959) e sua formação econômica do Brasil, e Aldo Ferrer (1979) e seu La Economía Argentina” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 20).

destacar que os quadros da instituição, como é o caso de Celso Furtado, atuavam diretamente nesses governos. Furtado ocupou postos importantes nos governos de Juscelino Kubistchek, Jânio Quadros e João Goulart¹².

Com efeito, vale também refletir sobre os limites do projeto político e teórico cepalino. Em primeiro lugar, observa-se que, a fé nas instituições e o credo na possibilidade do Estado como indutor do progresso indica uma ausência da problemática dos conflitos entre as classes sociais. Indubitavelmente, a origem de classe do Estado periférico, assim como as consequências diretas dessa configuração no cotidiano da vida social que não estava na ordem do dia dos teóricos da CEPAL. Pois, como aponta Sampaio Júnior:

(...) nessa perspectiva, acumulação de capital, avanço das forças produtivas e integração nacional constituem aspectos indissolúveis de um mesmo problema: criar as bases materiais, sociais e culturais de uma sociedade nacional capaz de controlar o sentido, o ritmo e a intensidade do desenvolvimento capitalista. O desenvolvimentismo foi, portanto, uma arma ideológica das forças econômicas e sociais que, no momento decisivo de cristalização das estruturas da economia e da sociedade burguesa, se batiam pela utopia de um capitalismo domesticado, subordinado aos desígnios da sociedade nacional. (SAMPAIO JÚNIOR, 2012, p.673-674).

Assim, as bandeiras do desenvolvimentismo cepalino com seu verniz nacionalista não punham na discussão e nem poderia fazê-lo de forma consequente, os dilemas e as contradições inerentes da condição periférica. Pois, ao incorrer no esforço de uma modernização econômica e democrática via planejamento estatal, pretendiam remover os entraves para o pleno desenvolvimento das forças produtivas e possibilitar uma “qualidade de vida” moderada à população. No mesmo sentido, fica evidente o que estes pressupunham haja vista a necessidade de efetuar um pacto entre as classes como possibilidade real de superação das desigualdades. Em outras palavras, os cepalinos pretendiam promover, a partir de um Estado centralizador, o impulso econômico ao pleno desenvolvimento capitalista latino-americano. Para isso, apostaram e investiram na coligação com os grupos políticos regionais e nacionais, os quais viam na modernização democrática das instituições a possibilidade de promover seu programa econômico desenvolvimentista.

Nos cenários nacionais, a tese do pacto entre as classes em prol do desenvolvimento das forças produtivas ganhava contornos profundos e adesão dos grupos políticos locais. Sobretudo, através da afinidade de grupos intelectuais, os quais aproximavam-se das formulações cepalinas, ajustando-as ao plano político e às especificidades de cada formação

nacional. No Brasil, dois grupos intelectuais assumiram uma unidade programática com a CEPAL: ISEB e o PCB.

2.2. O impulso nacional-desenvolvimentista à brasileira do ISEB: a revolução capitalista e a revolução nacional.

O contexto brasileiro das décadas de 1950 e 1960, mais precisamente até o golpe burguês civil-militar de 1964, ficaria marcado pelos governos cujo projeto político-econômico passou a ser conhecido pelo impulso nacional-desenvolvimentistas¹³. Os mandatos de Getúlio Vargas (1951-54) e de Juscelino Kubitschek (1956-1961), ambos com relevante apoio popular¹⁴ representaram um esforço de desenvolvimento nacional via industrialização, ao constituir empresas nacionais¹⁵ e um Estado cuja diretriz orientava-se pelo planejamento técnico e econômico. Segundo Francisco Weffort (2006. p. 298) “(...) naqueles governos, o nacionalismo estaria enquadrado em uma concepção ‘desenvolvimentista’ que envolvia a noção de um crescimento econômico voltado para o mercado interno com características de autonomia nacional e distributivismo social”. De certo modo, esses governos consolidaram um movimento extenso de urbanização, desenvolvimento e modernização das relações capitalistas, a partir da bandeira de um suposto progresso com viés nacionalista. Foi nesta conjuntura que configurou-se a criação de uma importante entidade que atuou de forma significativa na construção de um cenário ideológico que levasse à cabo o projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro: o ISEB.

O ISEB surgiu em 1952, no Rio de Janeiro, como resultado do esforço de um grupo de intelectuais que, com objetos de intervenção e linhas de pensamentos distintos, tinha por finalidade desenvolver um estudo e, posteriormente, um projeto político para o desenvolvimento brasileiro. Esse grupo ficou conhecido pelo *Grupo de Itatiaia* (grifo nosso). Deste grupo participavam Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Rômulo de Almeida, Cândido Mendes de Almeida, Ignácio Rangel, entre outros.

¹³Embora com diferenças, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek aproximam-se do movimento econômico de desenvolvimento para dentro, apoiado na política de caráter nacionalista.

¹⁴Há um rico debate sobre a caracterização do período dos governos de Vargas, que possuía amplo apoio popular, amparado no estado forte, centralizador e propulsor do desenvolvimento com meandros nacionalistas. Sobre isto ver: DEMIER, Felipe. O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): um ensaio de interpretação histórica. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2013, p. 248.

¹⁵No segundo governo de Vargas, o impulso de organização e criação de empresas e instituições estatais é consolidado. Neste período, são criados, por exemplo, a Comissão Nacional de Política Agrária – CNPA (1951), a Comissão Nacional de Desenvolvimento Indústria - CDI (1951), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (1951), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A – ELETROBRÁS (1954), a, PETROBRAS (1953) e o Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDE (1952).

Em 1953, o Grupo de Itatiaia transforma-se no Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política - IBESP, uma instituição privada que tão logo foi financiada pela CAPES, entidade de fomento vinculada ao Ministério da Educação cujo presidente à época, Anísio Teixeira, mantinha boas relações com o grupo¹⁶. Em 1955, durante o governo Café Filho, o IBESP propôs a criação de uma nova entidade, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, com o objetivo de investigar a sociedade brasileira e fomentar o governo com dados econômicos, sociais e políticos a fim de elaborar um projeto de desenvolvimento para o Brasil. Deste empreendimento foi criado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB pelo Decreto nº. 37.608, de 14 de julho de 1955, durante o governo Café Filho, mas que seria amplamente desenvolvido e apoiado pelo governo de Kubitschek com a intenção de proferir “um curso permanente de altos estudos políticos e sociais, de nível pós-universitário” (BRASIL, 1955).

Segundo o Decreto de criação, o ISEB teria por finalidade:

(...) o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, da história, da economia e da política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional (Ibidem).

Dentre os intelectuais isebianos destacaram-se os sociólogos Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe, o economista Ignácio Rangel, Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodr. Sobre a heterogeneidade do pensamento de alguns dos quadros do ISEB no seu incio, Weffort observa que:

Hlio Jaguaribe, Cndido Mendes e Ewaldo Correia Lima vinham de origens catlicas e evoluram para posies prximas da socialdemocracia. Outros como Roland Corbisier, Alberto Guerreiro Ramos e lvaro Vieira Pinto, foram militantes do movimento integralista, que, porm, deixaram como uma pgina virada dos anos 1930. Caminhariam, n obstante as origens integralistas, para posies radicais de esquerda, diferentemente daqueles que, de origem catlica, evoluram para a centro-esquerda. O historiador Nelson Werneck Sodr (1911- 1999), ento coronel do exrcito e membro do Partido Comunista, ingressou no ISEB j no incio, no como fundador, mas como um dos seus participantes efetivos (WEFFORT, 2006, p. 302).

Os intelectuais do ISEB pensavam em um projeto de interveno poltica prprio, nacional, ao mesmo tempo em que, por um lado, mantinham forte influncia no mtodo e, por outro, filiavam-se aos postulados econmicos cepalinos. Em relao ao mtodo e o papel dos intelectuais na interpretao da realidade, os isebianos aproximavam-se tambm da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim, ou seja, “como uma *intelligentsia* que visa a produzir

¹⁶Atravs do financiamento pblico, o IESPB realizou mais de dez seminrios para discusso dos rumos do grupo, alm de publicar a revista Cadernos do Nosso Tempo, material de divulgao da produo intelectual do grupo.

uma “síntese” da sociedade brasileira e generalizar os conhecimentos adquiridos ao público” (ABRANCHES 2006, p.40).

Ainda de acordo com Maria Aparecida Abranches (2006), os intelectuais isebianos:

(...) se auto conceberam como *intelligentsiana* acepção oferecida por Mannheim. Para este, a possibilidade de a *intelligentsia* se constituir como ator político acima das classes sociais estaria diretamente ligada à condição que a vida moderna oferecia de que se formasse esse estrato social independente. Isso porque ela permitiria o alargamento da área de recrutamento desse grupo social. Um traço marcante na concepção de Mannheim é a heterogeneidade social da *intelligentsia* (ABRANCHES, 2006, p.71-72).

Abranches (2006) também observa que Guerreiro Ramos, influente representante do ISEB, concebia o método de investigação e as possibilidades de apreensão da realidade a partir de uma planificação observável, cognoscível, portanto desvendável.

Ainda para a mesma autora:

Baseado em Mannheim, Guerreiro identifica na própria palavra planificação propriedades cognitivas da sociologia. A planificação não consistiria apenas em um instrumento político apropriado pelo Estado e suas agências, mas também em um conceito resultante de uma forma de se conceber a vida em sociedade em um determinado momento do seu desenvolvimento histórico. Essa forma de concepção seria aquela em que a sociedade aparece como dotada de uma estrutura lógica, cujos princípios poderiam ser apreendidos pelo investigador social (ABRANCHES, 2006, p.78).

Desse modo, os intelectuais do ISEB compreendiam que a entidade constitui-se, em termos *mannheimianos*, como uma *intelligentsia* necessária para construção de um estudo profundo que pudesse desenvolver uma proposta de enfrentamento para os problemas da sociedade brasileira à época. Com o suporte dos instrumentais e das elaborações cepalinas o ISEB orientou-se por um prognóstico que teve início pela defesa de um projeto de desenvolvimento industrial com as características e particularidades nacionais, sendo dirigido pelo planejamento de um Estado forte e organizado.

Para o ISEB, o desenvolvimento deveria partir de uma estratégia nacional com vistas à construção do pacto entre as classes. A burguesia brasileira poderia assumir a tarefa de enfrentamento ao imperialismo e, assim, haveria a possibilidade de constituir um projeto de Estado de tal forma que pudesse aportar teórica e tecnicamente o projeto de desenvolvimento. “Nesse contexto teórico, o desenvolvimento é um processo de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico através do qual os padrões de vida da população aumentam de forma sustentada, mas é também o processo por meio do qual o país realiza sua revolução capitalista e nacional” (BRESSER-PEREIRA, 2005, p.208).

Nesta perspectiva da via para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, caracterizava-se que, após 1930 com a ascensão do varguismo havia a existência de um

dualismo¹⁷ que marcava a sociedade brasileira pós século XX. Segundo esta tese, elaborada por Ignácio Rangel haveria uma contradição imposta pela formação social econômica do país, da qual, de um lado estariam os setores tradicionais, atrasados, da burguesia oligárquica brasileira agroexportadora, coligados ao capital estrangeiro e somados à massa rural camponesa. Do outro lado, estariam os setores da burguesia urbana industrial junto aos trabalhadores urbanos, os operários e as classes médias. Segundo esta tese, este último bloco deveria contrarrestar e conduzir o primeiro bloco ao progresso. Logo, este bloco político representado pelos setores urbanos marcado pela aliança de classes poderia assumir o leme do desenvolvimento capitalista independente brasileiro, tendo a burguesia industrial-nacional a protagonista do processo.

Para Bresser Pereira (2005, p.210), como garantia dos interesses internos, o Estado deveria atuar de modo severamente protecionista, isto é, protegendo “(...) a indústria nacional infante contra a concorrência estrangeira, reservando seu mercado interno para essa indústria — daí a tese de que o desenvolvimento deve ocorrer pela substituição de importações (...)”. Em suma, seria necessário para o ISEB conformar um “(...) Estado nacional, necessariamente, através de uma aliança dialética ou contraditória, mas, sem dúvida, de uma aliança real entre capital e trabalho (...)” (Bresser-Pereira, 2005, p.212).

Ao estudar as formulações de Ignácio Rangel e do ISEB, Luís Carlos Bresser-Pereira, no texto *O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido* é possível perceber o esforço de diferenciação que se constituía. A saber:

(...) a preocupação de Rangel e dos demais membros do grupo era não confundir sua teoria da dualidade básica da economia brasileira com a teoria da modernização, que simplesmente opunha um setor tradicional a um moderno. Colocada em termos de modernização, a teoria era uma simplificação dramática do materialismo histórico e não garantia especificidade ao subdesenvolvimento. O desenvolvimento seria simplesmente a passagem da sociedade tradicional para a moderna. Para o ISEB é também isto, mas o desenvolvimento dos países periféricos, além de enfrentar o problema da alienação nacional, caracterizava-se por essa contradição dual entre um polo principal e outro secundário, e pela dependência de ambos em relação ao exterior (BRESSER-PEREIRA, 2004 p.64).

Ainda no mesmo texto, Luís Carlos Bresser-Pereira indica que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro para o ISEB pode ser entendido, portanto, como um:

¹⁷O economista Ignácio Rangel, membro do ISEB, elabora a tese do dualismo na sociedade, refletido nas características e no projeto a burguesia brasileira. Os estudos para a referida tese podem ser visto em: RANGEL, Ignácio. *O desenvolvimento econômico no Brasil (1954)*. In: *Obras Reunidas, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005, 1º vol. pp.39-126* e, principalmente, no texto: *Dualidade da básica da economia brasileira (1957)*, In: *Obras Reunidas, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005, 1º vol., p.285-354*.

(...) processo de absorção dessa mão-de-obra pelo setor capitalista, na medida em que este tem condições de oferecer um salário um pouco maior do que o nível de subsistência que prevalece no setor tradicional. O grande desafio do desenvolvimento brasileiro está em superar essa dualidade. Para o ISEB cabia à industrialização essa tarefa; ao Estado competia liderá-la; aos empresários industriais, associados aos trabalhadores, executá-la; ao nacionalismo, dar-lhe um sentido (BRESSER-PEREIRA, 2004, p.65).

Entende-se, portanto, que para os isebianos o conflito de classes deveria ser suprimido diante da necessidade do desenvolvimento nacional. As preocupações do movimento nacional-desenvolvimentista na conjuntura da época apontavam para o fato de que o desenvolvimento brasileiro seria viabilizado a partir de um amplo apaziguamento dos enfrentamentos entre a burguesia nacional e a classe trabalhadora.

Assim, o ISEB não estava particularmente preocupado com a questão da democracia. Seus membros não adotavam a tese marxista de que “(...) a democracia burguesa seria meramente formal”, mas estavam claramente mais interessados no desenvolvimento do que na democracia (...)” (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 74). Com isso, o desenvolvimento para o ISEB, tal como para a CEPAL seria configurado por dois momentos distintos, porém articulados. Primeiro o momento externo, pelos diagnósticos das relações mercantis internacionais, pela caracterização das especialidades da periferia e pela condição do subdesenvolvimento. Segundo, pelo momento interno, entendido pelas disputas no seio da sociedade brasileira, sobretudo, pelo suposto conflito de interesses entre as frações burguesas e seus respectivos e distintos projetos.

Estes momentos confluem para dois vetores que eram fundamentais no programa isebiano: a revolução capitalista e a revolução nacional, ou simplesmente a revolução nacional capitalista.

Sobre estes dois vetores, Bresser-Pereira observa que:

Tanto na revolução capitalista quanto na revolução nacional, o poder político se concentra principalmente nos empresários e nos burocratas estatais, e nos políticos que os representam, ficando para os trabalhadores assalariados um papel secundário, embora crescente à medida que a democracia avança. Entretanto, enquanto na revolução capitalista é o conflito que marca a relação capital-trabalho, na revolução nacional o fenômeno marcante é a associação em torno de um projeto de nação dos empresários, detentores do capital e da capacidade de inovação, da tecnoburocracia pública e privada, detentora de conhecimento técnico e organizacional, e dos trabalhadores (BRESSER-PEREIRA, 2005, p.211).

A revolução capitalista para o ISEB teria duas etapas. A primeira etapa seria a revolução comercial que incluía a consolidação da “passagem do capitalismo mercantil para o industrial” e a criação de um mercado interno. Temos aí, a revolução industrial que abrangia

“a acumulação capitalista e a incorporação sistemática de progresso técnico” constituindo o modelo de substituição de importações. Ambos os processos “(...) se materializam, provocando o crescimento sustentado da renda por habitante, e a melhoria dos padrões de vida da população (...)” (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 208-209). A revolução nacional, indicativa a necessidade da característica, ou melhor, da construção de uma ideologia nacionalista. Nesta tarefa, a criação de um Estado nacional seria crucial ao desenvolvimento dos países capitalistas periféricos.

Nesse sentido, Bresser-Pereira (2005) resume o programa nacional-desenvolvimentista, cepalino e isebiano, afirmando que este:

(...) é o processo de acumulação de capital, incorporação de progresso técnico e elevação dos padrões de vida da população de um país, que se inicia com uma revolução capitalista e nacional; é o processo de crescimento sustentado da renda dos habitantes de um país sob a liderança estratégica do Estado nacional e tendo como principais atores os empresários nacionais. O desenvolvimento é nacional porque se realiza nos quadros de cada Estado nacional, sob a égide de instituições definidas e garantidas pelo Estado. Nesta definição fica clara a importância das instituições (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 213).

Em suma, a partir do ISEB constituiu-se no país uma institucionalização teórica de uma política de Estado pautada em um projeto nacional-desenvolvimentista de inspiração cepalina. O ISEB concebia o papel do intelectual como um “agente de transformação”, identificava o estímulo à industrialização, observado no país desde 1930, sob o governo de Getúlio Vargas como um ponto imprescindível ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro. O projeto isebiano tinha como principal característica a defesa de um amplo pacto de classes que uniria a burguesia industrial, os setores urbanos e os trabalhadores formando um bloco a ser liderado e coesionado pelo Estado soberano nacional. Esse bloco deveria ser um contraponto ao bloco do tradicionalismo conservador representado pelas oligarquias agrárias que, segundo o ISEB, pela característica agroexportadora vinculada ao capital estrangeiro, seria um empecilho aos interesses do nacional-desenvolvimentismo. Naquele momento, o esforço isebiano e cepalino ganharia um importante aliado de ampla projeção representatividade na política nacional e profunda capacidade de formulação intelectual: o Partido Comunista Brasileiro.

2.3 O PCB e o desenvolvimento capitalista no Brasil: a gênese do capitalismo brasileiro e a etapa da revolução burguesa brasileira

Os partidos comunistas da América Latina, vinculados à Terceira Internacional, eram os grandes representantes da esquerda com aspirações revolucionárias. Baseados na

experiência soviética, eles configuraram-se somente enquanto organizações políticas, mas, também, como grandes correntes teóricas cujos quadros partidários, isto é, dirigentes ou afiliados cumpriam a tarefa intelectual de investigação e transformação da realidade concreta de seus países.

O PCB surge no Brasil em Março de 1922, na esteira da revolução bolchevique na Rússia de 1917, com o objetivo de construir a revolução socialista brasileira. Mediante relato sintético¹⁸ sobre a trajetória do PCB podemos destacar o período que vai da sua fundação até a metade da década de 1930 como a fase em que o partido avança na sua consolidação. Neste período, o partido apoia o movimento da ANL¹⁹(Aliança Nacional Libertadora) contra as aspirações fascistas do governo Getúlio Vargas. A ANL que contava com o apoio de Luís Carlos Prestes, já filiado ao partido comunista, organizou uma insurreição contra o governo de Getúlio Vargas em 1935. A insurreição é derrotada e, a partir de então, impõe-se ao país a chamada Ditadura Vargas, ou Estado Novo, promovendo o fechamento do regime e a repressão aos partidos e movimentos de esquerda – inclusive o PCB – que são prontamente postos na ilegalidade até a metade da década de 1940. Em seu segundo momento, em 1945, o partido volta à legalidade e consolida-se enquanto organização de ampla representação política no país, conseguindo o feito de eleger Luís Carlos Prestes ao Senado, representando o Estado da Guanabara, atual estado do Rio de Janeiro. Após a Segunda-Guerra, já no governo de Gaspar Dutra, o partido volta à ilegalidade e permanece nesta condição até o ano de 1985.

Importante frisar o fato de que mesmo na condição difícil imposta pela Ilegalidade, o PCB foi uma ativa organização de forte influência na sociedade brasileira. Nas décadas de 1950 e 1960, o Partido Comunista Brasileiro, que já possuía a hegemonia da direção política na esquerda brasileira, gozava também de grande prestígio nos mais variados campos da intelectualidade brasileira, aproximando-se dos governos desenvolvimentistas. Neste período também são valorizados os estudos acerca da apreensão da formação sócio histórica do Brasil, pelos quais os quadros do PCB tem destaque com primor. Dentre os mais influentes quadros comunistas, pelo menos dois deles assumiram a dianteira do movimento de interpretação do Brasil: Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior. Ainda que com relevantes diferenças entre as duas versões, não há como negar que ambas influenciaram os movimentos políticos e o debate teórico à época. No caso de Sodré com muito maior afinco em virtude de sua análise

¹⁸Para um estudo mais detalhado, ver SODRÉ, Nelson Werneck. Contribuição à história do PCB. São Paulo: Global, 1984.

¹⁹Sobre a ANL, ver um breve estudo em: VIANNA, Marly de Almeida Gomes. “A ANL (Aliança Nacional Libertadora)” In.: MAZZEO, Antônio Carlos. (org.) Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003. p. 31-60.

sobre a natureza do capitalismo brasileiro ser a tese hegemônica dentro do partido, logo, vindo a ser traduzida na política geral do PCB naquele momento. Em suma, é no período que inaugura-se após a metade da década de 1950, após o suicídio de Getúlio Vargas, que então constituirá o momento em que o PCB passará a ser apresentado com uma política de aproximação aos postulados nacional-desenvolvimentistas da CEPAL e do ISEB.

Em 1956, quando os informes do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética - PCUS, no qual foi proferido o discurso de Nikita Khrushchev, então secretário-geral do Partido Comunista Soviético, denunciando os crimes de Josef Stalin que provocou “perturbações em todo movimento Comunista internacional e o PCB figurou entre os partidos mais abalados” (GORENDER, 2014, p.29). O XX Congresso impôs aos partidos comunistas uma nova política para o projeto da revolução socialista. Nesse projeto, conservava-se a tese de que seria necessário fortalecer uma “aliança democrático-burguesa”, entre uma suposta burguesia nacionalista e os trabalhadores, para romper com as relações de produção — o latifúndio e o imperialismo — que estariam impedindo o avanço das forças produtivas, isto é, a industrialização (BIELSCHOWSKY, 2000, p.45).

Desta forma, embora consideradas as particularidades da conjuntura do partido na época, a política adotada pelo PCB era a expressão brasileira das orientações da Terceira Internacional Comunista. Estas orientações também tinham como objetivo a localização política dos PC's nos mais diversos países, no sentido de evitar o isolamento soviético durante a guerra fria. Seria, então, uma reprodução mecânica das condições objetivas impostas aos diversos países com partidos de influência soviética. No período após o relatório de Khrushchev, sobretudo, pela tarefa de afastamento das posições vinculadas a Stalin, o PCB começa a passar por uma profunda mudança internamente. Dentre elas, estaria a redefinição da interpretação das condições específicas do capitalismo em determinadas regiões, da política e da estratégia dela derivada. O movimento mais decisivo desse processo foi a chamada Declaração de Março, publicada pelo PCB em 1958.

Neste trecho da Declaração de Março se destaca o fato de que tem ocorrido:

Modificações importantes durante as últimas décadas, na estrutura econômica que o Brasil herdou do passado, definido pelas seguintes características: Agricultura baseada no latifúndio e **nas relações pré-capitalistas de trabalho**, predomínio maciço da produção agropecuária no conjunto da produção, e exportação de produtos agrícolas como eixo de toda a vida econômica, dependência da economia nacional em relação ao estrangeiro, através do comércio exterior e da penetração do capital monopolista nos pontos-chaves e da circulação. Nos quadros dessa estrutura atrasada, **foi-se processando o desenvolvimento capitalista nacional que constitui o elemento progressista por excelência da economia brasileira**. Esse desenvolvimento inelutável do capitalismo consiste no incremento das

forças produtivas e na expansão, na base material da sociedade, **de novas relações de produção mais avançadas**. (PCB, 1960; 1980 p.3-4 *apud* SEGATTO & SANTOS, 2007, p.19 – grifos nossos).

Segundo a declaração supracitada, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro assumia contornos irreversíveis, porém, seria um processo contraditório realizado a partir da integralização do capital monopolista²⁰ oriundo de um processo de expansão do setor agroexportador, vinculado ao capital estrangeiro, apoiado no latifúndio e nas relações “pré-capitalistas” de produção. Desse modo, para Segatto e Santos (2007), “rompendo com o velho dependentismo que via o país como uma formação estagnada, essa proposição constituirá o estímulo decisivo para os comunistas repensarem, naquele tempo, a revolução no Brasil no contexto de reformas estruturais, parciais e progressistas” (SEGATTO & SANTOS, 2007, p.20). Para isto, seria fundamental apoiar-se no desenvolvimento do capitalismo nacional que, de caráter progressista, poderia conduzir ao desenvolvimento das forças produtivas.

Em outro importante documento do PCB datado a partir do quinto congresso do partido, ocorrido em 1960, no qual referendou-se as Declarações de Março, é preciso observar a necessidade do pacto de caráter nacional e popular, anti-imperialista. Um pacto entre as classes, o qual deveria orientar-se na caracterização da realidade específica brasileira, ou seja, nas condições concretas que indicaria necessidade da defesa e da realização de uma pauta democrática, qual seja, o progresso e o desenvolvimento do país. A tarefa da defesa nacional mencionada acima é descrita no documento relativo ao Quinto Congresso do PCB. Nesse sentido, o texto apresenta-se como um processo no qual poderia ser encampado por uma classe isoladamente, por isso surge a urgência de um pacto pluriclassista. Isto porque:

(...) nenhuma classe ou camada social, isoladamente, pode vencer as resistências das forças interessadas na conservação da dependência do país aos monopólios ianques e na manutenção do monopólio da terra. A experiência da vida política brasileira tem demonstrado que as vitórias anti-imperialistas e democráticas parciais só puderam ser obtidas pela atuação em frente única de várias forças interessadas na emancipação e no progresso do país. Aliança destas forças resulta, portanto, de uma exigência da própria situação objetiva (PCB, 1960, p.61 *apud* SEGATTO & SANTOS, 2007, p.27).

A partir da Declaração de Março, para Jacob Gorender (2014, p.34) o PCB “(...) reconheceu o desenvolvimento capitalista já em efetivação, o que até então se obstina em negar. Só que o movimento capitalista ainda não se completou, nem amadureceram para a revolução socialista”. O PCB, portanto, avançava na apreensão de que a formação social

²⁰Para uma análise minuciosa do capitalismo monopolista, ver BARAN, P.; SWEEZY, P. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2ª ed., 1974.

brasileira, profundamente desigual, estava aprisionada numa condição de atraso pelo fato de que, segundo as formulações do partido, aqui no país, ainda predominavam as relações de produção pré-capitalistas, semifeudais, representadas pelas oligarquias rurais. Esta condição impedia o pleno desenvolvimento das forças produtivas, logo, “[...] a tarefa dos comunistas deveria ser a de lutar pelas reformas de estrutura, a fim de que o desenvolvimento capitalista viesse a tomar um curso que o aproximasse da revolução nacional e democrática”. Ainda segundo o autor, o processo da revolução brasileira se constituiria, então, por etapas, assim:

(...) a primeira etapa em curso seria da revolução nacional e democrática de conteúdo anti-imperialista, e antifeudal. Após a vitória dela, é que se passaria pela etapa da revolução socialista. A identidade das premissas entre as duas linhas, conduzia a identidade do ponto de vista estratégico. Propunha-se a mesma composição de forças sociais para realização das tarefas revolucionárias da primeira etapa: o proletariado, os Camponeses, a pequena burguesia e burguesia nacional (GORENDER, 2014, p.34).

Nelson Werneck Sodré, na condição de influente dirigente do PCB, tratou de investigar a formação do capitalismo no país e desenvolveu a tese de que as condições de constituição do capitalismo brasileiro eram de qualidade específica, semicolonial e semifeudal.

Sobre esta interpretação Guido Mantega (1985), ao analisar os escritos de Sodré, expõe que:

(...) a estrutura econômica brasileira dos anos 50 era fundamentalmente colonial e dependente, e vinha sendo transformada, ao longo dos últimos anos, por um intenso processo de industrialização. No setor mais importante dessa economia, segundo essa interpretação, predominava o monopólio da terra e a grande propriedade, resultando na concentração de terras e na sua utilização especulativa. (...) impedindo que a grande massa de camponeses sem terra e demais trabalhadores rurais as cultivassem. (...) 58% da população ativa brasileira trabalhava na agricultura, e esse excesso de mão-de-obra concorria para a baixa remuneração do trabalho, constituindo um desestímulo para o empresariado rural melhorar a produtividade. O predomínio quase absoluto de relações pré-capitalistas ou feudais de produção no campo brasileiro. (...) o feudalismo penetrara no Brasil desde a dominação portuguesa, ocupando vasta porção territorial e cercado por todos os lados as fazendas escravistas voltadas à exportação.(...) As formas capitalistas retardam (...) Segundo Sodré, o advento do capitalismo e se constituem nos maiores responsáveis pela dualidade da agricultura brasileira (MANTEGA, 1985, p.172-73).

Essa particularidade ganha explicação pelo motivo de que nos países de capitalismo central suas economias e suas relações de produção chegaram a transformar e revolucionar ainda na fase de ascensão do capitalismo industrial, logo, para Sodré (1976, p.392), no caso periférico “(...) as referidas transformações ocorrem em uma época que as distingue, qualitativamente, das que ocorrem em outras épocas em outros países, aqueles que se

apresentam hoje como é a economia capitalista plenamente realizada”. Dessa maneira, “(...) o conjunto de transformações que ocorrem em nosso país na fase atual convencionou-se denominar a revolução brasileira”.

No mesmo sentido acima, Sodré (1976) reitera que:

(...) As referidas transformações ocorrem numa época que as distingue, qualitativamente, das que ocorreram em outras épocas e em outros países, aqueles que se apresentam hoje com uma economia capitalista plenamente realizada. Uma coisa foi, realmente, a revolução burguesa, isto é, a liquidação das velhas relações de produção e sua substituição definitiva por relações capitalistas, quando o capitalismo estava em sua fase ascensional, muito distante da fase imperialista, portanto, e outra coisa é a revolução burguesa na fase imperialista do capitalismo. Por isso mesmo o processo das transformações é diverso, e são diversos também os seus resultados (SODRÉ, 1976, p.392).

Assim, a revolução burguesa brasileira para o PCB e de forma semelhante às formulações do ISEB e CEPAL, configurava-se como uma etapa inadiável a condição estruturante para que fosse possível pensar na construção e conclusão das tarefas democrático-burguesas. Tal qual a CEPAL, o PCB indicava o Estado como indutor do desenvolvimento e do progresso. Ele deveria ser o catalisador dos interesses da nação e do povo brasileiro. A democratização, portanto, transformaria-se na via pacífica ao socialismo no Brasil.

Para Segatto & Santos (2007):

Com a política de 1958 os comunistas passaram a encaminhar questão agrária e camponesa com base na aposta que faziam na democratização política do país na retomada do industrialismo, processos que seriam garantidos por uma frente única nacionalista e democrática em conformação desde o suicídio de Vargas. Mesmo sem suscitar uma teorização agrária, no sentido ‘cepalino e ‘isebiano’ com qual os estrategistas do PCB também viam na formação social brasileira (como o corpo “em crescimento”) – impôs-se e levou os comunistas a se empenharem, com êxito, na institucionalização das massas camponesas no sindicato (...) (SEGATTO & SANTOS, 2007, p. 21).

Sobre o caráter da revolução brasileira e a particularidade de seus protagonistas, Sodré (1976) observou que, ao definir-se em etapas, o processo revolucionário deveria, obrigatoriamente, destacar quais as forças sociais que levariam ao cabo. Nesse sentido, a possibilidade de formular a tese do caráter popular da revolução, tendo como vanguarda o conjunto do povo brasileiro e a defesa da nação em contraposição aos interesses do imperialismo:

(...) Há uma contradição fundamental entre a nação e imperialismo; em outras palavras entre o povo brasileiro e o imperialismo. O povo brasileiro, nesta fase histórica, compreende o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e a parte

da alta e média burguesia conhecida como burguesia Nacional. O imperialismo tem os seus aliados nos latifundiários e em parte da alta e da média burguesia e recruta os seus agentes nessas classes na pequena burguesia, que lhe fornece quadros intelectuais, militares principalmente. Há contradições no seio do Povo, destacando-se, pelo seu caráter antagônico, aquela entre a burguesia e o proletariado. O tratamento dessas contas são os reflexos no desenvolvimento da revolução brasileira (SODRÉ, 1976, p.401).

Registrando a contradição fundamental entre nação e imperialismo, Sodré (1976, p.398) argumenta que as oligarquias como “(...) agentes internos que se desenvolvem paralela e intimamente associados à contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e o monopólio da terra que as interessava”. Segundo esta proposição, a burguesia agroexportadora seria, portanto, profundamente vinculada aos interesses do imperialismo; logo, um empecilho ao projeto de independência. Os comunistas, assim, impunham uma oposição no projeto de país e nação empregados pelos distintos setores da burguesia brasileira. Ou seja, haveria um setor que contraditoriamente poderia enfrentar-se ao imperialismo, assumindo a bandeira da revolução brasileira. Em suma, somente após o cumprimento da etapa da revolução burguesa brasileira, dirigida pelas elites urbanas e industriais, as condições para a revolução socialista — esta sim protagonizada pelos trabalhadores e camponeses — estariam dadas no Brasil. Fora a partir desta caracterização que o Partido Comunista Brasileiro justificava a defesa da aliança entre trabalhadores e burguesia, tendo como inimigo principal o capital estrangeiro vinculado ao imperialismo estadunidense.

É importante destacar que no seio do partido, as proposições referentes às alianças de classes e as tarefas da revolução burguesa não eram unânimes. De modo distinto, Caio Prado Júnior (1966), dirigente do PCB, no livro *A revolução Brasileira*, iria contrapor aos pressupostos hegemonicamente defendidos dentro do PCB. O pensador, ainda que não rejeite a necessidade das bandeiras democráticas nos países de capitalismo tardio, vai observar que desde os princípios de sua formação histórica social, o Brasil esteve integralizado ao capitalismo mundial. Segundo o autor:

(...) Os países da América Latina sempre participaram, desde sua origem, na descoberta e colonização por povos europeus, do mesmo sistema em que se constituíram as relações econômicas que, em última instância, foram dar origem ao imperialismo. São essas relações que, em sua primeira fase do capital comercial, presidiram a instalação e estruturação econômica e social das colônias, depois nações latino-americanas. É assim, dentro de um mesmo sistema que evoluiu e se transformou do primitivo e originário capitalismo comercial, é aí, e por fora das mesmas circunstâncias (embora atuando diferente no centro e na periferia) que se constituíram de um lado as grandes

potências econômicas dominantes do sistema imperialista, e do outro os países dependentes²¹ da América Latina (PRADO Jr. 1966, p.101-102).

Segundo Mantega, na mesma obra, Prado Júnior:

(...) investe contra as principais ideias do modelo democrático-burguês, que era a concepção em voga para a esquerda da época, defendida principalmente pelos seus antigos correligionários do PCB. Segundo ele, essa teoria de revolução brasileira assentava num esquema teórico abstrato. (...) Uma mera transposição mecânica do que ocorrera nos países europeus, cujo capitalismo havia efetivamente surgido das entranhas do feudalismo. (...) Já o Brasil nunca havia sido feudal e, por isso, não poderia apresentar, em plena década de 60 do século XX, restos feudais, como queriam os teóricos do PCB (1985, p.237).

A revolução burguesa, portanto, não teria sentido, visto que, a burguesia interna, independentemente das contradições apresentadas e refletidas pelos diversos setores de produção, estaria completamente atrelada aos interesses imperialistas, não podendo, desse modo, encampar as tarefas democrático-burguesas. Assim, as tarefas da revolução brasileira deveriam ser, desde então, protagonizadas pelos setores populares do país.

Enfim, mesmo sendo o pólo mais importante da organização da classe trabalhadora, à época, atuando em defesa dos interesses subalternos em diversos cenários da luta de classes brasileira, do ponto de vista das elaborações acerca da natureza do capitalismo na região, como observamos, a partir das formulações do PCB nas décadas de 1950 e 1960, fora possível identificar, pelo menos três elementos que confluem para as teses do ISEB e da CEPAL. Primeiro, a distinção de um desenvolvimento capitalista atrasado, contraditório, com relações semifeudais de produção que originava dessa contradição a existência de um bloco burguês retardatário, oligárquico, vinculado às formas pré-capitalistas de produção; e de outro bloco, representado por uma burguesia moderna, industrial, nacional e progressista. Segundo, a partir da necessidade de avançar no desenvolvimento das forças produtivas, via industrialização, urge a possibilidade da revolução brasileira, mas, primeiramente, de caráter capitalista. O etapismo do PCB obrigaria necessariamente a construção de um pacto de classes, a fim de conformar um bloco nacional anti-imperialistas, de enfrentamento dos interesses do capital estrangeiro.

Por outro lado, é importante fazer justiça e afirmar que, em primeiro lugar, as elaborações do partido em nada ferem seu legado de defesa da classe trabalhadora. E, em segundo lugar, as ideias etapistas embora hegemônicas, não foram unânimes no partido. Tendo em vista a contribuição de Caio Prado Jr que tornaria um divisor de águas nas

²¹ Como veremos mais à frente, os estudos de Caio Prado Jr. servirão de ponto de partida das teorias da dependência. Sobretudo os estudos numa perspectiva crítica de Gunder Frank e Marini.

interpretações do capitalismo brasileiro, pois, em certo sentido, pretendeu acertar as contas com as elaborações do PCB, do nacional-desenvolvimentismo, e da esquerda em geral de vinculação soviética, a partir da crítica ao etapismo e da política de conciliação de classes, travestida sob a bandeira da revolução democrático-burguesa brasileira. Importante frisar que, embora tenha contribuído no debate da investigação do capitalismo no Brasil, não se manifestou acerca dos limites das relações entre a economia periférica e o imperialismo. Por conseguinte, ele acaba por abrir os caminhos para as formulações vindouras da Escola da Dependência. A previsão da natureza da burguesia brasileira seria confirmada anos mais tarde quando o Golpe cívico-militar de 1964 pôs fim às ilusões desenvolvimentistas e a utópica ideia de uma burguesia nacional progressista.

2.4. O Golpe de 1964 e o fim das utopias desenvolvimentistas: caminhos para o surgimento das escolas da dependência

Como visto anteriormente, as formulações da CEPAL, do ISEB e do PCB nas décadas de 1950 e 1960 combinaram não só na proposta de um modelo de Estado, de democracia e de programa econômico alternativo ao subdesenvolvimento da região. Essas partiam de um ponto comum: a crença na existência de uma burguesia nacional, industrial, moderna e progressista que poderia alavancar o desenvolvimento capitalista brasileiro, em contraposição aos interesses do capital estrangeiro imperialista.

Como descreve Plínio de Arruda Sampaio Júnior (2012), o programa teórico e a agenda política nacional-desenvolvimentista:

(...) implica a necessidade inescapável de “mudanças estruturais” que ataquem as causas do subdesenvolvimento. Por conseguinte, a sua agenda política passa pelo enfrentamento do imperialismo, que submete as economias periféricas aos imperativos do desenvolvimento desigual e combinado, bem como por reformas estruturais que liquidem as bases objetivas e subjetivas do regime de segregação social — o latifúndio e os privilégios aberrantes de burguesias dependentes, cuja força se alimenta na pobreza e na miséria de expressivos contingentes da população. Por diferentes caminhos, as formulações desenvolvimentistas partiam do suposto de que as estruturas que bloqueavam o desenvolvimento capitalista nacional eram produto de contingências históricas que poderiam ser superadas pela ‘vontade política’ nacional. Não haveria nenhum obstáculo intransponível que impedisse, inescapavelmente, a possibilidade de conciliar capitalismo, democracia e soberania nacional nas economias da periferia do sistema imperialista (SAMPAIO JR, 2012, p.674-675).

Nesta passagem, Plínio de Arruda Sampaio Júnior (2012) observa as contradições do programa desenvolvimentista do enfrentamento com os interesses do capital monopolista. O embate com os interesses monopolistas seria condição incontornável da agenda

desenvolvimentista, pela via da agenda das reformas de base, no confronto com as condições de desigualdade e subdesenvolvimento. Na perspectiva desenvolvimentista da Cepal, ISEB e PCB, o inimigo externo era superdimensionado, ao passo que a burguesia nacional, cujos interesses predatórios amplificaram as condições de desigualdades, de modo que não só eram percebidas como aliadas, mas sim, como protagonistas na agenda de revolução nacional.

Sobre a conjuntura do país durante o governo Goulart e antecedentes ao golpe, Caio Navarro Toledo (2004) revela que:

Durante a curta existência do governo João Goulart (setembro de 1961 a março de 1964), um novo contexto político-social emergiu no país. Suas características básicas foram: uma intensa crise econômico-financeira; constantes crises político-institucionais; crise do sistema partidário; ampla mobilização política das classes populares paralelamente a uma organização e ofensiva política dos setores militares e empresariais (a partir de meados de 1963, as classes médias também entram em cena); ampliação do movimento sindical operário e dos trabalhadores do campesinato (TOLEDO, 2004, p.3).

É importante assinalar que o período que antecedeu o governo João Goulart marcou uma conturbada conjuntura de disputas de projetos antagônicos, os quais discutiam os rumos da economia, da política e das formas do Estado brasileiro. Nesse período, ocorre “(...) um intenso e amplo movimento político do proletariado urbano, proletariado rural e campesinato, em termos de organização, conscientização, reivindicação (...)” (IANNI, 2019, p.305). Durante toda a década de 1950²², há uma ascensão da política e da organização sindical; os trabalhadores entram em cena e surgem como uma força relevante com grandes aspirações na política brasileira. Sem dúvidas, esse momento de forte debate de organização da classe trabalhadora e dos camponeses fora decisivo como alicerce político que empreendeu uma sustentação ao governo de Goulart que chegaria ao poder após a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961²³. O governo Goulart pretendeu aplicar um programa de governo centrado na configuração de projetos estruturais buscando resolver os impasses da sociedade brasileira. Com amplo apoio dos setores desenvolvimentistas, Celso Furtado assume o Ministério do Planejamento e, em 1962, anuncia um programa de ajuste fiscal através da proposta do Plano Trienal de desenvolvimento econômico-social.

Segundo Caio Navarro Toledo, o Plano Trienal buscava:

(...) compatibilizar o combate ao surto inflacionário com uma política de desenvolvimento que permitisse ao país retomar as taxas de crescimento semelhantes às do final dos anos 50. Como reconheciam alguns setores de

²²A vitória da Revolução Cubana, em 1959, acende a chama dos movimentos de libertação nacional por um lado, e por outro, inspiram o imperialismo para abortar qualquer conjuntura minimamente radical na região.

²³Para uma análise detalhada da conjuntura da ditadura Militar, ver o texto de NETTO, J. P. Pequena história da Ditadura Militar, São Paulo, Cortez. 2014.

esquerda, o Plano constituía-se num avanço em relação às teses ortodoxas dominantes, pois afirmava ser possível combater o processo inflacionário sem sacrificar o desenvolvimento. Apesar de não atribuir aos salários efeitos inflacionários, na prática, o Plano pedia — como todos os planos de “salvação nacional” — que os trabalhadores (novamente) “apertassem os cintos”, em nome de benefícios que viriam obter a médio e a longo prazo. Os tradicionais apelos à “colaboração” e ao “patriotismo” da classe trabalhadora eram reiterados pelos formuladores do Plano (TOLEDO, 2004, p.5).

Com a falência do Plano Trienal, uma grande crise assola o país e os antagonismos de classes são evidenciados, além da amplificação dos conflitos no seio da sociedade brasileira.

As contradições são expostas com as reivindicações da classe operária e camponesa organizadas em associações, sindicatos urbanos e movimentos rurais, como é o caso das ligas camponesas que dão início aos movimentos de enfrentamento, de reivindicação de políticas públicas para uma efetiva melhoria das condições de organização política e da vida social como um todo. Surgem nesse momento as mobilizações pelas “reformas estruturais de bases”. Por outro lado, registra-se a insatisfação e os movimentos da burguesia nacional industrial²⁴ que, atrelada às oligarquias e ao capitalismo monopolista internacional, começam a questionar as perdas econômicas e políticas.

Na obra *a Ditadura do Grande Capital*, Octávio Ianni (2019, p.306) explica que, além da forte crise econômica, as possibilidades da conformação de um estado organizado, acima das classes e indutor de desenvolvimento, como pretendiam os nacional-desenvolvimentistas, entra em colapso “(...) devido às controvérsias entre os setores burgueses, às pressões do imperialismo contra o populismo, o nacionalismo econômico, a politização dos trabalhadores e, principalmente ao ascenso político dos operários e camponeses”. Sentindo-se ameaçada pelo grande volume dos movimentos da classe trabalhadora, a saída encontrada pela classe burguesa fora construção de um amplo bloco que gastaria em um golpe de estado para depor João Goulart — conduzindo a uma ditadura militar, findando de uma vez as ilusões das possibilidades de um pacto de classes e, principalmente, da revolução brasileira democrático-burguesa. Assim, conforme observa Ianni (2019):

(...) a ditadura formou-se e desenvolveu-se como contrarrevolução. O Bloco [burguês] no poder que organizou, planejou e deu o golpe de Estado de 31 de Março de 1964, consolidou-se no controle do aparelho estatal, na prática realizou uma brutal contrarrevolução. Foi a resposta da grande burguesia

²⁴Por muitos anos discutiu-se o grau da relação e da direção da burguesia interna industrial na organização do golpe civil-militar de 1964. O estudo de René Dreifuss, “1964, A conquista do Estado”, “Ação política, poder e golpe de classe”. Vozes, 1981 investigou os movimentos que se organizaram no pré-golpe e indicou a ampla articulação entre todos os setores da burguesia brasileira, em consonância com o imperialismo, com os civis e militares.

financeira e monopolista associada com setores da classe média, da Igreja Católica, de militares, policiais, latifundiários, burocratas, tecnocratas e outros grupos ou facções de classes ao ascenso político da classe operária e do campesinato (IANNI, 2019, p. 304)

Com pensamento similar, Plínio de Arruda Sampaio Júnior (2012) indica que com o início do ciclo de golpes que ocorrem na América Latina²⁵, iniciado no Brasil em 1964 e encerrando-se em 1973, no Chile, configura-se o movimento internacional do capital monopolista determinando a interrupção dos movimentos de revolução burguesa no continente como uma “contrarrevolução permanente”.

Para o teórico:

O regime do capital consolida-se na América Latina como um capitalismo dependente. Apoiadas pelo império norte-americano, os setores pragmáticos interromperam violentamente o processo de reformas estruturais, cristalizando definitivamente a dupla articulação — dependência externa e segregação social — como alicerce fundamental da acumulação de capital na região. A contrarrevolução jogou por terra os sonhos desenvolvimentistas. O regime burguês sedimentou-se como uma sociedade mercantil particularmente antissocial, antinacional e antidemocrática (SAMPAIO JR., 2012, p.676).

Com a deflagração do golpe não só a configuração do Estado brasileiro transforma-se, visto que a ditadura civil-militar também poria em xeque os limites e as possibilidades do regime no capitalismo dependente e periférico. Segundo Florestan Fernandes (1980, p.113 apud Toledo, 2004, p.3), entre um dos objetivos cruciais da ditadura militar estava o de interromper os esforços da “(...) transição de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada (...) que ameaçava o início da consolidação de um regime democrático-burguês, no qual vários setores das classes trabalhadoras (mesmo de massas populares mais ou menos marginalizadas, no campo e na cidade) contavam com crescente espaço político”.

Em resumo, afirmamos que o golpe cívico-militar que depôs o governo de João Goulart e que engendrou uma ditadura por 21 anos no país, é o momento em que consumam-se as teorias cepalina, isebiana e do partido comunista. O ISEB, por exemplo, é fechado treze dias após o golpe. Os esforços da CEPAL entram em refluxo, com seus intelectuais partindo para o exílio político. Como observa-se, o ano de 1964 representou o início de um cenário de derrotas históricas, não só da classe trabalhadora, mas dos atores que desenvolveram as teses da revolução democrático-burguesa, pondo fim às ilusões desenvolvimentistas e da política estruturada pelo pacto de classes.

²⁵A operação Condor foi uma aliança entre os governos ditatoriais do Cone-sul de associação bélica e de inteligência militar para aniquilação dos movimentos, partidos e ativistas da resistência democrática na região.

Cabe frisar, ainda, que o golpe de 1964 também traz o confronto entre as teses vinculadas aos partidos comunistas. Dessa forma, podemos aferir que a construção da política etapista da revolução democrático-burguesa engendraram em uma severa crise no PCB, levando-o a um doloroso período de desestruturação²⁶. Para Segatto (1995, p. 24), “(...) o revés do PCB em abril de 1964 não foi episódico, como também não foi, simplesmente, mais uma batalha perdida ao longo de sua trajetória de lutas”. Porém, “(...) os equívocos na interpretação das relações feudais e semicoloniais, na política de alianças de classes” foram cruciais. Por isso, sentencia Segatto (1995) que “a ditadura militar, ao completar e realizar de forma plena e radical o processo (autoritário e excludente) da revolução burguesa no Brasil matou o projeto pecebista” (idem).

A falência da proposta do PCB, ISEB e da CEPAL, indicaram o anacronismo das interpretações da formação brasileira e do subdesenvolvimento da periferia. As percepções derivadas da crítica ao nacional-desenvolvimentismo confluíram para as formulações que indicavam a natureza oligárquica e vinculada ao capital imperialista da burguesia interna, afastando a tese do pacto de classes; as relações de produção no campo integralizadas ao capitalismo, afastando a tese do Brasil feudal; portanto, rejeitando a ideia da revolução burguesa como etapa do socialismo.

No entanto, como esperado, a ditadura civil-militar não resolve a problemática do subdesenvolvimento. Pelo contrário, adotando as políticas econômicas indicadas pelo imperialismo, o regime autocrático até obteve um tímido impulso de crescimento e modernização. Porém, os ganhos foram por curto período e os resultados sociais configuraram o aprofundamento da concentração de renda e das desigualdades. O fato é que os limites do desenvolvimento da periferia impunham-se perante os governos militares de toda a região.

Desse modo, como afirma Sampaio Junior (2012):

A superexploração do trabalho tornou-se parâmetro estratégico do padrão de acumulação. A intolerância em relação à utilização do conflito como meio legítimo de conquistas coletivas converteu-se na quintessência do padrão de dominação. Pobreza e miséria se transformaram definitivamente na galinha de ovos de ouro da burguesia latino-americana. Acabava a ilusão de um capitalismo civilizado. O brutal desequilíbrio na correlação de forças entre capital e trabalho tornou-se premissa fundamental do capitalismo no continente (SAMPAIO Jr., 2012, p.677).

Será nesse contexto de falência do desenvolvimentismo e, conseqüentemente, da persistência do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo que um novo movimento

²⁶Após a derrota de 1964, o PCB se divide em várias agremiações políticas. Para esse debate, ver o estudo de SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos**: comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2001.

teórico surgirá. Alguns intelectuais latino-americanos dedicaram-se à construção de estudos sobre as condições de subordinação econômica e política da região. Desse modo, da crítica ao método estrutural-desenvolvimentista da CEPAL e ao marxismo de inspiração stalinista presentes inicialmente nas formulações dos partidos comunistas, consolidou-se na segunda metade da década de 1960, a chamada *Escola da dependência*.

A Escola da dependência buscará investigar não somente a natureza do capitalismo periférico, mas a partir do balanço do desenvolvimentismo refletirá sobre o conjunto das relações sociais, econômicas, políticas e das possibilidades do desenvolvimento dos países dependentes. Duas vertentes se destacaram na Escola da dependência: a vertente conhecida como weberiana representada por Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto entre outros; e a versão marxista, na qual Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos que passaram a constituir como principais formuladores.

Dessa forma, na próxima seção faremos um estudo da obra “*Dependência e desenvolvimento na América Latina*”, escrita por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, pela qual os autores desenvolvem uma análise do estudo sociológico das características das teses desenvolvimentistas elaborando uma exposição das particularidades, limites e possibilidades a partir do desenvolvimento na periferia capitalista, para, ao fim, apresentar a perspectiva da dependência associada.

3. DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA SEGUNDO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E ENZO FALETTO

Nesta seção, aborda-se um debate teórico fundamental na continuidade das teses interpretativas do desenvolvimento periférico, o qual inaugura, senão sob a óptica cronológica, mas pela ótica da expressão e da importância política, uma importante escola do pensamento latino-americano: a teoria da dependência. Como observado na seção anterior, a série de processos autocráticos que emergiu no início da década de 1960 na América Latina — com destaque para os países do Cone Sul — foi determinante para pôr em xeque as teorias desenvolvimentistas na região. Nesse contexto, de bancarrota das teses cepalinas, do ISEB e daquelas vinculadas aos partidos comunistas, surgiu em meados da década de 1960, o debate que viria a representar, senão a superação, certamente um contundente contraponto ao desenvolvimentismo.

Os teóricos da dependência partiram das elaborações da CEPAL, ou melhor, do contraponto crítico às elaborações cepalinas e seguiram num movimento teórico que buscou não só uma nova abordagem metodológica e uma interpretação da formação social da periferia do capitalismo, mas preencher as lacunas que permaneciam abertas diante da frustração generalizada com as teses desenvolvimentistas no início da segunda metade do século XX. Se, por um lado, a crise do desenvolvimentismo demonstrou o colapso da política de conciliação de classes, por outro, a persistente subordinação das economias periféricas aos centros econômicos globais impunha a alguns intelectuais latino-americanos uma problemática similar, quais sejam a do proeminente dilema do subdesenvolvimento, das potencialidades e limites do crescimento econômico, assim, como da autonomia política dos estados nacionais da periferia capitalista.

Busca-se apresentar um estudo acerca das principais características desta vertente da teoria da dependência, a partir das teses desenvolvidas por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto²⁷ presentes na famosa obra ensaística *Dependência e Desenvolvimento na América Latina- ensaio de interpretação Sociológica*, escrita durante o exílio no Chile do sociólogo brasileiro, na década de 1960. Não à toa trataremos da discussão do texto supracitado *Dependência e Desenvolvimento* que trata do apogeu teórico e intelectual de

²⁷ É importante destacar que outros autores já haviam elaborado sobre a dependência antes de Cardoso e Faletto, entre eles o economista alemão André Gunder Frank, em artigo publicado na *Monthly Review*, vol. 18, nº 4, em setembro de 1966.

Fernando Henrique Cardoso²⁸, este fato não é mero exagero. A obra reflete uma elaboração de fôlego, que figurou nos ambientes acadêmicos da América Latina e alçou os autores ao prestígio²⁹.

Partindo da crítica ao desenvolvimentismo cepalino, ainda no final dos anos 1960, Cardoso e Faletto buscaram indicar as chaves para investigação do caráter sociológico, econômico e político dos Estados nacionais periféricos. Os autores observam a existência de uma situação específica de dependência, através da qual emergem entraves — e também possibilidades — na relação política e econômica com os países de economia central.

O livro é constituído em dois momentos: no início, os autores partem da crítica metodológica às teses do desenvolvimentismo cepalino para elaborarem a construção de uma “análise integrada de desenvolvimento.” Na segunda parte, destaca-se as etapas de desenvolvimento do programa da CEPAL a partir dos estudos das experiências e processos históricos em alguns países da região³⁰. Dessa forma, dividiremos nossa exposição em três etapas: crítica metodológica à CEPAL, a Análise integrada do desenvolvimento, e, finalmente, a tese da dependência-associada, na qual buscaremos apresentar uma breve ilustração da aproximação desta perspectiva de dependência com a teoria política weberiana.

3.1 A Crítica ao desenvolvimentismo cepalino na óptica de FHC e Faletto

Após a deflagração do golpe civil-militar no Brasil, diversos políticos, militantes partidários, personalidades da cultura e intelectuais exilaram-se pelo mundo. Pela proximidade geográfica, os países vizinhos da América do Sul serviram como abrigo para muitos que, pela atormentadora força da repressão, tiveram que largar seus lares, familiares e trabalhos. A escolha destes países também foi reforçada pelas características dos movimentos

²⁸ Aqui cabe uma nota: Fernando Henrique Cardoso possui uma biografia representativa. O sociólogo se gabaritou em altos postos em sua trajetória, sejam nos ambientes acadêmicos, sejam na vida política, alcançando seu auge na eleição em 1994 – e reeleição em 1998 – para o cargo de Presidente da República do Brasil. Sua trajetória, pra lá de ambígua, permite ao bom debate entre o intelectual e o político, entre a teoria e a prática política, além das implicações que a evidência e o *status* político possibilitaram na carreira intelectual. No entanto, sem deixarmos de julgar essa trajetória uma questão contundente, alertamos que não trataremos dela no presente texto.

²⁹ *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* foi publicada pela primeira vez em 1967, no Chile, e foi editada dezenas de vezes, em mais de dez línguas, entre elas a russa, eslovaca, hebraica e chinesa.

³⁰ Os casos ilustrados pelos autores são os processos sociais do Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Colômbia, México e Peru. Na elaboração do presente estudo, não abordaremos em detalhes a análise que os autores fazem dos casos específicos na região, pois julgamos que, para efeito do cumprimento do objetivo do nosso trabalho, não haverá prejuízo de demonstração e entendimento.

e processos políticos, econômicos e sociais comuns. Entre as figuras que se abrigaram na região, destacamos o sociólogo Fernando Henrique Cardoso³¹.

E foi durante o exílio, mais precisamente no Chile, no início da segunda metade da década de 1960, exatamente nos anos de 1966 e 1967, junto do sociólogo e historiador chileno, Enzo Faletto, que Cardoso foi convidado por José Medina Echavaria para desenvolver um trabalho de auxílio intelectual através do ILPES (Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social), órgão de vinculação direta à CEPAL.

Como um dos objetivos, a atividade do ILPES pretendia promover uma aproximação intelectual entre a economia e a sociologia com o objetivo de elaborar um plano de formação técnica para instituição, no intuito de contribuir para uma teoria do desenvolvimento que levasse em conta não só os aspectos econômicos, mas também as relações históricas e contradições sociais dos países da região. Os debates no ILPES levaram ambos os autores ao estudo dos processos de transformação das sociedades na América Latina, observando as distinções e similaridades das condições de desenvolvimento nestas localidades.

Sobre o trabalho no ILPES, Cardoso e Faletto dizem que este:

Visava estabelecer um diálogo com os economistas sobre o desenvolvimento na América Latina, para salientar a natureza social e política daquele processo. (...) em mostrar de forma mais direta e específica *como* se dá esta relação e que implicações derivam da forma de combinação que se estabelece entre economia, sociedade e política em momentos históricos distintos (CARDOSO E FALLETO, 1977, pag.7, itálicos do autor).

Neste sentido, como acúmulo da experiência e produto de diversos relatórios no ILPES, em 1969 é lançada a obra *Dependência e Desenvolvimento: ensaio de interpretação sociológica*, a qual trataremos aqui nesta seção. Tal obra foi uma construção determinante para os autores. Pelo aspecto individual, porque, através dela, ambos os sociólogos conquistaram relevante espaço e respaldo intelectual. Mas foi pelo seu conteúdo de análise crítica ao desenvolvimentismo e distinção da condição de dependência que Cardoso e Faletto sobressaíram naquele período. O curso do texto de Cardoso e Faletto teve início pela análise crítica dos fundamentos teórico-metodológicos do desenvolvimentismo. A escolha pela exposição iniciada pela metodologia das teses cepalinas dá um tom sobre o teor do ensaio.

Já no início do livro, os autores destacam que a finalidade da obra foi:

Esclarecer alguns pontos controvertidos sobre as condições, possibilidades e formas do desenvolvimento econômico em países que mantêm relações de dependência com polos hegemônicos do sistema capitalista, mas, ao mesmo

³¹ Além de FHC, outro importante intelectual brasileiro que exilou-se no Chile e desenvolveu o mesmo trabalho no ILPES foi o Sociólogo Francisco Weffort.

tempo, constituíram-se como Nações e organizaram Estados Nacionais que, como todo Estado, aspiram soberania. Por outro lado, procurou-se mostrar, implicitamente, que falar da América Latina sem especificar dentro das diferenças de estrutura e de história constitui um equívoco teórico de consequências práticas perigosas (CARDOSO E FALETTI, 1977, pág.07).

Como observado na seção anterior, a destacada preocupação com as possibilidades de avanço econômico na periferia do capitalismo tornaram-se inquietações e objetos mais que relevantes em diversas elaborações teóricas desenvolvimentistas no período. Como visto, essas teses ganham destaque porque, diante de suas respostas, constituir-se-iam as bases para o planejamento e crescimento econômico tão aspirado pelos seus respectivos autores. Na introdução da obra *A Ideias e seu lugar: ensaios sobre a teoria do desenvolvimento*, Cardoso(1980) recupera e sintetiza as principais formulações da teoria do desenvolvimento.

Quando analisada a problemática originária dos esforços da Cepal, observemos que Cardoso identifica a tese de que:

As leis do livre-comércio internacional baseadas nas vantagens comparativas da especialização da produção beneficiam os países industrializados em detrimento dos países produtores de matérias-primas e de gênero alimentícios. E que, conseqüentemente, haveria que industrializar a periferia e haveria que estabelecer regras no mercado internacional que defendessem os produtos agroexportadores (1980, p.8).

Observemos que, como mostrado na seção anterior, os teóricos da CEPAL depararam-se com muitas premissas teóricas para o desenvolvimento formuladas pelos emissários das economias centrais. Dentre elas, estava a teoria das vantagens comparativas. Advinda das bases do liberalismo de David Ricardo, a teoria das vantagens comparativas assevera sobre a possibilidade de rentabilidade das economias periféricas, a partir da relação do livre-comércio e das trocas econômicas com países de capitalismo central. Segundo a teoria, em virtude da alta produtividade e do advento tecnológico, os preços das mercadorias produzidas pelas economias centrais iriam sofrer uma tendência ao rebaixamento, assim, seria possível constituir um sinal de equivalência, através da transferência de ganhos de produção, no intercâmbio comercial de países com base produtiva primária, cuja produção de insumos seria absorvida na relação comercial.

Dessa forma, o desenvolvimento, via industrialização, deveria ser evitado, pois, na relação da divisão internacional do trabalho, as economias periféricas deveriam manter sua condição de produtores primários, enquanto o centro especializou-se pela produção industrial de base tecnológica avançada. Assim, segundo a teoria, seria estabelecida uma equivalência no intercâmbio de produtos e na relação mercantil entre as economias com benefícios equivalentes para ambos os lados. No entanto, segundo Cardoso (1980), o fundamento das

premissas da teoria das vantagens comparativas seguia a lógica de uma evidente ilusão observada nos textos da CEPAL, visto que:

Os ganhos de produtividade das economias centrais proporcionadas pela industrialização e pela tecnificação agrícola *não* se transferiam aos países subdesenvolvidos pelo intermédio da baixa relativa dos preços dos produtos importados. Os textos da CEPAL são claros: a transferência de ganhos de produtividade não ocorre porque os trabalhadores dos países centrais se organizam e defendem seus salários e porque os produtores também se organizam e defendem seus preços. Não existindo de fato uma economia concorrencial, mas sim uma economia oligopólica e tendo os operários capacidade de luta, bloqueava-se a mola fundamental da justificativa ideológica do livre comércio. Esse passou a ser defendido como um embuste para assegurar a exploração nas trocas internacionais (CARDOSO, 1980, p.8).

A partir dessa constatação, Cardoso (1980) indica uma questão central para os economistas cepalinos, trata-se da problemática da deterioração dos termos de troca. A saber:

Como os trabalhadores dos países subdesenvolvidos, especialmente os do campo, não têm condições para defender os salários, e como a produção agroexportadora faz-se, em geral, a partir de patamares tecnológicos baixos, dá-se ao mesmo tempo a possibilidade de que os produtos agrário-exportadores em condições de existência de um ‘deterioro de lós términos de intercambio’, sem que sejam afetados os ganhos de produtos locais (CARDOSO, 1980, p.8).

Diante da particularidade periférica imposta pela deterioração dos termos de troca, constituiu-se, no pós-crise de 1929, um impulso de desenvolvimento nos mercados latino-americanos projetado a partir de algumas premissas, dentre as mais importantes, podemos destacar a substituição das importações, o mercado interno com transferência de mão-de-obra dos setores de baixa para os de alta produtividades e a distribuição de renda. Segundo Cardoso e Faletto, “(...) esses fatores, atuando em conjunto, pareciam suficientes para assegurar o automatismo do crescimento, provocado, a partir de certo momento, pelo simples estímulos do mercado.” (1977,p.9) Num primeiro momento, o estímulo à industrialização apareceria como recurso quase que exclusivo para a superação das retrações econômicas e da crise social inaugurada pós-29.

Assim, para os teóricos desenvolvimentistas³², o impulso ao desenvolvimento viria a constituir, Segundo Cardoso e Faletto (1977) “(...) na convicção de que o industrialismo sucederia à expansão das exportações, complementando assim um ciclo de crescimento e inaugurando uma fase de desenvolvimento autossustentado (...)” (p.10). Este

³²Nesse momento, Cardoso e Faletto constroem uma argumentação a partir dos escritos do economista cepalino, o chileno Raúl Prebisch, principalmente pela obra “El desarrollo económico de La América Latina y algunos de sus principales problemas”, editada em 1962.

desenvolvimentismo autossustentado necessitaria, por sua vez, “[...] basear-se nos estímulos do mercado interno e na diferenciação do sistema produtivo industrial, o que conduziria à criação de uma indústria própria de bens de capital (...)” (1977, p.10). Por outro lado, do ponto de vista das relações externas, “(...) os vínculos com o mercado internacional continuariam atuando, tanto pela necessidade de assegurar os compradores para os produtos de exportação, quanto pela necessidade de obter inversões exterior (...)” (1977, p.10) No entanto, “[...] a expansão do mercado interno deveria assegurar por si só o desenvolvimento continuado. A instalação de ‘indústrias exportadoras’ continuaria sendo necessária para manter a “capacidade de importar”, mas o sentido fundamental do desenvolvimento *não seria dado pelo mercado externo, mas pelo interno (...)*”(1977, p.10, itálicos nossos).

O desenvolvimentismo autossustentado, constituído a partir da substituição das importações via projeto de industrialização nacional, seriam etapas para construção de um mercado interno forte. Este mercado seria complementado pelo aumento da produtividade e da mão de obra urbana, movimentos que incitaram a ampliação da distribuição de renda nacional. Como poderemos ver, seguindo os critérios acima assinalados, referentes aos sentidos da industrialização operada pelos teóricos do desenvolvimentismo, Cardoso e Faletto (1977) pontuam cinco características que são confirmadas como pressupostos basilares para o programa desenvolvimentista na América Latina. Esta constatação é conferida a partir de uma observação das realidades das economias do Brasil, Argentina, México, Chile e da Colômbia.

Segundo os autores, as cinco características destacadas foram:

1) um mercado interno suficiente para o consumo dos produtos industriais, formado desde o século passado pela integração da economia agropecuária ou mineira ao mercado mundial;2)uma base industrial formada lentamente nos últimos 80 anos, que compreendia indústria leves de consumo (alimentícias, têxteis etc.) e, em certos casos, a produção de alguns bens relacionados com a economia de exportação;3)uma abundante fonte de divisas constituídas pela exploração agropecuária e mineira;4)fortes estímulos para o crescimento econômico, especialmente em países como o Brasil e a Colômbia, graças ao fortalecimento do setor externo a partir da segunda metade da década de 1950; 5) a existência de uma taxa satisfatória de formação interna de capitais em alguns países, como, por exemplo, na Argentina (CARDOSO E FALETTTO, 1977, p.10-11).

Pela ótica econômica, essas características poderiam ser condensadas, primeiro, na “(...) absorção de uma *tecnologia* capaz de promover uma diversificação da estrutura produtiva e de aumentar a produtividade (...)” e, em segundo lugar, através de uma política que, “*através do estado*, criasse a infraestrutura requerida por essa diversificação” (CARDOSO E FALETTTO,1977, p.11, itálicos nossos). Nesse momento, os autores, pela

primeira vez na referida obra, destacam a necessidade de um estado controlador e indutor do crescimento como ponto primordial para o sucesso do programa desenvolvimentista.

Sobre o estado e a política econômica desenvolvimentista, os autores afirmam que:

As condições estruturais e de conjuntura favoráveis deram margem desde então à crença, comum entre os economistas, de que o desenvolvimento dependeria principalmente da capacidade de cada país para tomar as decisões de política econômica que a situação requeresse. (...) começaram a fortalecer-se os instrumentos de ação do poder público como um meio de defender a economia exportadora. O passo seguinte constituiria na criação de instituições públicas para fomentar o desenvolvimento segundo as novas ideias e alcançar uma redefinição das expectativas e do comportamento dos encarregados de tais decisões na burocracia estatal (CARDOSO E FALETTO, 1977, p.11).

Essa crença de constituir uma capacidade de controle político da atividade econômica foi uma importante motivação para a proposta de criação de uma relação moderna, estável e fortalecida entre representações da elite oligárquica burguesa e as estruturas das instituições estatais.

Desse modo, para os autores elencados acima: “(...) o fortalecimento e a modernização do Estado pareciam os instrumentos necessários para alcançar uma política de desenvolvimento efetiva e eficaz. Tanto foi assim que tiveram que realçar o aspecto político de suas posições, voltando à economia política (...)” (CARDOSO E FALETTO, 1977, p.11-12).

O impulso ao avanço da economia política cepalina foi aos poucos abordado como um pressuposto genérico à América Latina, mas que surgia como indicativo para um desenvolvimento das instituições e, conseqüentemente, dos estados nacionais. Esse impulso, “(...) tratava-se de fortalecer o mercado interno e de organizar os centros nacionais de decisão de tal modo que se tornassem sensíveis aos problemas do desenvolvimento de seus próprios países (...)” (CARDOSO E FALETTO, 1977, p.12). No entanto, mesmo com todas as premissas muito bem elaboradas, Cardoso e Faletto (1977) apresentam um tema fundamental para o desenvolvimento de suas teses. Trata-se do questionamento não mais das potencialidades do desenvolvimentismo, mas dos limites estruturais que impediram que o programa cepalino de desenvolvimento auto sustentado lograsse êxito.

Sobre os questionamentos quanto ao programa cepalino, posto à prova desde a década de 1950, Cardoso e Faletto (1977) destacam algumas contradições daquele processo:

Era difícil explicar por que – com tantas condições aparentemente favoráveis para passar da etapa de substituição de importações para outra em que se abriram novos campos de produção autônoma, orientadas para o mercado interno – não se tomaram medidas necessárias para garantir a continuidade

do desenvolvimento ou por que as providências tomadas não alcançaram seus objetivos. Mais ainda, em alguns casos a taxa de crescimento econômico, *stricto sensu*, não foi suficiente para dinamizar os setores mais atrasados da economia e assim tampouco foi possível absorver a pressão que significava o contínuo aumento demográfico. Para tanto contribuiu o tipo de tecnologia adotada nos setores mais modernos, que implicava uma baixa utilização de mão-de-obra. Entretanto, como todas essas dificuldades não significaram abertamente uma depressão, tampouco chegaram a produzir-se as consequências que esta poderia acarretar e que obrigariam uma revisão das políticas de desenvolvimento adotadas. (CARDOSO E FALETTTO, 1977, p.12).

A constatação dessas contradições foi demonstrada pelos autores ao observarem as condições econômicas, sociais e políticas dos países da região. No caso da Argentina, que naquela época — meados da década de 1950 — gozava de relativa condição de avanço econômico, os autores indagam se:

Seria possível manter a hipótese de que faltaram as condições institucionais e sociais que haveriam de permitir que as condições econômicas favoráveis se traduzissem em um movimento capaz de garantir uma política de desenvolvimento, ou havia na realidade um erro de perspectiva que permitia crer possível um tipo de desenvolvimento que era irrealizável economicamente? (CARDOSO E FALETTTO, 1977, p.12).

As situações do Brasil e do México não fogem à regra. Embora observados importantes até a década de 1950, a estagnação econômica do Brasil no pós-1960, abriram uma possibilidade para questionamento e incertezas. Já no caso mexicano, onde foi possível observar a melhor ocorrência de industrialização e estruturação econômica, imperava, por outro lado, a evidente desigualdade de renda e uma crescente e cada vez mais presente inserção de capital internacional no mercado interno em sua economia.

Ainda sobre as dificuldades constatadas no *modus operandis* do desenvolvimentismo, Cardoso e Faletto (1977) sentenciam que:

Em primeira aproximação fica, pois, a impressão de que o esquema interpretativo e as previsões que à luz de fatores puramente econômicas podiam formular-se ao terminar os anos de 1940 não foram suficientes para explicar o curso posterior dos acontecimentos. Com efeito, o salto que parecia razoável na Argentina não se deu, nem se produziram as transformações qualitativas desejadas. Ainda que as dificuldades da Economia brasileira pudessem ter sido provisoriamente solucionadas no impulso desenvolvimentista da década de 1950, apoiado pelo financiamento externo a curto prazo, reabriu-se uma fase de retrocesso e talvez estagnação, quando já se anunciava a superação definitiva dos obstáculos ao desenvolvimento. Finalmente, a economia mexicana, depois das dificuldades de um período de reajustes e transformações profundas, orientadas por uma política nacionalista, parecia realizar suas possibilidades de uma expansão em grande medida, graças a sua integração no mercado mundial através de inversão externa de capitais e da diversificação e seu comércio exterior, dentro do qual tem um papel importante o turismo. (CARDOSO E FALETTTO, 1977, p.13-14).

A sentença acima revela uma indagação importante sobre as possibilidades e impeditivos do crescimento econômico nos países observados. A partir dessa preocupação, foram questionados os ritos formulados pela CEPAL para o desenvolvimento. No entanto, o enfoque que Cardoso e Faletto evidenciam, trata-se duma crítica da óptica metodológica, ou melhor, do método apropriado pelos economistas cepalinos ao descreverem os processos sociais na região. Nesse sentido, Cardoso e Faletto (1977) iniciam a indagação sobre a natureza das crises e do crescimento de modo que seja observado o conjunto dos processos de crescimento e estagnação presentes em cada situação concreta:

A luz desses fatos, pode generalizar-se a sugestão implícita a pergunta sobre as causas da insuficiência dinâmica das Economias nacionais que apresentavam perspectivas tão favoráveis como no caso da Argentina. Até que ponto o fato mesmo da Revolução Mexicana, que rompeu o equilíbrio das forças sociais, não terá sido o fator fundamental do desenvolvimento alcançado posteriormente? Não terão sido os fatores inscritos na estrutura social brasileira, o jogo de forças políticas e sociais que atuaram na década ‘desenvolvimentistas’ os responsáveis tanto do resultado favorável como da perda do impulso posterior do processo brasileiro de desenvolvimento?” (CARDOSO E FALETTO, 1977, p.14).

No bojo das indagações, os autores observam uma intenção que indicaria um julgamento das particularidades no qual que atrelava a estagnação econômica à capacidade e/ou ao “atraso” das formações sociais na periferia. Ou seja, buscavam na estrutura das sociedades e no dinamismo da formação social as respostas do êxito ou da ruína do programa desenvolvimentista.

Para os autores, essa avaliação em certa medida constata-se, visto que:

A esses fatores pode atribuir-se, em parte, que o processo de crescimento econômico haja sofrido uma diminuição de velocidade. A taxa de aumento do produto bruto alcançou limites apenas suficientes para promover em alguns países a reorganização do sistema político. Entretanto não se reorganizaram na direção esperada o nem o sistema social, nem o sistema político. Isso levou a pensar que ainda que a ‘sociedade tradicional’ haja transformado em grande medida sua face econômica, contudo, alguns de seus grupos não perderam o controle do sistema de poder, apesar de terem sido obrigados a estabelecer um sistema complexo de alianças com os novos grupos que surgiram. Assim, pois, com a diminuição do ritmo de crescimento, que se iniciou em fins dos anos 50, teriam reaparecido os antigos problemas do Continente com novos protagonistas sociais ou com os de sempre, revestidos agora de aparência moderna. (CARDOSO E FALETTO, 1977, p.14-15).

Assim, pode-se aferir que, segundo Cardoso e Faletto (1977), havia uma tendência dos autores da CEPAL em tratarem e entenderem as particularidades da estrutura das sociedades latino-americanas pela perspectiva, pura e simples, das relações econômicas; e, por outro

lado, a mesma tendência, fragmentada, se observava ao analisarem as decisões e demais questões das relações e formações políticas internas. Para os autores,

Ainda que os graus de diferenciação da estrutura social dos diversos países da região condicionam de forma diversa o crescimento econômico, não é suficiente substituir a interpretação 'econômica' do desenvolvimento por uma análise 'sociológica'. Falta uma análise integrada que forneça elementos para dar resposta de forma mais ampla e matizada às questões gerais sobre as possibilidades do desenvolvimento ou estagnação dos países latino-americanos, e que responda as perguntas decisivas sobre seus sentidos e suas condições políticas e sociais." (CARDOSO E FALETTO, 1977, p.15.)

Como observado, a investigação das bases do movimento desenvolvimentista cepalino e, conseqüentemente, a crítica deste programa, foram o ponto de partida de uma interpretação sociológica do desenvolvimento periférico. Cardoso e Faletto (1977) identificaram as bases teóricas da CEPAL, produzidas nas décadas de 1950 e 1960, destacando os pontos basilares, as possibilidades e limites. É possível identificar, ainda, a influência da perspectiva histórico-estrutural, quando são observados e analisados os processos de desenvolvimento de determinadas regiões.

Deste modo, munidos do arsenal teórico da sociologia do desenvolvimento, Cardoso e Faletto (1977) buscaram integrar economia e política como elementos indissociáveis dos processos sociais, de modo que, tanto as respostas das relações econômicas pudessem ser encontradas na esfera da política, quanto os entraves e contradições das relações políticas pudessem ser investigados pela natureza econômica da periferia do capitalismo. Ao passo que as respostas para o crescimento interno espelhavam-se nas relações externas, as possibilidades das intervenções externas constituíam pelos sujeitos sociais dos estados nacionais. Dito de outro modo, podemos conferir que os autores buscaram explicar o dilema do crescimento periférico através da construção de uma análise integrada entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, entre o moderno e o tradicional, entre o interno e o externo.

A partir desta constatação, os autores constituíram as bases explicativas para a construção de outra perspectiva teórica pautada pela abordagem sociológica do subdesenvolvimento, a fim de entenderem e explicarem as particularidades do desenvolvimento integrado nos processos de formação das regiões periféricas. Os fundamentos e alicerces teóricos da perspectiva do desenvolvimento integrado — constitutiva das bases de sua teoria da dependência — serão abordados no próximo item.

3.2 Desenvolvimento integrado: alicerce para a análise sociológica da dependência

Ao se depararem com a problemática desenvolvimentista, Cardoso e Faletto (1977) voltam-se, inicialmente, para uma questão de método: estes entendiam que, para construção de uma explicação acerca dos dilemas expostos pelo desenvolvimentismo cepalino, quais sejam, a passagem do subdesenvolvimento para o desenvolvimento, este último sendo entendido como fase de uma autonomia política e auto sustentação e crescimento econômico; do tradicional para o moderno e da análise do interno e do externo. Neste caso, seria primordial tratar de construir uma abordagem fundada pelas e nas características sociológicas do desenvolvimento integrado das sociedades dependentes.

Assim, para Cardoso e Faletto (1977, p.16) deveria evitar, como por exemplo, a análise das teses desenvolvimentistas em que o aspecto econômico se sobrepõe às questões sociológicas, visto que o desenvolvimento “(...) é, em si mesmo, um processo social; mesmo que seus aspectos puramente econômicos deixam transparecer a trama de relações sociais subjacentes. Por isso, não basta considerar as condições e efeitos sociais do sistema econômico”. A crítica ao “economicismo” desenvolvimentista seria alvo central dos pesquisadores, pois, dentro desta perspectiva, cujas interpretações buscam considerar a análise do desenvolvimento a partir somente dos fatores relacionados à produção, circulação e consumo, haveria uma tendência a desconsiderar os elementos das formações sociais e das relações políticas componentes da totalidade social.

Além da separação entre o econômico e o sociológico, faz-se necessário destacar outra questão central nas análises³³desenvolvimentistas, isto é, a perspectiva esquemática da transição das sociedades tradicionais para as sociedades modernas.

Segundo os autores:

Essas análises propõem formulações de *modelos ou tipos* de formações sociais. Sustenta-se que as sociedades latino-americanas pertenceriam a um tipo estrutural denominado geralmente por sociedade tradicional e que se está produzindo a passagem a outro tipo de sociedade chamada ‘moderna’. No curso do processo de mudança social pareceria que, ante de se constituir a sociedade moderna, forma-se um padrão intermediário, híbrido, que caracteriza as sociedades dos países ‘em desenvolvimento’. Quando não, formam-se situações estanques entre um setor da sociedade que se moderniza e outros que permanecem arcaicas. Invoca-se a noção de dualismo estrutural (CARDOSO e FALETTO, 1977, p.16-17, *itálicos dos autores.*).

³³Entre os autores estudados por FHC para discussão sobre sociedades tradicionais e modernas estão, B. Hoselitz, *sociological factors in economic development*, glencoe, the free press, 1960. E Gino Germani, in: *política y sociedad em una época de transición*, Buenos Aires, Paidós, 1962.

Estes *modelos e tipos* de formações sociais, fundados no moderno e no tradicional, obedecem a uma clara lógica eurocêntrica, da qual impõe-se a importação de padrões de desenvolvimento que negam as contradições e particularidades do processo histórico da formação social das sociedades periféricas, sobretudo das relações de dominação política e usurpação econômica.

Por esse motivo, Cardoso e Faletto (1977) negam essas categorias de tradicional e de moderno, pois elas não possibilitam:

(...) abranger de forma precisa todas as situações tradicionais existentes, nem permitem distinguir entre elas os componentes estruturais que definem o modo de ser das sociedades analisadas e mostrar as condições de seu funcionamento e permanência. Tampouco se estabelecem, por outro lado, nexos inteligíveis entre as diferentes etapas econômicas – por exemplo, o subdesenvolvimento, desenvolvimento através de exportações ou de substituição de importação etc. – e os diferentes tipos de estrutura social que pressupõem as sociedades ‘tradicionais e as ‘modernas’ (CARDOSO e FALETTO, 1977, p.17).

Se, por um lado, do ponto de vista econômico seria possível atribuir variáveis que balizem e atestem o grau comparativo do desenvolvimento de diferentes sociedades “[...] principalmente levando-se em conta o comportamento da renda e a estrutura do emprego, (pela qual) pode-se inferir a forma que assume uma estrutura social [...]” (Cardoso e Faletto, 1977, p.18). Por outro lado, no interior do bojo da análise e da integração entre economia, política e sociedade dadas às diferenças substanciais de cada formação social, numa tentativa de apreensão genérica das características de certas sociedades “tradicionais”, em distintas fases de desenvolvimento, seria impossível explicar, por exemplo, os modos de transição — entre o tradicional e o moderno — de uma formação social outra.

A comprovação dessa ineficácia é claramente projetada pelos autores:

Ademais, as análises do modernismo e do tradicionalismo parecem excessivamente simplificadas quando se estabelece uma relação unívoca, por um lado entre desenvolvimento e sociedade moderna e por outro entre subdesenvolvimento e sociedade tradicional. Com efeito, (...) a relação entre desenvolvimento e modernização não se verifica necessariamente, se se supõe que a dominação nas sociedades mais desenvolvidas exclui os ‘grupos tradicionais’. Por outro lado, também pode dar-se o caso de que as sociedades se modernizem em suas pautas de consumo, educação etc., mas sem que correlativamente haja uma menor dependência e um deslocamento do sistema econômico da periferia em relação ao centro (CARDOSO e FALETTO, 1977, P18).

Como visto na primeira seção, foi comum no Pós-guerra observar uma perspectiva metodológica de que os processos de desenvolvimento da Europa e EUA serviriam como

cases, modelos de sucesso, a serem copiados pelos países em desenvolvimento. Alcançar o desenvolvimento, seria, então, levar a cabo e reproduzir as etapas e as transformações sociais daqueles países. Assim, as singularidades e particularidades não seriam levadas em conta. Cardoso e Faletto (1977) observam que, diferentemente das economias centrais, em determinados países periféricos, a sindicalização teve início antes do industrialismo pleno e este movimento atuou efetivamente na determinação da renda e do salário. No mesmo sentido, o processo de urbanização inicia-se antes da industrialização, configurando novos dilemas sociais nas grandes cidades, contribuindo para a conformação das massas populares urbanas.

Assim, as singularidades das mudanças estruturais ocorridas no seio de uma região devem ser observadas e consideradas como um “(...) processo acumulativo no qual se agregam novas ‘variáveis’ que se incorporam à configuração estrutural (...)” (Cardoso e Faletto, 1977, p.18). Esta transformação também sugere considerar, sobretudo a relação entre grupos, forças e classe sociais, mediante a tentativa de um desses grupos impor para a sociedade certa dominação. Sobre o assunto, observamos o contributo dos autores:

Problema básico a ser formulado não é somente o do caráter da estrutura social de uma dada sociedade, mas principalmente o processo de sua formação, como também a orientação e o tipo de atuação das forças sociais que pressionam para mantê-la ou modificá-la, com todas as repercussões políticas e sociais que impliquem o equilíbrio de grupos tanto no plano nacional como no plano externo (CARDOSO e FALETTO, 1977, p.18)

Como proposição metodológica, Cardoso e Faletto (1977) optam por um procedimento que:

Acentue a análise das condições específicas da situação latino americana e o tipo de integração social das classes e grupos³⁴ como condicionantes principais do processo de desenvolvimento. Em tal perspectiva, por exemplo, (...) o fundamental seria caracterizar o modo de relação entre grupos sociais no plano nacional – que, por suposto depende do modo de vinculação ao sistema econômico e aos blocos políticos internacionais que podem produzir consequências dinâmicas na sociedade subdesenvolvidas. (...) Assim, mais que assinalar as consequências do ‘efeito de demonstração’ ou de outras variáveis exógenas, sobre o funcionamento do sistema econômico ou sobre o comportamento dos grupos sociais como “fator de modernização”, importa realçar as características histórico-estruturais que geram processos de semelhante natureza e que revelam o sentido mesmo que pode ter tal modernização (CARDOSO e FALETTO, 1977, p.20-21).

³⁴ A partir de então, observarão a recorrência do termo classe e grupos sociais nas citações de Cardoso e Faletto. Entendemos que a escolha dos conceitos empregados, sobretudo, numa análise sociológica, não são realizadas ao acaso. Essa distinção é entre classe e grupos, tem, por pressuposto, uma motivação teórica, na qual tentaremos abordar mais a frente. De qualquer modo, para melhor a alusão ao texto, decidimos reproduzir os termos nos comentários que faremos daqui por diante.

Esta distinção é fundamental para entender o aspecto particular no modo de desenvolvimento e na transição das sociedades. A abordagem orientada pela perspectiva do “tradicional” e “moderno” acaba por reproduzir os modelos de desenvolvimento orientados de fora para dentro. Nessa perspectiva, os processos de transformações são simplificados, isto é, ao não considerar a relação de dominação implícita na relação entre centro e a periferia, entre o desenvolvido e o subdesenvolvido, e até, no terreno interno, no amoldamento do “moderno” e do “tradicional”. Seria, no mínimo, indevido atribuir variáveis para comparação ou até estabelecer um sinal de igualdade entre as sociedades com elevado grau de desenvolvimento. Segundo Cardoso e Faletto (1977), para uma análise integrada do desenvolvimento não seria prudente importar os modelos de desenvolvimento de sociedades cujas formações são diametralmente opostas às da periferia, bem como não seria suficiente apenas conhecer as determinações estruturais constituídas e configuradas nos processos sociais locais.

Logo seria imprescindível, também, constituir:

Um duplo esforço de redefinição de perspectivas: por um lado, considerar em sua totalidade as ‘condições históricas particulares’ econômicas e sociais – subjacentes aos processos de desenvolvimento, no plano nacional e no plano externo; por outro, compreender, nas situações estruturais dadas, os objetivos e interesses que dão sentido, orientam ou animam o conflito entre os grupos, e classes e os movimentos sociais que ‘põem em marcha’ as sociedades em desenvolvimento. Requer-se, portanto e isso é fundamental, uma perspectiva que, ao realçar as mencionadas condições concretas – que são de caráter estrutural – e ao destacar os moveis dos movimentos sociais – objetivos, valores e ideologia – analise aquelas e estes em suas relações e determinação ‘recíprocas’ (CARDOSO E FALETTTO, 1977, p.21).

Desse modo, a chave para o entendimento da análise integrada seria, primeiro, ter como pressuposto levar em consideração que as transformações sociais observadas nas sociedades “desenvolvidas” não correspondem, por questões óbvias, às mesmas condições das formações periféricas, cuja formação colonial constituiu uma condição de desenvolvimento — ou de subdesenvolvimento — particular. Além disso, a análise estrutural tem como base focalizar apenas nos aspectos econômicos de cada país ou região. Método este que não mostra-se suficiente para apreender as singularidades de cada formação, sendo necessário, então, observar a formação dos grupos e classes sociais ali constituídas, a forma como se relacionam e como está posta as disputas entre si, assim como apreender como se configuram o jogo de dominação interna.

Por conseguinte, os autores entendem o desenvolvimento como:

(...) um resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema socioeconômico. A estrutura social e política vai-se modificando na medida

em que as diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação.(...) Análises dos Interesses e valores que orientam ou que pode orientar a ação, o processo de mudança deixa de apresentar-se como resultado de fatores “naturais” – isto é, independentes das alternativas históricas – e começa a perfilar-se como um processo que nas tensões entre grupos com interesses sociais e políticos e orientações divergentes encontram o filtro pelo qual passarão os influxos meramente econômicos. (CARDOSO e FALETTO, 1977, p.22).

Em suma, Para Cardoso e Faletto (1977), o problema teórico fundamental constitui-se:

(...) pela determinação dos modos que adotam as estruturas de dominação, porque é por seu intermédio que se compreende a dinâmica das relações de classe. (...) em consequência, também é por intermédio de sua análise que se pode captar o processo de transformação da ordem política institucional. Esta opção teórica fica apoiada empiricamente pelo fato de que as transformações históricas significativas do processo de desenvolvimento latino-americano têm sido sempre acompanhadas, senão de uma mudança radical na estrutura de dominação, pelo menos pela adoção de novas formas de relações e, portanto, de conflito, entre as classes e grupos (CARDOSO E FALETTO, 1977, p.22).

As passagens acima são determinantes, pois terão um extenso impacto no curso do livro. Quando os pesquisadores indicam que é a determinação dos processos de dominação e as relações de classe que configuram o desenvolvimento e confirmam, por sua vez, ser através delas que seja possível a apreensão da “transformação da ordem política institucional”. Neste momento é possível perceber uma inversão da lógica do estruturalismo cepalino, que via no fluxo do processo da economia o motor do desenvolvimento. Dois comentários são pertinentes aqui. O primeiro é que os autores não estão negando os fatores econômicos na transformação social, aliás, como objetivo metodológico, eles afirmam buscar “(...) uma perspectiva que permita vincular concretamente os componentes econômicos e os sociais do desenvolvimento na análise da atuação dos grupos sociais e não só justa pô-los" (CARDOSO E FALETTO, 1977, p.21-22). Essa perspectiva prevê que a análise ultrapasse a abordagem que pode ser intitulada como enfoque estrutural, reintegrando-a em uma interpretação feita em termos de “processo histórico”. .No entanto, ao balizarem as transformações sociais pela apreensão dos processos de dominação e conflitos entre grupos e classes, de certa maneira, entendemos que os autores buscam a primazia do político sobre o econômico.

A primazia das relações políticas fará parte de toda a elaboração no curso da obra *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Os autores buscaram na formação das classes e grupos sociais os elementos particulares da constituição das formações estruturais-econômicas internas dos estados nacionais latino-americanos, desde o período colonial, até as relações com os países de economia central, a partir das conexões mercantis voltadas para o

exterior. Assim, entendem, do mesmo modo, a singularidade das formações econômicas da periferia dependente, no entanto, concebem esta singularidade como produto de uma relação de convergências internas, configurados por uma dominação externa. Ou seja, identificam no plano nacional, sujeitos políticos e econômicos que atuam internamente a partir de interesses confluentes com os do exterior.

Dessa forma, a lógica do interno e do externo está embutida no conceito de dependência. Na percepção de Cardoso e Faletto (1977):

(...) o conceito de dependência, que mais adiante será examinado, pretende outorgar significados a uma série de fatos e situações que aparecem conjuntamente em um momento dado, e busca estabelecer, por seu intermédio, as relações que tornam inteligíveis as situações empíricas em função do modo de conexão entre os componentes estruturais interno e externo. (...) mas o externo, nessa perspectiva expressa também como um modo particular de relação entre grupos e classes sociais no âmbito das nações subdesenvolvidas. É precisamente por isso que tem validade centrar a análise da dependência em sua manifestação interna, posto que o ‘conceito causal-significante’ tem implicações determinadas por modo de relação historicamente dado – e não como um conceito meramente “mecânico-causal”, que enfatiza a determinação externa, anterior, que posteriormente produziria consequências internas (CARDOSO E FALETTO, 1977, p.23).

Mediante o exposto, observa-se que para os autores, a relação do interno e do externo configura-se como elemento metodológico central. Confirmando esta perspectiva sociológica integrada, os pesquisadores indicam que “(...) há que se buscarem os pontos de intersecção do sistema econômico com o sistema social, através dos quais se revelam os nexos e a dinâmica dos diferentes aspectos e níveis da realidade que afetam as possibilidades de desenvolvimentos”, assim, a mesma perspectiva sociológica “requer a análise das situações onde a tensão entre grupos e classes sociais revelem as bases de sustentação da estrutura econômica e política.” Desse modo, a problemática sociológica do desenvolvimento caracteriza-se através da “análise de comportamentos políticos que incidem na relação entre as classes e grupos sociais que mantém um padrão dado de controle e as que se lhes põe real ou virtualmente” (CARDOSO E FALETTO, 1977, p.24).

Ressaltado a ideia da necessidade de considerar não apenas as singularidades das formações nacionais, mas, fundamentalmente, o jogo de interesses presente nas tramas entre os grupos e classes sociais, destaca-se que, em virtude da situação de dominação externa, os interesses destes grupos internos podem se expressar, e quase sempre se expressam, em associações com os interesses das classes ou frações de classes dominantes externas. Neste sentido, os autores buscam apontar a necessidade de:

Explicitar os processos econômicos enquanto processos sociais requer-se buscar um ponto de intersecção teórico, onde o poder econômico se expresse

como dominação social, isto é, como política; pois é através do processo político que uma classe ou grupo econômico tenta estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permita impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio, ou pelo menos tenta estabelecer alianças ou subordinar os demais grupos ou classes com o fim de desenvolver uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos. Os modos de relação econômica, por sua vez, delimitam os marcos em que se dá a ação política (CARDOSO E FALETTO, 1977, p.24).

A pertinência do político perante o econômico configura-se, enquanto perspectiva metodológica e imposição na análise do desenvolvimento integrado de Cardoso e Faletto (1977). Os autores apontam a convicção de que a dependência, que constitui como resultado do processo histórico de formação social, pode se apresentar não apenas através dos aspectos econômicos, mas, complementarmente, pela via da dominação dos estados nacionais periféricos aos estados nacionais do centro do capitalismo. Logo, o estado nacional dependente expõe-se, permanentemente, ao dilema de interesses contraditórios: por um lado a busca pela autonomia econômica e, por outro, a subordinação às relações mercantis globais operadas sob o domínio das grandes nações do capital.

3.3 O subdesenvolvimento nacional, a expansão para fora, o momento de transição e a questão do Estado: a dependência em processo.

Por suposto, as formações econômicas periféricas foram constituídas associadas ao desenvolvimento do capitalismo em esfera global. Nesse sentido, podemos aferir que a dependência, nada mais é que a continuidade do processo de subordinação, imposto, agora, não mais pela relação metrópole/colônia, mas através da relação entre os estados nacionais independentes, de economia com desenvolvimento avançado, e estados nacionais periféricos, cujas economias não desenvolve aos mesmos moldes. Para caracterizar a dependência segundo Cardoso e Faletto (1977), três movimentos são decisivos na construção da categoria: o subdesenvolvimento nacional, a expansão para fora e o momento de transição. Todos os conceitos estão entrelaçados e constituem os elementos para definição da dependência associada.

Lembremos, inicialmente, que estas distinções entre centro e periferia, desenvolvimento e subdesenvolvimento, não são aspectos constitutivos de etapas em transição. Pelo contrário, no curso normal do capitalismo dos monopólios, essas condições são estanques; de modo que para haver desenvolvimento haverá sempre o subdesenvolvimento.

Para Cardoso e Faletto (1977), essa relação se fundamenta, pois:

(...) a situação de desenvolvimento produziu-se historicamente quando a expansão do capitalismo comercial e depois do capitalismo industrial vinculou a um mesmo mercado economias que, além de apresentar graus variados de diferenciação do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista. Dessa forma, entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas não existe uma simples diferença de etapa ou de estágio do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica mundial. Isso supõe, por outro lado, uma estrutura definida de relações de dominação. (...) Há que se analisar, com efeito, como as economias subdesenvolvidas vincularam-se historicamente ao mercado mundial e a forma em que se constituíram os grupos sociais internos que conseguiram definir as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe. Tal enfoque implica reconhecer que no plano político-social existe um tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que essa dependência teve início historicamente com a expansão das economias dos países originários (CARDOSO E FALETTO, 1977, p.26).

Como observado, os autores definem o binômio desenvolvimento/subdesenvolvimento enquanto uma relação de dominação, determinada não apenas pelo quesito estrutural-econômico, mas pela própria estrutura de subordinação política de determinadas nações sobre regiões, formatada no curso da expansão do capitalismo mundial. Nesse sentido, Cardoso e Faletto (1977, p.26) refutam a definição de subdesenvolvimento que se remete “(...) mais à estrutura de um tipo de sistema econômico, com predomínio do setor primário, forte concentração de renda, pouca diferenciação do sistema produtivo e, sobretudo, predomínio do mercado externo sobre o interno”. Para os autores (ibidem), essa definição é “manifestamente insuficiente”. Assim, da mesma forma em que se confirma insuficiente definir a relação desenvolvimento/subdesenvolvimento apenas, pela relação das estruturas econômicas, os autores também observam que, seguindo o mesmo sentido, a noção de dependência:

Alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo. A noção de subdesenvolvimento caracteriza um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo (...). As noções de centro e periferia (...) destacam as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial sem levar em conta os favores político-sociais implicados na situação de dependência (CARDOSO E FALETTO, 1977, p.27).

Sendo assim, tanto a questão do subdesenvolvimento nacional, quanto a própria dependência configurariam, para os mesmos autores (1977, p.28-29), como um “(...) modo de ser que, por sua vez, depende de vinculações de subordinação ao exterior e de reorientação do comportamento social, político e econômico em função de ‘interesses nacionais’”. Assim, há o reforço da ideia de que os estados nacionais subdesenvolvidos são caracterizados “não só do

ponto de vista econômico, mas também da perspectiva do comportamento e da estruturação dos grupos sociais”. É desse modo que Cardoso e Faletto (1977, p.31 grifos nossos) chegam a conceituação de dependência, que expressa, por sua vez, não só internamente, mas, também, sob a forma de conexões estruturais como *“um tipo específico de relação entre as classes e grupos que implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a vinculação econômica com exterior”*.

É preciso destacar que Cardoso e Faletto (1977) constroem a argumentação teórica na obra em questão, a partir da análise dos casos concretos das economias e estados dependentes na região da América Latina. Para isso, eles seguem algumas etapas cepalinas do desenvolvimento com destaque para a “expansão para fora”, o “momento de transição”. Todas estas etapas do desenvolvimento periférico pressupõem a configuração de um amplo movimento econômico, político e social que antecede e prepara para a configuração das bases do programa desenvolvimentistas: industrialização, diversificação e autonomia econômica, distribuição de renda e fortalecimento das instituições via Estado, tal qual visto na seção anterior.

Um importante argumento presente na obra dos autores é a crítica de que todas as etapas do programa cepalino sofrem mutações a depender da localidade — país — e do contexto das disputas políticas que ocorrem internamente no período da formação social dos estados nacionais. Ou seja, cada formação social teve sua construção e desenvolvimento de acordo com as possibilidades históricas dadas na região. Logo, não seria possível atribuí-las como elementos de uma etapa genérica de desenvolvimento. Dentro do processo de “expansão para fora”, dois momentos irão sobressair e relacionar mediante a elaboração de Cardoso e Faletto (1977): o controle nacional do processo produtivo e a economia do enclave.

Para entendimento destes momentos, Cardoso e Faletto (1977, p.39) explicam a necessidade de retomar uma “análise das condições como das possibilidades de desenvolvimento e consolidação dos estados nacionais latino-americanos”. Além disso, observam também o destaque para “o modo pelo qual os grupos sociais locais conseguiram estabelecer sua participação no processo produtivo e definir formas de controle institucionais capazes de assegurá-la.”. Dessa forma, para a explicação dessas etapas no desenvolvimento é fundamental:

Superar a ideia de que as bases materiais – o sistema produtivo – que serviram de apoio para obtenção de fins econômicos a que aspiravam grupos e classes que controlavam produção, podia assegurar por si mesmos – ou pelas transformações que as condições do mercado mundial provocaram nas bases mantidas – a transformação automática dos sistema de poder, dando

lugar assim à democratização das estruturas sociais (CARDOSO E FALETTO, 1977, p.39).

É importante ressaltar a recorrência com que os autores indicam uma dada autonomia da relação dos grupos e classes sociais no período da formação dos estados nacionais desenvolvimentistas. Para melhor apreensão, localizamos cronologicamente o período de “expansão para fora’ tendo início a partir do processo de ruptura do pacto colonial”³⁵. Nesse sentido, a partir do exposto, podemos aferir que o momento da ruptura do pacto colonial coincide com o período da formação dos estados nacionais na América Latina. A partir desse marco, configura-se, portanto, uma nova ordenação econômica e composição política na região que, dentre outras características, destaca-se a busca pelo controle do sistema produtivo, assim como o surgimento das economias de enclave.

Sobre o movimento do controle do processo produtivo, Cardoso e Faletto (1977) explicam que:

Este processo não se deu de forma homogênea na história dos países latino-americanos nem se produziu sem obstáculos. As declarações de independência foram seguidas em todas as unidades da região por uma fase de lutas agudas entre os vários grupos locais. Através dessas lutas – que caracterizaram o período denominado anárquico das históricas nacionais – foram-se definindo as alianças a que nos referimos anteriormente e delinear-se os mercados nacionais, assim como os limites territoriais onde se afirmou a legitimidade ou a eficácia da ordem estabelecida pelos grupos hegemônicos. Com esse propósito, os grupos que ‘forjaram independência’ recuperaram suas vinculações com o mercado mundial e com os demais grupos locais. Perfila-se, então, **uma primeira situação de subdesenvolvimento e dependência dentro dos limites nacionais.** (CARDOSO E FALETTO, 1977, p.42. grifos nossos).

Ao refletirmos sobre a citação acima, entendemos que, diante do pacto colonial, o poderio econômico interno era assegurado aos grupos locais, no entanto, a produção econômica não só era construída de modo a ser voltada para fora, mas, pela força da metrópole, toda a configuração do mercado-produção, comércio e financiamento — interno também seria controlada de acordo, exclusivamente, com os interesses da metrópole.

Percebemos então, que no processo da luta pela constituição dos estados nacionais, alguns grupos econômicos adquirem relativa autonomia na comercialização e produção

³⁵Cardoso e Faletto destacam o período da ruptura do pacto colonial, no momento em que “a comercialização dos produtos deixou de ser feita através dos portos e alfândegas ibéricos para ligar-se diretamente à Inglaterra, a formação das nações da América Latina fez-se possível, através de grupos sociais locais, cuja capacidade para estruturar um sistema local de controle político e econômico variou justamente em função do processo histórico de sua constituição colonial” (CARDOSO E FALETTO, 1977, p.40).

interna, no entanto, não sem antes desenvolver alianças e vinculações com os grupos econômicos externos que continuavam a ter privilégios nos termos das negociações mercantis. Assim, mesmo com os grupos nacionais tendo o controle do processo produtivo, conformava-se a dependência, diante a permanência da subordinação política e econômica, agora entre sujeitos econômicos e estados nacionais relativamente autônomos.

Porém, outra forma de dependência é ilustrada por Cardoso e Faletto (1977): a dependência em situação de enclave. Sobre os fundamentos desta, os autores explicam que:

Os grupos econômicos locais nem sempre puderam manter seu controle ou seu predomínio sobre o setor produtivo. Com efeito, em determinadas circunstâncias, a economia dos países latino-americanos também se incorporou ao mercado mundial através da produção obtida por núcleos de atividades primárias controladas de forma direta pelo exterior. Essa situação foi realizada em condições distintas e com efeitos sociais e econômicos diversos, segundo o grau de diferenciação e de expansão alcançado inicialmente pelas economias nacionais. Parece que o caso mais geral de formação de enclaves nas economias latino-americanas expressa um processo no qual os setores econômicos controlados nacionalmente, por sua incapacidade para reagir e competir na produção de mercadorias que exigem condições técnicas, sistemas de comercialização e capitais de grande importância foram paulatinamente desarticulados. Em um polo oposto, entretanto, houve situações nas quais o processo de formação de enclaves esteve diretamente ligado à expansão das economias centrais; assim ocorreu em países onde grupos econômicos locais só haviam conseguido organizar uma produção incorporada apenas marginalmente ao mercado mundial, como foi o caso das nações continentais (CARDOSO E FALETTO, 1977, p.46-47).

A partir da citação é possível chegar ao entendimento de que somente com a constituição dos estados nacionais, a partir da ruptura com o pacto colonial, os grupos e classes adquiriram condições efetivas para relacionarem-se diretamente sem a mediação da metrópole com os grupos estrangeiros, mantendo assim, o controle do processo produtivo. No entanto, em algumas formações sociais periféricas ocorreram a configuração de economias de enclave, pela qual, os estados nacionais integralizaram-se no mercado internacional, todavia a produção interna era decidida e controlada diretamente pelos grupos econômicos externos que mantinham associações com os grupos econômicos internos. Ou seja, o controle do processo produtivo continua tal qual no período colonial, sob os domínios dos sujeitos econômicos externos. Ao que indicam os autores, tanto o controle do processo produtivo, quanto o enclave econômico relacionam-se mutuamente.

No artigo *Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina*, Cardoso e Faletto (2008, p.14) comentam sobre a relação entre as duas dimensões, controle do processo produtivo e economia de enclave, e explicam que o ponto fundamental no

entendimento desse conceito³⁶ não seria “indagar se o poder é exercido pelos empresários locais, ou pelo “enclave” de companhias estrangeiras, nem tampouco quais são as formas de acumulação e circuitos de realização do capital”. O questionamento que deve-se fazer diz respeito ao “saber qual a relação entre essas duas dimensões, e qual sua interação com a acumulação de capital em escala mundial”. Diante disso, podemos destacar que ambas as dimensões, controle do processo produtivo e economia de enclave, articulam-se a partir das singularidades de cada formação social e do grau de relacionamento dos grupos econômico internos com os grupos econômicos estrangeiros dos quais estão vinculados. Seria esta a relação, segundo Cardoso e Faletto (1977), que determinariam a conformação de uma ou outra dimensão.

O processo de desenvolvimento ilustrado na periferia, pós-ruptura do pacto colonial, gera transformações nas estruturas sociais diante das relações entre grupos e classes sociais, internas e externas. Desse modo, a dependência caracteriza-se como um modo de dominação econômica entre países com diferentes graus de desenvolvimento, mais precisamente entre o centro e a periferia. A relação de subdesenvolvimento e o desenvolvimento, para Cardoso e Faletto (1977) também demonstra a partir das associações entre os grupos e as classes locais produtoras, associados aos interesses da burguesia externa.

Outro movimento importante é definido pelo desenvolvimento para dentro, representado pelo “período ou momento de transição”.³⁷ Sobre este período, Cardoso e Faletto (1977) o determinam como o:

Processo histórico-estrutural em virtude do qual a diferenciação da própria economia exportadora criou as bases para que na dinâmica social e política, comesçassem a fazer presentes, além dos setores sociais que tornaram possível o sistema exportador, também os setores sociais, imprecisamente, chamado de ‘médios’. O surgimento destes e as forma peculiares que adquirem – germes de uma incipiente burguesia industrial com os

³⁶Para Cardoso e Faletto (2008. P.14-15), “nas economias de enclave, o capital estrangeiro investido, origina-se no exterior, é incorporado aos processos produtivos locais e transforma algumas parcelas suas em salários e taxas. Seu valor aumenta com a exploração das forças de trabalho locais, que transformam a natureza e produzem bens que realizam novamente a vida desse capital, quando as matérias-primas (óleo, cobre, bananas etc.) são vendidas no mercado externo. (...) Em economias controladas pela burguesia local, o circuito do capital é formalmente oposto. A acumulação é o resultado da apropriação dos recursos naturais pelos empresários locais e da exploração da força de trabalho por esse mesmo grupo local. O ponto de partida para a acumulação de capital é, portanto interno. O processo de valorização do capital também se efetua no processo produtivo local, mas na medida em que a mercadoria consiste em matérias-primas e produtos alimentícios, o mercado internacional é necessário para se realizarem as fases finais do circuito do capital.”

³⁷Para cada periodização do programa cepalino, Cardoso e Faletto(1977) ilustram os processos ocorridos nos países da região que antecederam os períodos das tentativas de industrialização. Como momento de transição em que os setores sociais confluem na formação da estrutura econômica, eles exemplificam: a incorporação dos setores médios à hegemonia da burguesia exportadora, na Argentina; dos setores médios “tradicionais” e a crise da oligarquia-burguesa no Brasil; da classe média à aliança no Poder no Uruguai e o predomínio oligárquico e debilidade da classe média na Colômbia.

correspondentes grupos profissionais de base técnica, burocracia civil, militar, camadas de empregados etc. – dependerão de formas peculiares pelas quais se organizou o sistema exportador e estas variarão em cada país da região (CARDOSO E FALETTO, 1977, p.52-53).

Em outras palavras, o período de transição ou desenvolvimento para dentro foi a etapa do programa cepalino que sucede à expansão para fora. Nessa etapa, configuram-se a consolidação do mercado interno e do programa de industrialização desenvolvimentista. É também nessa etapa que o Estado aparece como instância política e institucional que induz o crescimento do mercado interno e conduz às transformações econômicas do “desenvolvimento para dentro”.

Bem como ocorre o processo de substituição de importações, além de que aparecem as movimentações políticas dos grupos internos, a formação de uma burguesia urbana e industrial que passa a obter mais espaços no tecido econômico interno e o surgimento das massas populares urbanas junto aos agrupamentos políticos e representantes dos grupos subalternos, do campo e da cidade, que também buscarão espaço na cena política-institucional, tal qual descrito na seção anterior.³⁸

A questão do Estado na condição de dependência é um ponto pertinente para os autores. Diante de tal metamorfose social com avanço do processo de industrialização, do crescimento urbano e da proposta de distribuição de renda desenvolvimentista, os conflitos no seio da sociedade também irão passar pelo processo de transformação e diversificação. A antiga sociedade voltada para o rural vê-se, aos poucos, migrando para as grandes cidades. Disto decorre o surgimento da classe média urbana, formam-se as camadas populares urbanas com o surgimento da classe operária somadas à comunidade camponesa já estabelecida.

Assim, diante dessa nova condição, para Cardoso e Faletto (1977), o Estado:

Expressará essa maior complexidade: Não só é a culminação de uma forma de poder baseada na fazenda mesma, como no caso anterior, mas que se constitui em uma burocracia que impõe uma dominação mais complexa, através da qual se ajustam os interesses dos grupos oligárquicos e dos grupos burgueses em sua relação com o enclave. Nesse sentido, o estado, expressão dessa aliança, adquire funções mais complexas, podendo inclusive, ainda que de forma limitada, exercer funções não só como redistribuidor de impostos cobrados da economia de enclave, mas também como promotor de atividades econômicas internas. E subsidiariamente, na própria máquina

³⁸ Na seção anterior, fez-se referência ao processo desenvolvimentista da CEPAL, o qual precede as teorias da dependência, fazendo um recorte da realidade brasileira, através da criação do ISEB e das teses de revolução nacional burguesa e alianças de classes, cuja representação de maior importância foi a formulação do Partido Comunista Brasileiro. Na abordagem da obra Dependência e Desenvolvimento, no entanto, Cardoso e Faletto não se concentram, exclusivamente, no processo brasileiro. Pois, a partir da sua análise numa integrada de dependência na América Latina, os autores buscam centrar-se na construção de categorias e conceitos que coincidam com todos os processos de desenvolvimento na região.

estatal, constituem-se os setores mais significativos da classe média(CARDOSO E FALETTO, 1977, p.77).

Ainda sobre o Estado desenvolvimentista, no período de transição, os pesquisadores ainda reforçam que:

Onde o desenvolvimento conseguido na fase de expansão do mercado externo realizou-se dentro dos limites de uma economia de enclave, como já vimos, a transição impôs, por um lado a necessidade de reorganizar o Estado com uma mais ampla participação política dos grupos de classe média; por outro, os setores populares constituíam um ponto de referência obrigatório de tal organização. Nesse sentido, tanto os novos setores industriais quanto os setores populares articularam-se no seio do mesmo Estado, ou pelo menos com seu concurso, Nessas condições, a industrialização foi impulsionada pelo Estado, não só porque os setores que o controlavam necessitavam criar um mecanismo de acumulação rápida de capitais, mas também porque tais setores estavam constituídos por uma aliança entre setores populares e grupos médios, contando-se, sobretudo entre os últimos a burocracia e os germes da nova burguesia (CARDOSO E FALETTO, 1977, p.108).

Com a nova configuração social e urgência de instituições para dar suporte às demandas políticas e econômicas da sociedade, surgem as primeiras instituições públicas, ou seja, a burocracia estatal que abrigam os novos setores médios urbanos. Como expressão da mediação dos conflitos, da dominação e da constituição das alianças dos grupos internos, o Estado absorve para si um papel preponderante de intervenção política e impulsão econômica e, por extensão, dos interesses da burguesia local, especialmente a recém-formada burguesia industrial.

As relações entre a recente burguesia industrial e o Estado na América Latina podem ser observadas, segundo Cardoso e Faletto (1977, p.96), a partir de dos seguintes processos: *via industrialização liberal*, quando a industrialização era efetuada pelo próprio setor privado, especialmente um grupo agrário-exportador com poderio interno imponente, que buscava exportar seus capitais para o setor industrial; *via industrialização nacional-populista*³⁹, pela qual, através da vontade política e num consenso de forças internas — burguesia, setores médios e sindicatos ligados às massas urbanas — aglutinadas pela força, o Estado regerá o desenvolvimento; e *via industrialização orientada pelo Estado desenvolvimentista*, quando, diante da debilidade dos setores capitalistas internos (sobretudo nos casos de enclave), o

³⁹ Ao final do capítulo V de Dependência e Desenvolvimento na América Latina, Cardoso e Faletto (1977) retomam e ilustram o processo pelo qual se constituiu o nacional-populismo e a movimento desenvolvimentista que conformou uma aliança entre as camadas populares, médias, burguesia industrial e que teve relativo êxito no programa de industrialização e desenvolvimento na região.

Estado assume para si a tarefa de planejar, dinamizar e conduzir a sociedade ao processo de industrialização.

Diante do exposto, em pleno processo de desenvolvimento via industrialização, os autores ampliam a ideia de que surge, em pleno processo de desenvolvimento, um movimento constituído a partir da associação dos capitais externos com os grupos internos, via investimento direto. Esse movimento é o elemento central, pois gerará relevantes transformações no plano político, econômico e social na região. Através dele se institui o que os autores chamam de internacionalização do mercado, ou, *o novo caráter da dependência*.

3.4. O novo caráter da dependência: a teoria da dependência associada, vocação política e a influência weberiana em Cardoso e Faletto

Conforme visto, a constituição do mercado interno foi conduzida pela investida desenvolvimentista, impulsionada por um impulso nacionalista e populista. Após a crise do nacional-populismo, já na metade da década de 1960, observou-se um movimento de reordenamento do sistema econômico e político, caracterizado pela associação entre, interno; representado pelas burguesias nacionais, e o externo; concebido pela relação com grupos econômicos hegemônicos dos países centrais. Ou seja, são dois movimentos presentes para entendimento do novo caráter de dependência: a crise do sistema de alianças anterior e a reorganização política ocorrida em decorrências deste; e as alterações na relação entre os setores econômicos internos e os grupos hegemônicos externos.

Sobre estes dois pontos, Cardoso e Faletto (1977) destacam que:

Seria errôneo pensar que os novos fatores que condicionam o desenvolvimento, a política e a dependência externa, circunscrevem-se ao âmbito do processo econômico, pois seria precipitado crer que a determinação econômica do processo político, a partir da formação de um avançado setor capitalista nas economias dependentes, permite a 'explicação' mediata da vida política pelos condicionamentos econômicos. O conceito de dependência permanece básico para caracterizar a estrutura dessa nova situação de desenvolvimento e, portanto, a política continua sendo meio pelo qual se possibilita a determinação econômica. (...) As transformações a que nos referimos se manifestam mediante uma reorientação dos interesses na luta dos interesses internos e a redefinição da vinculação centro-periferia. Reorganizam-se, com essa nova modalidade de desenvolvimento, a própria estrutura do sistema produtivo e o caráter do Estado e da sociedade, que expressam a relação de força entre os grupos e as classes sociais, para dar lugar ao sistema capitalista industrial tal como ele pode desenvolver-se nos países latino-americanos: na periferia do mercado mundial e por sua vez nele integrado (CARDOSO E FALETTO, 1977, p.114-115).

Com o fracasso da aliança desenvolvimentista, os setores nacionais que apostam no processo de substituição de importações — via incremento tecnológico para aumento da produtividade — veem-se órfãos, diante da falência do Estado indutor de desenvolvimento. Como alternativa buscam na relação de negociação direta com os grupos econômicos hegemônicos externos o preenchimento das necessidades sejam dos setores industriais mais modernos, sejam os mais tradicionais, recém-iniciados. Assim, segundo Cardoso e Faletto (1977, p.125): “dinâmica social e política deve ser buscada, pois no enfrentamento e no ajuste entre grupos, setores e classes que se redefinem em função dessa nova situação de desenvolvimento”. Nesse movimento, os autores seguem a mesma linha de argumentação elencada até aqui: as transformações econômicas precisam ser explicadas a partir, também, das novas configurações dos arranjos políticos.

Retomando a discussão, entendemos que, para os autores, na perspectiva econômica, a dependência ocorre quando é possível perceber no terreno interno o impeditivo para efetivação da acumulação e expansão dos capitais locais. Ou seja, os grupos econômicos locais precisam, permanentemente, agir de forma para possibilitar a ampliação da capacidade produtiva, principalmente pela via do incremento de maquinários e novas tecnologias. Esse impulso de expansão capitalista efetiva-se, geralmente, através de empréstimos e de outras formas de financiamento. Nessa lógica, para os autores, dois elementos permitem esse movimento de ampliação capitalista local: a dinâmica das condições e capacidades estruturais da economia, e, fundamentalmente, a dinâmica do jogo de alianças internas, seja via instituições, seja via aproximações de interesses privados, que os grupos locais atuam e realizam.

Para os autores, a nova condição de dependência dar-se pelo fato de que, diante da falência das tentativas desenvolvimentistas com vinculação nacional-populista e das necessidades de internacionalização do mercado, a burguesia produtiva está associada aos grupos hegemônicos numa confluência de interesses políticos e comerciais para acumulação e ampliação de seus capitais. Logo, o determinante do êxito econômico de determinadas burguesias locais — e por extensão das economias nacionais — estaria na capacidade política de atuar no jogo de interesses internos e na construção de associações externas. Esse duplo movimento, configura-se como um modo de “interdependência”.

Conduziremos o debate, neste momento, para outra perspectiva. Observamos até aqui que Cardoso e Faletto (1977), no curso da obra *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, descrevem as condições de desenvolvimento e subdesenvolvimento, dos graus de dependência e de êxito econômico dos grupos locais, sempre como resultado do arranjo e

capacidade de articulação política. Como evidente nesta passagem em que revelam que a dependência “implica socialmente uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características no **modo de atuação e na orientação** dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou como consumidores”(CARDOSO E FALETTO, 1977, p.26, grifos nossos). O recorrente apelo à vocação política salta aos olhos durante toda a obra e se confirma em várias passagens, ora de forma velada, ora de forma explícita, como no caso a seguir:

A esfera política do comportamento social influi necessariamente na forma do processo de desenvolvimento. Por isso, se se parte de uma interpretação global do desenvolvimento, os argumentos baseados em puros estímulos e reações do mercado são insuficientes para explicar a industrialização e o progresso econômico. Para que tais estímulos ou mecanismos de defesa da economia subdesenvolvida possam dar início a um processo de industrialização que reestruture o sistema econômico e social, é necessário que se hajam produzido no mesmo mercado internacionais transformações ou condições que favoreçam o desenvolvimento, **mas é decisivo que o jogo político-social nos países em vias de desenvolvimento contenha em sua dinâmica elementos favoráveis à obtenção de graus mais amplos de autonomia**(CARDOSO E FALETTO, 1977, p.26, grifos nossos).

Diante de tal recorrência, elabora-se a seguinte constatação: ora, se supõe que é o resultado da interação, sejam pelos conflitos ou alianças, das classes e grupos sociais que fazem nascer o sistema econômico, não há como não entender que para os autores é o curso da política e das estruturas de dominação que determinam os processos de transformações sociais. Obviamente, não queremos negar a influência dos arranjos políticos nas mutações sócio históricas, pelo contrário. Mas há de observar e atentar para as condições objetivas e estruturais de tal sociedade na hipótese de superação desta ou daquela etapa de desenvolvimento.

Neste sentido, como a escolha dos conceitos empregados nunca estão isentos, sobretudo numa análise de sociológica, apreende-se que a recorrência de Cardoso e Faletto (1977) para encontrar o elemento predominante da problemática do subdesenvolvimento, logo da dependência, a partir da própria relação — ou, pelo menos, ao redor — das disputas e arranjos políticos e estruturas de dominação entre as classes é explicada por uma influência weberiana na perspectiva de ambos os sociólogos⁴⁰. Para isso, abordaremos as similitudes das

⁴⁰Em entrevista na Folha de São Paulo, ocorrida em 1995, quando perguntado sobre os formuladores da dependência, o próprio Enzo Faletto confirma a influência weberiana e marxista, configurando um ecletismo em suas análises da dependência: “Folha – Houve um formulador da chamada “teoria da dependência”? Faletto – Já havia um pensamento rigoroso sobre o desenvolvimento, Florestan Fernandes, por exemplo. Nada era um grande invento. Um detonador importante foi a política na América Latina, que era uma dimensão quente. Não era possível desprezá-la. Começamos então a trabalhar numa teoria geral, que nem era teoria. Era um problema, mas

elaborações de Cardoso e Faletto (1977) com as três categorias presentes na sociologia política de Max Weber: o próprio conceito de política e de Estado; o de dominação; e o de classe, estamento e partido.

Em 1918, o sociólogo Max Weber proferiu uma conferência na Alemanha, cujo conteúdo foi publicado como texto no ano seguinte, 1919. A clássica obra *A Política como Vocação* tornou-se material importante e serviu como base de muitos intelectuais e autores da ciência política, pois nele Max Weber propõe discutir entre outras coisas, o fundamento do Estado enquanto aparato detentor do monopólio legítimo da violência, além das características da formação da ética, da responsabilidade e do político.

Neste texto, Weber define, logo de início, a política como um conceito extremamente amplo, que:

Abarca todo e qualquer tipo de atividade autonomamente diretriz. (...) Por política, compreendemos aqui apenas **a direção ou a influência exercida sobre a direção de uma associação política**, portanto, hoje, de um Estado. “Política”, portanto, significaria para nós **aspiração à participação no poder ou a exercer influência sobre a distribuição do poder, seja entre Estados, seja no interior de um Estado, entre diversos grupos humanos que o Estado abarca**. (WEBER, 2015. p.62-63 Grifos nossos).

É importante analisar como a percepção weberiana de política vai refletir na obra de Cardoso e Faletto (1977). Durante todo o curso da obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, ambos os autores referem a divisão dos objetivos dos grupos e classes, de acordo a influência, distribuição e associações de interesses mediadas pela política. Sem dúvida a esfera da política aparece na trama do domínio e do poder como elemento determinante dos processos histórico-sociais na América Latina dependente.

Como vimos, é frequente o uso do conceito de classes e grupos sociais em Cardoso e Faletto (1977). Recorrentemente vimos à menção a articulação de grupos, setores de classes na disputa da política interna. É importante salientar que não negamos que mesmo no capitalismo, uma sociedade dividida em duas classes opostas e antagônicas, ocorra a subdivisão de classes a partir de suas frações. Ao mesmo tempo em que, ao buscarem analisar a totalidade, entendemos que os autores parecem negar a burguesia e o trabalho enquanto totalidades e categorias importantes na análise de uma determinada sociedade. Ainda que os interesses das franjas e frações das classes existam, observamos que o uso dos autores trata-se também de uma aproximação com o conceito weberiano.

para teoria não dava. Teoria é Marx, Weber. E nas análises que fazíamos havia Weber, havia Marx, coisa de latino-americano, misturamos tudo. Por que não? (risos) (FREIRE, 1995.)

Em *Economia e Sociedade as Comunidades Políticas*, Weber (2015) destaca, enquanto fenômenos de distribuição do poder dentro de uma comunidade, a divisão social entre *classes, estamentos e partidos*. De acordo com Weber:

Poderíamos dizer, portanto, exagerando um pouco na simplificação: as 'classes' diferenciam-se segundo as relações com a produção e aquisição de bens, os "estamentos", segundo os princípios de seu consumo de bens, que se manifestam em "condições da vida" específicas. Também uma categoria profissional é um "estamento", isto é, costuma pretender, com êxito, certa "honra" social somente em virtude da "condição da vida" específica, eventualmente condicionada pela profissão. Mas as diferenças confundem-se com frequência, e precisamente as comunidades estamentais mais rigorosamente separadas por sua "honra", as castas indianas, mostram hoje - ainda que dentro de determinados limites muito fixos - um grau relativamente alto de indiferença em relação à "atividade aquisitiva", procurada, sobretudo, pelos brâmanes nas formas mais diversas (WEBER, 2015, p.185).

Ou seja, de acordo com o autor, a classe concerne ao aspecto econômico e conduz o pertencimento do indivíduo, sua situação de classe a partir da localização deste na produção e no poder de compra. Já o estamento, segundo o mesmo autor, diz respeito às questões ligadas aos aspectos relativos aos modos de vida, a honra, prestígio e a ordem social. Estes aspectos atuam como polo que aglutina e produz o sentimento de pertencimento e comunidade.

Por outro lado, os partidos, para Weber (2015) diferem das classes e estamentos da seguinte forma:

Enquanto as 'classes' têm seu verdadeiro lar na 'ordem econômica', e os 'estamentos' na 'ordem social', isto é, na esfera de distribuição da 'honra', exercendo a partir dali influência uns sobre os outros e ambos sobre a ordem jurídica, além de também serem influenciados por esta, os 'partidos' têm seu lar na esfera do 'poder'. Sua ação dirige-se ao exercício de 'poder' social, e isto significa: influência sobre uma ação social, de conteúdo qualquer: pode haver partidos, em princípio, tanto num 'clube' social quanto num 'Estado' (WEBER, 2015, p.186).

Seguindo a lógica weberiana, compreende-se que os grupos são distribuídos socialmente através das classes, como ordem econômica; através do estamentos, como ordem social; e também pelos partidos, pela esfera do poder. Este último remete às disputas e exercício da influência e domínio político enquanto ação social. Estas divisões não se expressam no sentido de comunidade, somente e puramente, mas se fundamentam, objetivamente, pela possibilidade da ação social.

Importa frisar que a dominação, para Weber (2015, p.187) "é um dos elementos mais importantes da ação social.". Ainda segundo Weber:

(...) todas as áreas da ação social, sem exceção, mostram-se profundamente influenciadas por complexos de dominação. Num número

extraordinariamente grande de casos, a dominação e a forma como ela é exercida são o que faz nascer, de uma ação social amorfa, uma relação associativa racional, e noutros casos, em que não ocorre isto, são, não obstante, a estrutura da dominação e seu desenvolvimento que moldam a ação social e, sobretudo, constituem o primeiro impulso, a determinar, inequivocamente, sua orientação para um ‘objetivo’ particularmente (WEBER, 2005, p. 187)⁴¹.

Desse modo, para Weber, é a estrutura de dominação e a forma como essa se desenvolve que orientam os objetivos de uma ação social. Assim, aferimos que a capacidade e vocação política, necessárias nas tramas das associações dos grupos e classes com interesses comuns, como dito por Cardoso e Faletto (1977), podem, deste modo, ser entendidas, também como um elemento derivado de um tipo estrutura de dominação. Na seguinte, quando os pesquisadores explicam a existência não apenas de uma dominação externa, mas confirmam a relação de dominação reproduzida em torno dos grupos e das classes locais é possível perceber a semelhança com o ideal weberiano:

A dependência encontra assim não só ‘expressão’ interna, mas também seu verdadeiro caráter como modo determinado de relações estruturais: um tipo específico de relação entre as classes e grupos que implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a vinculação econômica com o exterior (CARDOSO E FALETTTO, 1977, p. 31).

No artigo *Dependência e desenvolvimento no moderno sistema mundial*, em que analisa a influência de Weber na análise do subdesenvolvimento e dependência de Cardoso e Faletto, Carlos Eduardo Martins (2004) afirma que:

Cardoso e Faletto constroem um verdadeiro tipo ideal da dependência. Embora utilizem categorias marxistas em vários trabalhos, esses conceitos são claramente subordinados ao uso abrangente do instrumental weberiano e perdem o vigor original. O conceito que situam como fundamental para a interpretação da dependência é o de estruturas de dominação, dentro da quais deveriam ser inseridas as relações de classe. Dessa forma, não se pretendia descrever as contradições das sociedades dependentes e sim a sua dinâmica, limites e possibilidades. Os padrões de desenvolvimento das sociedades latino-americanas são articulados à dependência. A instância política nacional possui autonomia, mas deve escolher padrões de dominação que gravitem entre o desenvolvimento/dependência, de um lado, e estancamento/autonomia, de outro (MARTINS, 2004, p. 19).

⁴¹Fazemos uma alusão da passagem de Weber com o seguinte trecho de Cardoso e Faletto em *Desenvolvimento e Dependência*, no qual trata dos objetivos e das estruturas de dominação na integração da economia periferia e suas conexões externas e internas. “[...] ao considerar a ‘situação de dependência’, na análise do desenvolvimento latino-americano, o que se pretende ressaltar é que o modo de integração das economias nacionais no mercado internacional supõe formas definidas e distintas de inter-relação dos grupos sociais de cada país, entre si e com os grupos externos. Pois bem, quando se aceita a perspectiva de que os influxos do mercado, por si mesmos, não são suficientes para explicar a mudança nem para garantir sua continuidade ou sua direção, a atuação das forças, grupos e instituições sociais passa a ser decisiva para a análise do desenvolvimento” (1977, p.30).

Ainda para Carlos Eduardo Martins, a visão weberiana da dependência de Cardoso e Faletto, entende a dependência como uma estrutura de dominação.

Paradigma de desenvolvimento de sociedades marcadas pela ambiguidade de possuírem autonomia política, mas terem seus laços econômicos definidos em função do mercado internacional. Sob a ação política formalmente livre e soberana pesariam os limites dessa estrutura de dominação que condicionaria as possibilidades de desenvolvimento dessas sociedades (MARTINS, 2004, p. 19).

Com base nas afirmações de Martins (2004), compreende-se que Cardoso e Faletto utilizam-se de um arcabouço weberiano para interpretar as origens do subdesenvolvimento e da dependência, que caracteriza-se, fundamentalmente, pelo paradigma de uma estrutura de dominação pela qual é configurado o terreno das disputas e da luta de classes. Nesse mesmo terreno, os grupos econômicos hegemônicos externos subordinam a burguesia interna, do mesmo modo em que, por sua vez, a burguesia local exerce, através dos conchavos e tramas políticas locais, uma dominação sobre grupos e setores no terreno nacional.

Nesta estrutura de dominação, a política como vocação, dará o tom do grau e da dinâmica dos processos de desenvolvimento econômico, possibilitando a ocorrência de que as economias nacionais, sejam sob a liderança do estado ou de grupos privados, possam contornar os limites impostos pelos entraves da dependência e aproveitar as possibilidades de atingir graus elevados de crescimento, mesmo numa condição de subdesenvolvimento. No artigo *Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos*, publicado na Revista de Economia Política em 1995 — já quando assumia o cargo de presidente da república, Fernando Henrique Cardoso desenvolveu um balanço dos seus próprios objetivos, após a ampla divulgação de sua teoria da dependência na década de 1970. Mesmo de forma genérica, entende-se que Cardoso só ratifica com a nossa compreensão do conceito de dependência associada.

Nos anos 70, desenvolvi melhor a nova forma de relacionamento entre o centro e a periferia através do conceito de desenvolvimento dependente-associado e passei a interessar-me, crescentemente, **pelas opções políticas que levariam a situações de maior liberdade de escolha**, a começar pela quebra do autoritarismo e, mais tarde, pela existência de novas formas de desenvolvimento econômico e social. (CARDOSO, 1995, p.149, grifos nossos).

Em última instância o grau de autonomia e de entrave será formatado pela capacidade dos grupos locais de conseguirem se posicionar no terreno do mercado mundial, a partir das conexões comerciais e associações políticas. Desse modo, o estancamento e a estagnação da economia dependente, não seriam consequências da própria formação social, econômica e

política da região, mas resultado da inabilidade dos grupos locais que, ao não atuarem a partir de uma racionalidade política vocacional, não desenvolveu a aptidão para o desenvolvimento.

A perspectiva metodológica de análise integrada da dependência — via exaltação dos processos sociais e políticos diante das condições estruturais e econômicas — indicada por Cardoso e Faletto, como crítica às proposições desenvolvimentistas da CEPAL, servem como fundamento para a tese de uma dependência associada — ou da interdependência —, que enfatiza, na prática, a dimensão política, isto é, o elemento definidor da convergência e entre a possibilidade de desenvolvimento e a condição de dependência.

Outro debate indispensável é o fato de que não é à toa que Cardoso e Faletto não dedicam esforços para a questão do Estado. Dentro da perspectiva dependente-associada, ao centrar no protagonismo dos grupos e classes privadas⁴², percebe-se o enfraquecimento do Estado enquanto polo de indução de desenvolvimento, tal qual definido e defendido pelos teóricos cepalinos.

Em suma, Cardoso e Faletto (1977) encerram *Dependência e Desenvolvimento*, com uma síntese liquidante em defesa de sua elaboração que, segundo eles, teve como objetivo:

Verificar até que ponto, apesar das transformações assinaladas, **seria possível manter a ideia de dependência ou, ao contrário, dever-se ia manter a ideia da interdependência**. Nesse passo, outra vez a especificidade da situação estrutural foi analisada juntamente com a situação política. **Mostrou-se que os interesses de poder e as alianças para garantir a hegemonia de grupos e facções de classes, internos e externos, têm que ser levados em consideração para explicar as situações de dominação**, por estas não sai um simples resultado iniludível do grau de diferenciação alcançado pelo sistema econômico. Por certo, **a existência de um “mercado aberto”**, a impossibilidade das conquistas dos mercados dos países maus desenvolvidos pelas economias dependentes e a incorporação contínua de novas unidades de capital externo sob a forma de tecnologia altamente desenvolvida e criada mais em função das necessidades intrínsecas das economias maduras do que das relativamente atrasadas, fornecem o quadro estrutural básico das condições econômicas de dependência. ‘Mas a combinação destas com os interesses políticos, as ideologias e as formas jurídicas de regulamentação das relações entre os grupos sociais é que permite manter a ideia de economias industriais em sociedade dependentes’. Portanto, **a superação ou a manutenção das ‘barreiras naturais’ ao desenvolvimento e a dependência dependem, mais que de condições econômicas tomadas isoladamente, do jogo do poder que permitirá a utilização em sentido variável dessas ‘condições econômicas’** (CARDOSO E FALETTO, 1977, p.142, grifos nossos)

⁴²Entrando na seara da discussão entre a atuação intelectual e a política, não deixa de ser irônico que a ausência da defesa do papel do Estado na intervenção na economia em seus escritos, tenha combinado com a atuação prática e política enquanto presidente, quando executou, em nome da globalização, um profundo ajuste econômico, desfazendo-se de empresas públicas nacionais e as entregando ao capital internacional.

A partir do exposto, chega-se ao entendimento de que, para os autores supracitados, a superação das ilusões desenvolvimentistas, assim como a preocupação com a análise dos limites e entraves para o crescimento econômico da periferia conduzem à reafirmação da dependência. A análise integrada do desenvolvimento, observando sejam os processos de expansão para fora, seja o desenvolvimento para dentro, ilustraram aos autores que a apreensão das características estrutural e econômica da região precisa da complementação do esforço quanto às configurações dos arranjos políticos exercidos pelos grupos internos. O jogo de interesses e alianças entre os grupos e frações estrutura-se através de um sistema de dominação, que institui tanto no terreno nacional, quanto a partir da tutela dos grupos hegemônicos estrangeiros.

Nos casos concretos abordados, observou-se que, através desse mesmo jogo de forças e interesses políticos, o impulso do nacional-populismo observado até o final dos anos 1960, enquanto força social possibilitou a alguns países o desenvolvimento da industrialização com um relativo mercado interno e do surgimento de instituições estatais para dinamização e impulsionamento econômica. Mas, diante da falência nacional-populista, não foi possível que o projeto de desenvolvimento regional alcançasse os objetivos desejados. Ao final do estudo, Cardoso e Faletto (1977) desenvolvem a questão do novo caráter da dependência, via internacionalização do mercado, e afirmam que, ao final do projeto desenvolvimentista, os grupos e classes locais se viram na necessidade de promoverem eles mesmos — agora sem a mediação do Estado indutor — as conexões comerciais, almejando alcançar a ampliação e expansão da capacidade produtiva. As associações com grupos externos em troca de vantagens econômicas seria a mola propulsora do desenvolvimento possível na condição de dependência. O grau de acerto deste movimento seria a garantia do crescimento e desenvolvimento das economias periféricas, através da primazia da política, mantendo-se as conexões da “interdependência”.

Por fim, é importante destacar que não veremos em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* ou em outros escritos dos autores aqui estudados, qualquer menção a possibilidade de superação da condição de dependência. Os ganhos da dependência associada, para os autores, seriam os limites para ação e o horizonte possível das economias subdesenvolvidas. A perspectiva de superação da condição de dependência será vista somente em outro movimento teórico, desta vez vinculada aos fundamentos teóricos e metodológicos do marxismo, da qual trataremos na próxima seção.

4. A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Como visto anteriormente, os teóricos do desenvolvimentismo apostaram em um programa de superação da condição de subdesenvolvimento a partir do enfrentamento aos interesses hegemônicos internacionais. Esse programa seria efetivado pela via da aliança entre as classes — burguesa e subalterna — no terreno nacional. Esta aliança e, conseqüentemente, as condições para execução do programa de crescimento econômico — industrialização, substituição das importações, fomento do mercado interno, redistribuição de renda — deveria ser garantido através do fortalecimento do Estado. O Estado desenvolvimentista seria, então, a consagração da aliança de classes; a instância detentora das prerrogativas na condução política, social e econômica do crescimento nacional.

Observou-se, na última seção, que a versão weberiana da teoria da dependência representada, principalmente, por Cardoso e Faletto (1977) configurou-se partindo da crítica à CEPAL. Os autores analisaram o subdesenvolvimento da periferia capitalista na América Latina, investigando o processo de formação e localização das classes e setores sociais no seio da formação dos estados nacionais, ressaltando as disputas da hegemonia na direção do processo de crescimento, como chave para entendimento do grau de desenvolvimento na região. É evidente que os estudos dos autores supracitados⁴³ sobre a dependência ganharam notoriedade intelectual e, mesmo diante do ecletismo teórico presente, não há como negar a densidade teórica de suas obras sobre a problemática do desenvolvimento, subdesenvolvimento e da dependência.

Nesse sentido, através do aprofundamento crítico da teoria do desenvolvimento da CEPAL, outra interpretação da dependência não apenas surge, mas se destaca da América

⁴³ Outra parceria teórica de Fernando Henrique Cardoso foi José Serra, com quem, no final da década de 1970, escreveu o texto intitulado *As desventuras da Dialética da Dependência*, no qual se afronta com as teses marxistas da dependência.

Latina: a escola marxista da dependência, conhecida como TMD ou Teoria Marxista da Dependência. A TMD ganhou forma ainda na década de 1960, também como um contraponto às análises do subdesenvolvimento e desenvolvimento de origem cepalina. No entanto, diferentemente da concepção defendida por Fernando Henrique Cardoso e Faletto, a escola marxista da dependência partiu e se desenvolveu pela via de outra matriz metodológica na análise do subdesenvolvimento periférico.

Segundo o sociólogo Theotônio dos Santos (1998), as análises da teoria do Desenvolvimento e da Dependência distinguem-se, pois, enquanto a teoria do desenvolvimento cepalino se constituiu como resultado:

Da superação do domínio colonial e do aparecimento de burguesias locais desejosas de encontrar o seu caminho de participação na expansão do capitalismo mundial; a teoria da dependência, surgida na segunda metade da década de 1960, representou um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas, mesmo quando uma parte delas entrava em crise e abria oportunidade para o processo de descolonização. (SANTOS, 1998, p.18)

A distinta interpretação da natureza do subdesenvolvimento que a TMD enuncia, consegue sobressair pela precisão em analisar as relações globais de produção que se impuseram, desde a colonização, enquanto contradições históricas na formação social dos países latino-americanos. As contradições efetivam-se por uma premissa metodológica: o desenvolvimento e o subdesenvolvimento; o crescimento e a estagnação, a colônia e a metrópole, centro e a periferia são partes de uma mesma totalidade. Ou seja, a condição de dependência de determinadas nações da periferia do capital estão, necessariamente, ligadas ao processo de expansão e do desenvolvimento de outras nações, estas configuradas pela hegemonia política e monopólio econômico. Assim, a TMD entende a condição de dependência enquanto barreira estrutural para o desenvolvimento.

Nesta última seção, apresentaremos uma síntese do pensamento da versão marxista da dependência. Para tanto, elegemos para essa exposição, a análise das teses de alguns dos notáveis precursores desta escola. Primeiramente, exibiremos uma análise das elaborações do economista e sociólogo alemão André Gunder Frank, cuja análise conduziu para tese de interpretação das condições do desenvolvimento e do subdesenvolvimento que ganharam notoriedade e serviu como alicerce para os estudos dos demais intelectuais apresentados na seção: Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos.

Partindo dos pressupostos apresentados por Gunder Frank, Marini, Bambirra e Theotônio dos Santos que optaram por apoiar-se na matriz metodológica marxista e

construíram um arcabouço teórico pautado pela investigação dialética da formação social latino-americana, relacionando-a com a constituição do capitalismo monopolista. Os teóricos da TMD vão destacar o lugar da periferia na divisão econômica e social do trabalho, explorando as contradições do desenvolvimentismo e os mecanismos da dependência.

4.1. Gunder Frank e a análise do desenvolvimento do subdesenvolvimento: crítica ao desenvolvimentismo, hipóteses e alicerce para dependência

Como dito acima, o economista e sociólogo alemão Andre Gunder Frank é considerado um precursor da escola Marxista da Dependência. A trajetória de Frank é bastante curiosa; nasceu na Alemanha, em 1929 e teve que migrar para os Estados Unidos, onde radicou-se no início da década de 1940, devido ao holocausto. Nos Estados Unidos, Frank iniciou os estudos na Universidade de Chicago e se filiou ao receituário liberal, sendo, inclusive, orientado por Milton Friedman.

Já na década de 1950, Frank vai se afastar do liberalismo da Escola de Chicago e investe na apreensão da realidade latino-americana. Na década seguinte, recém-chegado ao Brasil⁴⁴ tem contato com um grupo de intelectuais, entre eles Marini, Bamberger e Theotônio dos Santos, conseqüentemente com os debates em torno da realidade brasileira que estes lançavam na recém-inaugurada UnB – Universidade de Brasília em 1967, Gunder Frank publica o livro *Capitalism and Under development in Latin America*, onde apresenta seu estudo sobre a análise da formação social das economias chilena e brasileira. Mas foi um ano antes, em 1966, que Frank lança o famoso artigo *O The development of underdevelopment, (O Desenvolvimento do Subdesenvolvimento)* publicado pela revista americana *Monthly Review*, organizada por Paul Baran, Paul Sweezy e Leo Huberman. Neste artigo, do qual investigaremos aqui, Frank apresenta suas teses do desenvolvimento periférico. Com a publicação de *O Desenvolvimento do Subdesenvolvimento*, Gunder Frank não pretendia trazer teses definitivas, mas lançar luz sobre questões que pudessem ser exploradas posteriormente, assim o texto ganha destaque por inaugurar um caminho teórico que viria a ser fundamental para os estudos da Dependência.

⁴⁴Sobre a chegada de Gunder Frank na UNB, Marini revela que “embora já possuísse um pensamento inquieto e original, formado ao calor de seu contacto com Paul Baran, Paul Sweezy, Harry Huberman, em *Monthly Review*, foi então que Frank — absorvendo os novos elementos teóricos, que surgiam no seio da esquerda revolucionária brasileira — amadureceu as teses que exporia, de maneira provocativa e audaz, em seu *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*, publicado em 1967, livro que representa um marco do que viria a chamar-se de “teoria da dependência” (MARINI, 1992).

Ao escrever *O Desenvolvimento do Subdesenvolvimento*, a preocupação inicial de Gunder Frank, tal qual a dos teóricos cepalinos, foi a de buscar uma teoria do subdesenvolvimento capaz de indicar o preenchimento das lacunas que as particularidades periféricas impõem. Para isto, segundo Frank (1966, p.1) seria impossível chegar às respostas de tal questão “sem primeiro aprender como sua história social e econômica passada a conduziu a seu atual subdesenvolvimento”. Visto que, a maioria dos historiadores nativos dos países de economias central “estuda só o desenvolvimento dos países metropolitanos desenvolvidos e dá pouca atenção aos países colonizados e subdesenvolvidos” (ibdem). Essa situação é o que explica que as teorias, categorias e manuais para o desenvolvimento sejam impostos seguindo os próprios ritos de desenvolvimento, refletidos pela experiência social e histórica vividas pelos países de capitalismo central.

Conforme Frank (1996):

Dado que a experiência histórica dos países colonizados e subdesenvolvidos foi obviamente muito diferente, as teorias de que dispomos são insuficientes para refletir completamente o passado da parte subdesenvolvida do mundo e refletem o passado do mundo em sua totalidade de modo apenas parcial. E o que é mais importante, nossa ignorância sobre a história dos países subdesenvolvidos nos leva a assumir que seu passado e, portanto, seu presente parece com os estados anteriores da história dos países agora desenvolvidos. Essa ignorância e essa presunção nos conduzem a graves erros sobre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento contemporâneos. E mais: a maioria dos estudos do desenvolvimento e do subdesenvolvimento não têm em conta as relações econômicas e de outros tipos entre as metrópoles e suas colônias econômicas no decorrer da história da expansão e do desenvolvimento mundial do sistema mercantilista e capitalista. Por isso, a maior parte de nossas teorias não acerta ao explicar a estrutura e o desenvolvimento do sistema capitalista em sua totalidade, nem dá conta da geração simultânea do subdesenvolvimento em algumas partes e do desenvolvimento econômico em outras. (FRANK, 1966, p.1).

Diante das distintas experiências históricas, o autor destaca, assim, que para entender sobre esta condição de subdesenvolvimento, pela qual a maioria dos países passa, é tarefa vital observar dois movimentos analíticos: o primeiro é a busca pela investigação de cada realidade concreta; ir às raízes de cada formação histórica e extrair delas os nexos causais que impuseram o subdesenvolvimento. No caso das formações subdesenvolvidas, observar o estabelecimento das conexões e similaridades da periferia. O segundo, sob a óptica do externo, é analisar a relação posta entre colônia e metrópole desde o princípio da expansão

capitalista para apreender o porquê da existência simultânea do desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Um ponto importante a destacar é o fato de que Gunder Frank advoga a percepção de que o capitalismo se dividiu em três fases: Capitalismo mercantil, ou comercial; capitalismo industrial e capitalismo monopolista, ou etapa imperialista. Essa divisão é importante, pois, cada formação social periférica e colonial se desenvolveu e se relacionou com a metrópole de acordo com a integração econômica a cada fase capitalista correspondente. Ou seja, diante do processo de expansão do capitalismo, a periferia capitalista se constituiu e se desenvolveu de acordo com a divisão mundial do trabalho, e atuou, ainda que enquanto colônia e sem que houvesse desenvolvimento das forças produtivas internas, de forma integrada ao capitalismo.

Por isso, diante dessa percepção, Frank nega a tese de que o subdesenvolvimento seria uma fase anterior ao desenvolvimento; uma fase pela qual as nações de economias avançadas passaram em um determinado momento de sua constituição, e que, pela mesma lógica, as nações de economias periféricas poderiam superar. Pelo contrário, pois, para Gunder Frank:

Basta um moderado conhecimento da história para ver que o subdesenvolvimento não é original nem tradicional e que nem o passado nem o presente dos países subdesenvolvidos se parecem em qualquer aspecto relevante com o passado dos países hoje desenvolvidos. Estes nunca estiveram subdesenvolvidos, ainda que possam ter sido não-desenvolvidos. (FRANK, 1966, p.1).

O movimento de expansão capitalista pela via do colonialismo resultou em um expressivo processo de internacionalização, ampliação das fronteiras comerciais e acumulação de capital. Dito isso, denota que seja pela forma ou pelo conteúdo, o desenvolvimento da região periférica no período colonial moldou-se fundamentalmente pela condução de interesses externos, isto é, toda transformação ocorrida obedecia necessariamente às necessidades das economias centrais. As colônias eram submetidas aos ritos políticos e, principalmente, à atividade econômica da metrópole, logo toda a escala produtiva interna era orientada para fora. Com a maior parte das remessas do excedente produtivo enviadas diretamente às metrópoles, não se possibilita a criação das condições materiais para o desenvolvimento interno, gerando uma condição de atrelamento estrutural.

Assim, através da colonização, que se configurou como espoliação econômica das regiões periféricas, o subdesenvolvimento é, senão, produto e condição da própria expansão capitalista. Como afere Gunder Frank (1966):

A investigação histórica demonstra que o subdesenvolvimento contemporâneo é em grande medida o produto histórico de relações econômicas e de outros tipos, passadas e atuais, que o país satélite subdesenvolvido manteve e mantém com os países metropolitanos hoje

desenvolvidos. Além disso, essas relações são uma parte essencial da estrutura e do desenvolvimento do sistema capitalista em sua totalidade à escala global. Um ponto de vista relacionado a este e também amplamente equivocado é o de que o desenvolvimento desses países subdesenvolvidos e, dentro deles, das suas áreas mais subdesenvolvidas, deve ser gerado e será gerado e estimulado pela difusão de capital, instituições, valores etc. procedentes das metrópoles capitalistas nacionais e internacionais. A perspectiva histórica baseada no exame das experiências desses países subdesenvolvidos sugere, pelo contrário, que o desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos só pode ocorrer atualmente de forma independente da maioria dessas relações de difusão. (FRANK, 1966, p.2).

Dito desta forma, percebemos que a indicação de Frank (1966) buscava demonstrar que, tanto as raízes do subdesenvolvimento periférico estão no movimento de desenvolvimento do capitalismo central, como, de forma dialética e pelo mesmo sentido, o êxito deste último depende intrinsecamente da permanente existência do subdesenvolvimento. Ou seja, não haveria regiões em condição de subdesenvolvimento sem que houvesse regiões desenvolvidas, nem haveria desenvolvimento sem as regiões subdesenvolvidas que o sustentam direta e estruturalmente.

Ao defender que o subdesenvolvimento é constituído como produto da expansão colonial capitalista, Gunder Frank (1966) pretendeu indicar que não seria a ausência de relação com os setores do capitalismo avançado que originava o “atraso”, mas justamente o oposto. Quanto maior o grau de relacionamento e interferência colonial, menor seria a autonomia dessas regiões em conduzirem um crescimento interno independente, visto que, como dito acima, toda a estrutura e produção econômica configura-se através de um rito definido pela relação colônia/metrópole.

Outro elemento importante que traz o autor é em relação à dualidade estrutural interna da periferia, ou seja, a coexistência de setores sociais "atrasados", "arcaicos", “modernos” e “desenvolvidos”, dentro de um mesmo país. Sobre este tema, Frank (1966) observou o seguinte:

As evidentes desigualdades entre as rendas e as diferenças culturais têm levado muitos observadores a identificar sociedades e economias ‘duais’ nos países subdesenvolvidos. Cada uma das partes dessa dualidade é suposta como tendo sua própria história, assim como uma estrutura e uma dinâmica amplamente independente daquelas da outra parte. Supostamente, só uma das partes da economia e da sociedade tem sido afetada de maneira importante pelas estreitas relações econômicas com o mundo capitalista ‘exterior’, e essa parte, diz-se, modernizou-se, fez-se capitalista e se desenvolveu de maneira relativa precisamente graças a esse contato. À outra parte, considera-se amplamente como isolada: uma economia de subsistência, feudal ou pré-capitalista e, portanto, mais subdesenvolvida. Pelo contrário, creio que, em conjunto, a tese da ‘sociedade dual’ é falsa, e que as recomendações políticas a que conduz se seguidas, só servem para

intensificar e perpetuar as próprias condições de subdesenvolvimento que se supõe que pretendem remediar. (FRANK, 1966, p.2).

A tese do dualismo estrutural, tal qual vimos na primeira seção, foi bastante defendida pelos teóricos da CEPAL. Diziam eles que existência interna de setores econômicos, culturais e políticos, mais ou menos “modernos” ou “tradicionais”, “atrasados” ou “avançados”, eram explicadas, também, como resultado da ausência ou distanciamento de relação dinâmica com o capitalismo central. Segundo Gunder Frank (1966):

Abundantes provas históricas sugerem e estou seguro de que, no futuro, a investigação histórica o confirmará que a expansão do sistema capitalista nos últimos séculos penetrou de maneira efetiva e completa inclusive nos setores aparentemente mais isolados do mundo subdesenvolvido. Logo, as instituições e relações econômicas, políticas, sociais e culturais que observamos atualmente são produto do desenvolvimento histórico do sistema capitalista, em não menor medida do que o são os aparentemente mais modernos recursos capitalistas das metrópoles nacionais desses países subdesenvolvidos. De maneira análoga às relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento no nível internacional, no nível nacional observamos que as instituições aparentemente subdesenvolvidas das zonas chamadas atrasadas ou “feudais” de um país subdesenvolvido são também a consequência de um processo histórico de desenvolvimento capitalista, na mesma medida em que o são as chamadas instituições capitalistas das zonas supostamente mais avançadas do mesmo país. (ibidem).

Apreende que, em alguma medida, a tese de ganho pela via do contato com os setores capitalistas avançados encontra-se também para Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Cabe lembrar que de acordo com a tese da dependência associada seria a capacidade política dos grupos e classes nacionais de constituírem uma relação com os setores externos, o elemento que garantiria a possibilidade de fases maiores de desenvolvimento e autonomia.

Gunder Frank (1966) não reluta em criticar esta tese, visto que seria exatamente o grau de contato e atrelamento com o capital externo que contribui como fator determinante da condição de subdesenvolvimento e “atraso” da periferia. Para comprovação teórica, Frank decidiu demonstrar a validade de suas teses investigando o processo histórico real da relação colonial e do desenvolvimento capitalista em alguns dos países latino-americanos.

Em seus estudos, Gunder Frank (1966, p.3) observa que a expansão colonial impôs um duplo grau de integração capitalista na periferia: inicialmente, a metrópole penetrava e, assim, estruturava “toda a vida econômica, social e política das colônias e dos países da América Latina”. Na medida em que, os setores do capital nacional das colônias — atrelados à metrópole — exportadoras desenvolvem-se, também assumem comportamentos de dominação; primeiramente diante dos setores nacionais retardatários e, logo depois, expandem para outras regiões do mesmo território.

O resultado dessa nova condição de centralização e dominação do capital colonial de intervenção na organização da estrutura da vida social culminou, segundo Frank (1966), no surgimento de uma das grandes cidades, que assumiram funções de metrópole colonial. Sobre esta cadeia de organização colonial, o autor indica a criação das capitais provincianas que atuam como “satélites da metrópole nacional e, através desta, das metrópoles mundiais, são também centros provinciais ao redor dos quais giram os satélites locais” (ibidem).

Dessa forma, conformava-se, segundo o pesquisador:

Toda uma cadeia de constelações de metrópoles e satélites [que] relaciona todas as partes do conjunto do sistema, desde seu centro metropolitano na Europa ou nos Estados Unidos até o ponto mais distante do campo ou selva latino-americana (...). Além disso, cada metrópole nacional e local serve para impor e manter a estrutura monopolista e as relações de exploração desse sistema (como o denomina o Instituto Indigenista do México) na medida em que serve aos interesses das metrópoles que se aproveitam dessa estrutura global, nacional e local para impulsionar seu próprio desenvolvimento e o enriquecimento de suas classes dominantes (ibidem).

A expansão capitalista pela via colonial constituiu um sistema de espoliação do excedente econômico produzido na periferia, ao passo que conduzia e contribuiu para a formação da estrutura social, cultural, política e econômica interna. Segundo Frank (1966, p4), essa formação foi um marco fundamental na relação de dominação e que perdura até os dias atuais. Realizada a análise da estrutura colonial, o estudo do desenvolvimento e subdesenvolvimento de Gunder Frank parte para a investigação da realidade local através da apreensão do processo histórico-real que concretizou a formação social das colônias e que permanece vigente até os dias atuais na América Latina.

O teórico pretende responder a duas questões: a primeira, é demonstrar a tendência estrutural do capitalismo de favorecer o desenvolvimento contínuo dos centros globais e, de forma interconectada, a reprodução contínua do subdesenvolvimento periférico. A segunda, trata-se de evidenciar porque os esforços para o desenvolvimento das nações periféricas promovem entraves estruturais que conduzem às limitações estruturais e irrevogáveis. Na demonstração de que o subdesenvolvimento trata-se de um produto secular da expansão e desenvolvimento capitalista, o pesquisador vai balizar pelos estudos da história social Chilena e Brasileira⁴⁵.

⁴⁵Como dito anteriormente, esses estudos podem ser analisados através da obra *Capitalism and Underdevelopment in Latin America: Historical studies of Chile and Brazil*, lançada em 1967, durante o exílio no Chile.

Gunder Frank (1966) sintetiza sua investigação da formação social chilena indicando que:

A conquista [colonial] não só incorporou este país plenamente à expansão e ao desenvolvimento do mundo mercantilista e, depois, do sistema capitalista industrial, como também introduziu a estrutura monopolista de metrópole e satélites e o desenvolvimento do capitalismo na economia nacional e na sociedade chilenas. Essa estrutura penetrou e impregnou todo o conjunto do Chile rapidamente. Desde então e no decorrer da história mundial e do Chile nas épocas colonial, de livre-mercado, imperialista e até o presente, o Chile tem estado marcado cada vez mais pela estrutura social, econômica e política do subdesenvolvimento de tipo satélite. Esse desenvolvimento do subdesenvolvimento continua hoje, tanto na cada vez maior dependência chilena em relação às metrópoles mundiais, como através da cada vez mais aguda polarização da economia doméstica chilena (FRANK, 1966, p.4).

Do mesmo modo, o autor, ao investigar a formação social brasileira, afirma que, após a primeira Guerra Mundial e, mais precisamente, no pós-crise de 1929, abriu-se uma possibilidade histórica. Pela restrição econômica que seguiu afetando o comércio mundial, as relações de atrelamento econômico com capital externo, além da direção política do capital interno agroexportador se afrouxaram. Fato que, entre outras questões históricas — como observado na discussão da primeira seção — possibilitou que o Brasil pudesse congregiar interesses internos e experimentasse a aplicação de um plano de desenvolvimento que possibilitou um relativo crescimento econômico seguido de uma dinamização estrutural e institucional no país.

No entanto, segundo o mesmo autor:

Em nível nacional, as provas até este momento são claras. O desenvolvimento da indústria de São Paulo não trouxe maior riqueza a outras regiões do Brasil. Pelo contrário, as converteu em satélites dependentes internos, descapitalizados e consolidando ou, inclusive, aprofundando seu subdesenvolvimento. Há poucas provas que sugiram que esse processo vá a inverter-se em um futuro previsível, a não ser na medida em que os pobres das províncias emigrem e se convertam em pobres das cidades metropolitanas. Em nível internacional, as provas mostram que, ainda que o desenvolvimento inicial da indústria de São Paulo tenha sido relativamente autônomo, está tornando-se paulatinamente subordinado pelas metrópoles do mundo capitalista e suas possibilidades de desenvolvimento em um futuro se estão vendo restringidas. Meus estudos me levaram a supor que este será também um desenvolvimento limitado ou subdesenvolvido enquanto tenha lugar no marco político, social e econômico atual (FRANK, 1966, p.5).

Dessa forma, o impulso desenvolvimentista periférico no pós-1929 — São Paulo, por exemplo, transformou-se no maior centro industrial do continente — e também o observado no pós Segunda Guerra com orientação da CEPAL, elevou a questão de que o

subdesenvolvimento poderia ou não ser superado. Para o pesquisador supracitado, a resposta para essa questão é contundentemente negativa, pois:

O subdesenvolvimento não se deve à sobrevivência de instituições arcaicas e à falta de capital em regiões que permaneceram isoladas da corrente geral da história. Ao contrário, o subdesenvolvimento foi e é gerado pelo processo histórico mesmo que gera o desenvolvimento econômico: o próprio desenvolvimento do capitalismo. Alegro-me afirmar que esta perspectiva está ganhando adeptos entre os pesquisadores da América Latina e está provando sua eficácia para lançar nova luz aos problemas desta zona e contribuir a uma melhor perspectiva para a formulação de uma teoria e medidas políticas (FRANK, 1966, p.5).

Mesmo o Brasil sendo o exemplo mais destacado de desenvolvimento regional e nacional do subdesenvolvimento, esse crescimento não seria o bastante para romper a dependência, pelo contrário. A posição avultada de regiões industrializadas não expandia apenas para o restante do território, ocasionando em um desenvolvimento localizado e restrito. Conforme Frank (1966), essa apartação produtiva e social se explica, porque:

A expansão da economia mundial desde o início do século XVI converteu sucessivamente o nordeste, o interior de Minas Gerais, o norte, o centro-sul (Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná) em economias exportadoras e os incorporou à estrutura e ao desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Cada uma dessas regiões experimentou o que pode parecer um desenvolvimento econômico durante o período de suas respectivas idades douradas, mas era um desenvolvimento dependente que não era nem autogerado nem capaz de autoperpetuar-se. Quando o mercado ou a produtividade das primeiras regiões diminuiu, tanto o interesse nacional como o estrangeiro por elas desapareceu e caíram condenadas a desenvolver o subdesenvolvimento que vivem atualmente. (...)Todas essas provas históricas contradizem as teses, geralmente aceitas, de que a América Latina sofre de uma **sociedade dual ou da sobrevivência de instituições feudais** e que estas são obstáculos importantes a seu desenvolvimento econômico (FRANK, 1966,p.6, grifo nossos).

Das citações acima quanto às análises do Brasil e Chile, pode-se observar que na interpretação do autor ambas as regiões foram constituídas de modo *dependente*, caracterizado pela ausência de autonomia sob os rumos do desenvolvimento. No caso brasileiro, as regiões com maior movimentação econômica — São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e o Nordeste — constituíram-se, desde o princípio, com produções voltadas à exportação, orientadas pelo mercado externo.

Ou seja, integradas ao mercado global do capital essas regiões até conseguiram experimentar um ciclo de crescimento orientado para e por interesses internos, no período de transição do capitalismo comercial para o capitalismo industrial. No entanto, esse movimento não mostrou-se suficiente para conseguir manter-se de forma permanente e logo é possível

evidenciar o entrave estrutural e o dilema histórico de que quanto maior a intensidade da relação e da integração de determinada região com os interesses monopólicos, maior será a condição de atrelamento e subdesenvolvimento.

As teses de Gunder Frank confrontavam diretamente com as elaborações dos partidos comunistas, dirigidos pela Terceira Internacional, sobretudo à tese de que no Brasil persistia um dualismo engendrado por traços feudais, logo seria fundamental construir uma aliança política entre as classes na qual serviria como a base da revolução democrático-burguesa na região. O autor ainda consegue diferenciar-se dessa análise ao concluir que a região não possuía características feudais visto que possuía já estava, desde a sua colonização, absolutamente integrada ao capitalismo. O que era proposto dava conta de tratar das particularidades da formação econômica periférica que conviviam com formas atrasadas de produção, como, por exemplo, o escravismo. No entanto, o excedente econômico resultante dessa produção era somado à acumulação capitalista de qualquer forma.

Do mesmo modo da crítica aos partidos comunistas, as teses de Gunder Frank (1966) também fazem um contraponto à teoria do desenvolvimento cepalina. O teórico aprofunda a crítica da CEPAL à teoria das vantagens comparativas, de orientação ricardiana, que, como visto anteriormente, defendia que quanto maior o contato e integração com os setores mais avançados da economia mundial, maior a possibilidade de obtenção do desenvolvimento.

Pelo estudo da realidade latino-americana, advoga pela análise da deterioração dos termos de troca, no entanto diferencia-se dos teóricos da CEPAL ao demonstrar insuficiente a proposta de substituição da importação pelo impulso da industrialização, conduzidas pelo estado indutor do crescimento e desenvolvimento.

A crítica à CEPAL pode ser justificada não apenas por caracterizar insuficiente o esforço de substituição das importações, mas também pelo fato de que os teóricos do desenvolvimento apostaram na relação da sociedade do capital nacional com o capital monopolista. Como observado, para Gunder Frank (1966) seria justamente o grau e intensidade de contato e relação com os setores capitalistas estrangeiros a chave da condição de dependência, visto que, na fase imperialista, a condução da relação tenderia a ser sempre direcionada pelos interesses pelo polo mais forte.

Nesse sentido, pelo entendimento da evolução histórica da formação social e econômica da América Latina, o mesmo teórico confirmava o sentido estrutural da submissão às economias centrais capitalistas e, portanto, não enxergava qualquer possibilidade de que a dependência fosse um simples período passageiro. Entendia também que não seriam apenas a

quebra das relações comerciais colônias, ou os processos formais de independências que iriam fazer superar os entraves estruturais impostos pela condição de dependência.

Deste modo, o pesquisador buscará construir três hipóteses para o dilema do subdesenvolvimento. Estas hipóteses foram posteriormente, como veremos mais à frente nesta seção, não só aprofundadas, como ponto de partida para os teóricos da dependência. As hipóteses de Gunder Frank (1966, p.5) derivam de sua investigação e das “presunções teóricas que dentro desta estrutura metrópole-satélite que abarca o mundo inteiro, as metrópoles tendem ao desenvolvimento e os países satélites ao subdesenvolvimento”. A primeira hipótese afirma que “em contraste com o desenvolvimento da metrópole estrangeira que não é satélite de ninguém, o desenvolvimento das metrópoles subordinadas e nacionais está limitado por seu *status* de satélite”⁴⁶. Essa hipótese pode ser confirmada pelo fato de que as regiões que cresceram como metrópoles nacionais, ainda no período colonial, não obtiveram desenvolvimento avantajado, pelo fato de que, ainda assim, respondiam aos comandos e interesses externos. Dessa forma, seria inviável a comparação do período de subdesenvolvimento periférico com as fases iniciais do desenvolvimento das regiões de capitalismo avançado.

A segunda hipótese levantada por Gunder Frank (1966) é a de que as regiões periféricas, ou os satélites, atingem maior grau de desenvolvimento industrial capitalista quando possuem laços frouxos com as metrópoles, para o citado autor, essa hipótese pode ser confirmada através de dois dados. O primeiro trata-se de um isolamento momentâneo, originado por alguma crise política ou depressão na metrópole estrangeira. Este seria evidenciado através de cinco momentos históricos: a depressão econômica europeia, a “Crise Geral” no século XVII; as Guerras Napoleônicas, no início do século XIX, e a Primeira Guerra Mundial, no início do Séc. XX, a Crise de 1929 e Segunda Guerra Mundial. Nesses termos:

Está claramente estabelecido e geralmente reconhecido que o desenvolvimento industrial recente mais importante especialmente da Argentina, Brasil e México, mas também de outros países como Chile tem tido lugar precisamente durante os períodos das grandes guerras e a depressão intermédia. Graças ao conseguinte enfraquecimento dos laços comerciais e da inversão durante esses períodos, os satélites iniciaram um crescimento marcado de industrialização autônoma. A investigação histórica demonstra que o mesmo sucedeu na América Latina durante a depressão

⁴⁶ Os exemplos mais importantes e ao mesmo tempo mais confirmantes são as regiões metropolitanas de Buenos Aires e São Paulo, cujo crescimento só começou no século XIX, que não foi obstaculizado por heranças coloniais, mas que é e segue sendo um desenvolvimento satélite amplamente dependente da metrópole exterior, primeiro da Grã-Bretanha e depois dos Estados Unidos (FRANK, 1966, p.05).

européia do século XVII. Cresceu a manufatura nos países latino-americanos e muitos destes, como o Chile, se converteram em exportadores de produtos manufaturados. As guerras napoleônicas fizeram brotar movimentos de independência na América Latina e isto deve talvez interpretar-se como uma confirmação, em parte, da hipótese do desenvolvimento (1966, p. 6).

Como visto anteriormente, a Primeira Guerra Mundial, a Crise de 29 e a Segunda Guerra, impulsionaram certa autonomia relativa dos países periféricos e estes puderam iniciar experimentar um grau moderado de crescimento e dinamização interna.

E segundo, um outro grau de isolamento, isto é, trata do geográfico e econômico caracterizado pelo crescimento de regiões que estiveram “debilmente integradas e unidas ao sistema mercantilista e capitalista”. Estas regiões, segundo o autor, foram as que “(...) experimentaram o mais promissor desenvolvimento econômico autogerado do mais clássico tipo industrial capitalista (...)” (FRANK, 1966, p.6). Entre os casos mais destacados estão:

Tucumán e Assunção, tanto como outras cidades como Mendoza e Rosário, no interior da Argentina e Paraguai, durante o final do século XVIII e começo do XIX. Os séculos XVIII e XIX em São Paulo, antes do cultivo do café ali se iniciar, são outros exemplos. Talvez Antioquia na Colômbia e Puebla e Querétaro no México, são outros exemplos. À sua maneira, Chile foi também um exemplo posto que, antes que a rota marítima ao redor de Hornos fosse aberta, este país estava relativamente isolado ao final de uma longa viagem da Europa via Panamá. Todas essas regiões se converteram em centros de manufatura e até de exportação, geralmente, de têxteis, durante o período que precedeu a sua incorporação efetiva como satélites do sistema capitalista mundial, colonial e nacional (ibidem).

A terceira e última hipótese é o avesso da segunda. É o dado de que as regiões com graus maiores de subdesenvolvimento, inclusive com relações de trabalho com características feudais, foram aquelas que constituíram conexões mais estreitas com as metrópoles no processo de formação colonial. Estas regiões são as que:

Eram os maiores exportadores de matérias primas e as fontes principais de capital para a metrópole estrangeira e que foram abandonadas por esta quando por uma razão ou outra, os negócios decaíram. Esta hipótese contradiz a tese geralmente sustentada de que a fonte do subdesenvolvimento regional é seu isolamento e suas instituições pré-capitalistas. Essa hipótese parece estar amplamente confirmada pelo anterior desenvolvimento super satélite e o presente grande subdesenvolvimento das, um dia exportadoras de açúcar, Antilhas, nordeste do Brasil, distritos mineiros de Minas Gerais, no Brasil, terras altas do Peru, Bolívia e os estados centrais mexicanos de Guanajuato, Zacatecas e outros, cujos nomes se fizeram famosos por séculos pela sua prata. Certamente não existem maiores regiões na América Latina que sofram atualmente mais intensamente a maldição do subdesenvolvimento e da pobreza; porém, todas essas regiões, como Bengala na Índia, já foram provedoras do fluxo sanguíneo mercantil e do desenvolvimento capitalista industrial – da metrópole. A participação dessas regiões no desenvolvimento do sistema capitalista mundial lhes proporcionou, já em sua idade de ouro, as estruturas típicas do subdesenvolvimento de uma economia de exportação capitalista.

Quando o mercado do açúcar ou da riqueza das minas desapareceu e as metrópoles as abandonaram ao seu próprio destino, suas já existentes estruturas econômicas, políticas e sociais proibiram a geração autônoma do desenvolvimento econômico e não lhes deixava outra alternativa a não ser voltarem a si mesmas e degenerar-se no ultrasubdesenvolvimento que atualmente encontramos nelas (FRANK, 1966, p.8).

As hipóteses levantadas por Gunder Frank (1966) indicam o desenvolvimento como genitor do subdesenvolvimento, fruto da integração e da expansão do capitalismo, desde a sua fase mercantil, até a atual fase imperialista. Estas teses também indicam o próprio capitalismo enquanto uma totalidade, mas orientado por um desenvolvimento desigual.

Como dito no início deste item, os esforços teóricos de Gunder Frank não rumavam à construção de uma teoria acabada, irrevogável. Pelo contrário, ele próprio reconhecia e esperava que suas hipóteses, inovadoras para época, seriam apreciadas como objetos para futuras gerações, principalmente a intelectualidade dos países periféricos, pois seriam eles, por questões óbvias, os que mais necessitados e interessados na investigação do desenvolvimento e subdesenvolvimento. Seriam as novas gerações de intelectuais:

(...) a quem no último momento se designará a tarefa de mudar este já não aceitável processo e eliminar essa realidade miserável. Não serão capazes de alcançar estes objetos se importarem estereótipos estéreis das metrópoles, que não correspondem à sua realidade econômica de satélites e não respondem as suas necessidades de liberação política. Para mudarem a sua realidade, devem primeiro compreendê-la. Por isso eu espero que uma maior confirmação destas hipóteses e um maior empenho no enfoque proposto, política e estruturalmente, possa ajudar aos povos dos países subdesenvolvidos a compreender as causas e eliminar a realidade do desenvolvimento de seu subdesenvolvimento e do subdesenvolvimento de seu desenvolvimento (FRANK, 1966, p.10).

Este esforço teórico da investigação do desenvolvimento e do subdesenvolvimento da periferia seria continuado ainda na década de 1960, quando o autor inicia sua curta trajetória na UnB, em 1962, e depara-se com um grupo de jovens intelectuais com quem teve aproximação e deu sequência às investigações acerca da problemática da formação histórica e da dependência latino-americana, complementados, agora, pelos estudos da obra de Karl Marx⁴⁷. Estes jovens eram Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos. As hipóteses levantadas por pelo teórico serviram como pontapé para a formatação da Teoria Marxista da Dependência, cujas bases e elaborações serão analisadas no próximo item.

⁴⁷ André Gunder Frank veio para a recém-criada Universidade de Brasília, a convite de Darcy Ribeiro, em 1962. Ali, a partir do núcleo formado por Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e o próprio Frank, tiveram início os estudos sistemáticos da obra magna de Marx, O Capital, com participação de outros professores e também de alunos (MARINI, 1992).

4.2. Marini e a Dialética da Dependência: o subimperialismo e superexploração do trabalho.

Ruy Mauro Marini, mineiro, nascido em Barbacena no ano de 1932, foi, sem dúvida, o maior expoente da Teoria Marxista da Dependência. Seus escritos sobre a dependência tornaram-se reconhecidos não apenas pelo rigor acadêmico, mas porque representaram uma inovadora abordagem metodológica e teórica acerca dos fundamentos da dependência. Em 1973, Marini publicou *A Dialética da Dependência*, ensaio que configura-se como um texto inovador e a obra de maior relevância na chamada escola marxista da dependência. Inspirado pelos estudos de Gunder Frank, Marini parte da crítica metodológica ao desenvolvimentismo cepalino e apropria-se do método marxista para desenvolver conceitos e categorias chaves para interpretação das particularidades do capitalismo dependente periférico. Entre eles, estão as categorias da *superexploração* e do *subimperialismo*.

Em a *Dialética da Dependência*, preocupação com método de investigação não se traduziu apenas em mero detalhe, muito pelo contrário. O método de investigação ocupava um lugar de destaque, onipresente em todo ensaio, sobretudo pelo fato de que Ruy Marini (2005) pretendia, conscientemente, afastar-se das interpretações das particularidades do capitalismo periférico pautadas, ora pela ortodoxia, ora pelo ecletismo.

Não à toa, Marini inicia seu estudo com a seguinte passagem:

Em sua análise da dependência latino-americana, os pesquisadores marxistas incorreram, geralmente, em dois tipos de desvios: a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato, ou a adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde para aceitá-lo em sua formulação pura. No primeiro caso, o resultado tem sido os estudos marxistas chamados de ortodoxos, nos quais a dinâmica dos processos estudados se volta para uma formalização que é incapaz de reconstruí-la no âmbito da exposição, e nos que a relação entre o concreto e o abstrato se rompe, para dar lugar a descrições empíricas que correm paralelamente ao discurso teórico, sem fundir-se com ele; isso tem ocorrido, sobretudo, no campo da história econômica. O segundo tipo de desvio tem sido mais frequente no campo da sociologia, no qual, frente à dificuldade de adequar a uma realidade categorias que não foram desenhadas especificamente para ela, os estudiosos de formação marxista recorrem simultaneamente a outros enfoques metodológicos e teóricos; a consequência necessária desse procedimento é o ecletismo, a falta de rigor conceitual e metodológico e um pretense enriquecimento do marxismo, que é na realidade sua negação (MARINI, 2005, p.137).

Como observamos acima, Marini (2005) compreendia que a ortodoxia e o ecletismo consistiam em dois vícios que a intelectualidade da época incorria quando tratavam de interpretar as particularidades da periferia. A ortodoxia, para o autor, seria resultado da

subordinação do conceito ao real, da primazia da categoria em face da realidade concreta. Nesse caso, haveria a incapacidade da constatação — ou da verificação — de diversos conceitos presentes em determinadas elaborações teóricas diante dos fenômenos e processos concretos reais, incorrendo ao dogmatismo. Por outro lado, o ecletismo se trata da mescla no uso de determinadas metodologias cujos fundamentos são distintos.

Segundo Roberta Traspadini e João Pedro Stédile, no texto a Dialética da Dependência:

O método materialista evidenciava o quanto a história da América Latina não era uma história à parte com relação à história dos países desenvolvidos, mas, sim, um elemento integrado e indissociável do sentido de totalidade posta em movimento por um determinado grupo com o afã de internacionalizar e protagonizar seu modelo (TRASPADINI & STÉDILE, 2005, p.33).

Para Marini (2005, p.138) tanto a ortodoxia, ou dogmatismo, quanto o ecletismo surgiram de uma problemática real: uma fiel interpretação da natureza do capitalismo na periferia. Sobretudo pelo fato de que de modo distinto ao desenvolvimento capitalista clássico, “a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que às vezes se apresentam como insuficiências e outras — nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras — como deformações”. Desta determinante dificuldade investigativa deriva a recorrente noção de que nas economias periféricas ocorria um processo de desenvolvimento “pré-capitalista”.

Nesta passagem Marini (2005) afronta-se, objetivamente, a criticar os autores desenvolvimentistas, cepalinos e comunistas que advogam a tese de que o “atraso” econômico presente nas colônias da periferia pode ser explicado pelo fato de que nessas regiões o capitalismo ainda não teria chegado ao desenvolvimento completo e suficiente, ao ponto de surgirem as formas clássicas e modernas de produção, logo, o esforço haveria de ser o da incontornável tarefa da revolução capitalista burguesa para que pudesse desenvolver as forças produtivas na região.

Segundo o autor:

O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional. (MARINI, 2005, p.138).

Como visto, o pesquisador não defende que não haja atraso ou insuficiência nas relações de produção da periferia, mas que esta situação estrutural particular está inserida em um contexto global, trata-se do desenvolvimento capitalista *sui generis*, uma condição de dependência que impede que o desenvolvimento dessas economias atinjam os graus observados nos países de capitalismo central.

Na perspectiva do método, essa relação entre as formas sociais no capitalismo mais desenvolvidas e menos desenvolvidas possuem uma relação indissociável. Explica Marini (2005) que:

Se é certo que o estudo das formas sociais mais desenvolvidas lança luz sobre as formas mais embrionárias - ou, para dizê-lo com Marx, "a anatomia do homem é um a chave para a anatomia do macaco -, também é certo que o desenvolvimento ainda insuficiente de uma sociedade, ao ressaltar um elemento simples, torna mais compreensível sua forma mais complexa, que integra e subordina esse elemento. (MARINI, 2005, p.139).

Ou como explicita Karl Marx, em citação exposta por Marini (2005):

(...) a categoria mais simples pode expressar as relações dominantes de um todo não desenvolvido ou as relações subordinadas de um todo mais desenvolvido, relações que já existiam historicamente antes de que o todo se desenvolvesse no sentido expressado por uma categoria mais concreta. Só então, o caminho do pensamento abstrato, que se eleva do simples ao complexo, poderia corresponder ao processo histórico real (MARX apud MARINI, 2005, 139).

Neste sentido, a noção inserida nas análises que afirmam a existência de um pré-capitalismo indicam a existência de uma suposta linearidade do desenvolvimento da história e nega as relações dialéticas entre totalidade e particularidade, entre o externo e o interno, entre o nacional e o internacional, entre o desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Segundo Traspadini e Stédile (2005), essa apreensão que Marini desenvolve significa:

Dialeticamente, mais do que entender o jogo de fora pra dentro ou de dentro pra fora, o importante era compreender os mecanismos concretos de articulação do capital em cada momento histórico, para fazer seu modo de produção vigorar como dominante em contraposição ao do seu grupo antagônico. Entender o emaranhado de relações próprias de um modo de ver e atuar no mundo a partir de elementos muito concretos: modo de produção capitalista, apropriação privada de capital, exploração do trabalho, concentração e centralização da riqueza e da renda (TRASPADINI & STÉDILE, 2005, p.38).

Nesse sentido, a partir do método histórico-dialético, ao observar o processo de desenvolvimento do capitalismo clássico, Marini (2005) buscará identificar os elementos e categorias presentes no real, que servirão como chaves analíticas do desenvolvimento

capitalista dependente. No entanto, desde o princípio, observa-se a preocupação do autor com o rigor científico. Pelo fato de que:

(...) Essas categorias não podem substituir ou mistificar os fenômenos a que se aplicam; é por isso que a análise tem de ponderá-las, sem que isso implique em nenhum caso romper com a linha do raciocínio marxista, enxertando-lhe corpos que lhe são estranhos e que não podem, portanto, ser assimilados por ela. O rigor conceitual e metodológico: a isso se reduz em última instância a ortodoxia marxista. Qualquer limitação para o processo de investigação que dali se derive já não tem nada relacionado com a ortodoxia, mas apenas com o dogmatismo (MARINI, 2005, 139).

A exigente observação quanto ao método de investigação justifica-se pela necessidade de apreender a dependência como uma condição estrutural derivada do processo de subordinação germinado na gênese da relação das formações sociais periféricas junto aos países de capitalismo central.

A Dependência para Marini (2005) seria, então:

Uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (MARINI, 2005, p. 141).

É importante destacar que, para Marini, em desacordo com Gunder Frank (1966), embora as condições de subordinação tenham sido geradas ainda no processo de formação do capitalismo colonial, a condição de dependência se configura a partir das relações entre nações formalmente independentes.

Além desse dado, ocorre outro item de divergência de Marini e Gunder Frank. Trata-se do destaque ao momento predominante na qual se configura a relação de dependência. Vejamos:

A situação colonial não é o mesmo que a situação de dependência. Ainda que se dê uma continuidade entre ambas, não são homogêneas; como bem afirmou Canguilhem, "*o caráter progressivo de um acontecimento não exclui a originalidade do acontecimento*". A dificuldade da análise teórica está precisamente em captar essa originalidade e, sobretudo, em discernir o momento em que a originalidade implica mudança de qualidade. No que se refere às relações internacionais da América Latina, se, como assinalamos, está desempenha um papel relevante na formação da economia capitalista mundial (principalmente com sua produção de metais preciosos nos séculos 16 e 17, mas sobretudo no 18, graças à coincidência entre o descobrimento de ouro brasileiro e o auge manufatureiro inglês), somente no curso do século 19, e especificamente depois de 1840, sua articulação com essa economia mundial se realiza plenamente. Isto se explica se considerarmos que é com o surgimento da grande indústria que se estabelece com bases sólidas a divisão internacional do trabalho (MARINI, 2005, p. 141).

É fundamental frisar, desde já, que é justamente pela apreensão do trabalho, enquanto categoria fundante de toda estrutura social, que o autor referenciado confirma seu rigor metodológico e a perspectiva marxista de sua teoria da dependência. Para ele, o momento predominante da relação de dependência é o surgimento da grande indústria que ocorre a partir do amadurecimento da divisão internacional do trabalho. O destaque para a divisão internacional do trabalho, a partir da grande indústria, é preponderante, visto que, a partir desse momento, foram determinadas as bases para expansão comercial no período que precedeu o capitalismo monopolista, período no qual, vai expandir a reprodução do capital em escala global. Nesse momento, as relações mercantis entre nações independentes de distintos graus de desenvolvimento se expandem e se intensificam.

Segundo o autor, a essa necessidade de expansão justifica a “inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências da passagem para a produção de mais-valia relativa nos países industriais.”, estas exigências da efetivação da mais-valia relativa configuram, por sua vez “uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização real da força de trabalho” (MARINI, 2005, p. 145). No entanto, justamente pelos distintos graus de desenvolvimento econômico e político entre as nações, as condições de negociações comerciais se conformam de forma semelhante. É o que o pesquisador vai denominar de trocas desiguais.

Para Marini, “teoricamente, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam” (MARINI, 2005, p. 151). No entanto, na prática, ocorrem movimentos que burlam as leis das trocas mercantis. Visto que “observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis da troca, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias”⁴⁸, define Marini (2005). (idem).

No caso em que as trocas comerciais entre países constituem-se a partir das transações entre produtores de diferentes ramos do mercado — como, por exemplo, as matérias-primas, commodities e os produtos manufaturados — segundo Marini, (2005, p. 151) “o mero fato de

⁴⁸Convém distinguir os mecanismos que operam no interior de uma mesma esfera de produção (tratando-se de produtos manufaturados ou de matérias primas) e os que atuam no marco de distintas esferas que se inter-relacionam. No primeiro caso, as transferências correspondem a aplicações específicas das leis de troca; no segundo, adotam mais abertamente o caráter de transgressão delas (MARINI apud TRASPADINI & STÈDILE, 2005, p151).

que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor”. Ou seja, que manipulem as leis das mercadorias, de modo em que sejam vendidas acima do seu real valor, conformando, neste sentido, uma troca desigual.

Para o autor, a lógica das trocas desiguais:

Implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. Neste último caso, a transferência de valor é dupla, ainda que não necessariamente apareça assim para a nação que transfere valor, já que seus diferentes provedores podem vender todos a um mesmo preço, sem prejuízo de que os lucros se distribuam desigualmente entre eles e que a maior parte do valor cedido se concentre em mãos do país de produtividade mais elevada (MARINI apud TRASPADINI & STÈDILE, 2005, p152).

Em virtude das trocas desiguais — e conseqüentemente aos desajustes na transferência de valor entre as nações cujas economias se portam em graus distintos no mercado mundial — os capitalistas nacionais periféricos, ou melhor, a estrutura econômica no capitalismo dependente, constitui o que Marini (2005, p. 152-53) denomina de mecanismos de compensação. Esse mecanismo operado pela nação menos favorecida se configura como um “incremento ao valor trocado” que permite “neutralizar total ou parcialmente mediante o aumento do valor realizado”. É possível verificar tal mecanismo “tanto no plano da troca de produtos similares quanto de produtos originados de diferentes esferas de produção”. O autor explica essa operação afirmando que:

Para aumentar a massa de valor produzida, o capitalista deve necessariamente lançar mão de uma maior exploração da força de trabalho, seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, seja finalmente combinando os dois procedimentos. A rigor, só o primeiro — o aumento da intensidade do trabalho — se contrapõe realmente às desvantagens resultantes de uma menor produtividade do trabalho, já que permite a criação de mais valor no mesmo tempo de trabalho. Factualmente, todos contribuem para aumentar a massa de valor realizada e, por isso, a quantidade de dinheiro obtida através da troca. Isso é o que explica, neste plano da análise, que a oferta mundial de matérias primas e alimentos aumente à medida que se acentua a margem entre seus preços. O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador (MARINI, 2005, p. 152-153).

Neste sentido, o pesquisador percebe que diante das consequências da troca desigual, o capital nativo de uma economia periférica lança mão de mecanismos para garantir a compensação do valor perdido nas operações mercantis com o capital externo. Essas medidas serão constituídas a partir de mecanismos de extração do trabalho excedente. Os três mecanismos, segundo Marini (2005), são a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho. Todos os três mecanismos. A saber:

Configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam. De fato, mais que na indústria fabril, na qual um aumento de trabalho implica pelo menos um maior gasto de matérias primas, na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento do trabalho sobre os elementos do capital constante são muito menos sensíveis, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, aumentar a riqueza produzida sem um capital adicional. Entende-se que, nessas circunstâncias, a atividade produtiva baseia-se, sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isso permite baixar a composição do valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro (MARINI, 2005, p. 156).

O que o professor avigora-se a apontar é o fato de que seja na intensificação do trabalho, na prolongação da jornada de trabalho ou na expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho, a característica fundamental presente nestes mecanismos é o fato de que em todos — o trabalhador não possui as condições necessárias para a reposição da força de trabalho. Pelos mecanismos da intensificação do trabalho e pela prolongação da jornada, segundo Marini (2005, p.156-157), “é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro”. Já na expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho “(...) lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal”. Marini (2005) apreende que esses mecanismos, que não só podem como geralmente apresentam-se juntos, significam que “o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e corresponde, portanto, a uma superexploração do trabalho”. A superexploração do trabalho seria, então, uma categoria estrutural que, em virtude das trocas desiguais, o capitalismo periférico opera, enquanto mecanismos de compensação, para apropriação de mais-valor.

É interessante destacar que a chave para a apreensão da categoria da superexploração se dá em alguns pontos importantes. O primeiro, trata-se da característica do trabalho a ser pago abaixo do seu valor normal, em virtude da necessidade de apropriação de parte do trabalho necessário, ou seja, do valor imediatamente correspondente ao necessário para o trabalhador reproduzir sua força de trabalho. Cabe destacar que há algumas polêmicas quanto ao uso do termo *normal*. Pelo fato de, supostamente, não ser possível mensurar qual a variável atribuída a uma média ou a uma normalidade no processo de exploração do trabalho. A segunda polêmica é mais simples, mas ainda é constantemente observada. Que é o da própria possibilidade do trabalho ser pago abaixo do seu valor normal.

Cabe-nos destacar que não apenas os termos, mas os próprios fundamentos da superexploração já estão presentes nos escritos de Karl Marx (1996). No capítulo IV de *O Capital*, no tópico da Compra e Venda da Força de Trabalho, o economista observa que:

O limite último ou limite mínimo do valor da força de trabalho é constituído pelo valor de uma massa de mercadorias, sem cujo suprimento diário o portador da força de trabalho, o homem, não pode renovar o seu processo de vida, sendo, portanto o valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis. Se o preço da força de trabalho baixa a esse mínimo, então ele cai abaixo do valor dela, pois assim ela só pode manter-se e desenvolver-se em forma atrofiada. Mas o valor de cada mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho requerido para fornecê-la com sua qualidade **normal** (MARX, 1996, p. 290, grifos nossos).

Como podemos ver, Marx (1996) estabelece um limite mínimo ou último do valor da força de trabalho qual seja o próprio valor mínimo necessário para que o trabalhador disponha do conjunto de mercadorias necessárias para reprodução de sua força de trabalho, sem o qual o trabalhador não poderá abrir mão, sob o risco de não poder renovar o “seu processo de vida”. O autor também confirma a possibilidade de que esse salário seja pago abaixo do seu valor, alertando que, nestas condições o trabalhador reporia sua força de trabalho de forma atrofiada, do mesmo modo que alerta que o valor de cada mercadoria é constituído pelo tempo de trabalho necessário para produzi-la em sua “qualidade normal”.

Em outra passagem de *O Capital*, no início XV, que trata da Variação de Grandeza do Preço da Força de Trabalho e da Mais-Valia, Marx (1996) reafirma que o valor da força de trabalho é determinado “pelo valor dos meios de subsistência *habitualmente* necessários ao trabalhador médio”. E continua, expondo que “massa desses meios de subsistência, ainda que sua *forma possa variar*, em determinada época de determinada sociedade, é dada, podendo, portanto, ser tratada como *uma grandeza constante*. O que muda é o valor dessa massa. (MARX, 1996, p.147, grifos nossos). Ou seja, o economista confirma, primeiro, que embora

em determinadas circunstâncias, o valor dos meios de reprodução da força de trabalho possam variar, o cálculo do valor deve considerá-lo como uma grandeza constante.

Em outra passagem, ainda no mesmo capítulo, mas agora no tópico III, da *Força produtiva e intensidade do trabalho constante. Jornada de trabalho variável*, Marx (1996) afirma que:

Com a jornada de trabalho prolongada, o preço da força de trabalho pode cair abaixo de seu valor, embora nominalmente permaneça inalterado ou mesmo suba. É que o valor diário da força de trabalho, como será lembrado, é calculado sobre sua duração média, ou seja, sobre a duração normal da vida de um trabalhador e sobre uma correspondente transformação normal, ajustada à natureza humana, de substância vital em movimento. Até certo ponto, o desgaste maior de força de trabalho, inseparável do prolongamento da jornada de trabalho, pode ser compensado por maior restauração. Além desse ponto, o desgaste cresce em progressão geométrica e ao mesmo tempo todas as condições normais de reprodução e atuação da força de trabalho são destruídas. O preço da força de trabalho e o grau de sua exploração deixam de ser grandezas comensuráveis (MARX, 1996, p.154).

Desse modo, é confirmada pela teoria marxiana a possibilidade de que, em determinadas situações, o salário seja pago abaixo do valor do trabalho necessário. Quando isso ocorre, o desgaste provocado na vida do trabalho é aumentado em “progresso geométrica” e as condições *normais* de reprodução são devastadas, desse modo, o valor da força de trabalho e próprio grau de exploração são desmedidos.

Isso explica, em parte, algumas confusões na interpretação do valor mínimo do trabalho necessário. Visto que, na prática, quando se fala em valor necessário para a reprodução da força de trabalho, esse valor é sempre calculado e estabelecido pelo quantum da massa de mercadorias necessárias para a reprodução e subsistência do trabalhador. Ou seja, o valor normal da reprodução da força de trabalho é sempre dado por uma constante, dada, por vez, pelas condições médias, normais das necessidades vitais do homem — e, por isso, o termo normal — o que pode variar — como confirma Karl Marx — é o *quantum* de valor das mercadorias necessárias para reposição da força de trabalho.

A partir da teoria marxiana, Marini (2017) não nega, portanto, que o valor do trabalho necessário seja definido pelo cálculo do valor médio, ou normal, das mercadorias requeridas para reprodução da força de trabalho. É justamente por pressupor esse cálculo, que Marini vai buscar investigar as contradições dessa operação. Em outras palavras, o que o autor busca confirmar é que em virtude das particularidades e da condição de dependência, a força de trabalho é extraída além do trabalho necessário; paga abaixo do valor necessário para sua reprodução e que é essa condição estrutural que caracteriza a categoria da superexploração do trabalho.

Na obra *Subdesenvolvimento e Revolução*, publicada pela primeira vez no México, em 1969, Marini já desenvolvia seus estudos acerca da superexploração, a partir da teoria marxiana. Nas passagens a seguir, ao buscar investigar a produção do valor e a jornada de trabalho, Marini indicava, também, a sua interpretação quanto da necessidade permanente de acumulação de capital que, por sua vez, conduziu ao processo de intensificação do trabalho. Como nos diz Marini (2017):

A acumulação de capital é assim determinada pela relação entre dois tempos constitutivos da jornada de trabalho. Ao denominar o primeiro – no qual o trabalhador reproduz seu próprio valor – de tempo de trabalho necessário, Marx partia do pressuposto de que esse valor é igual ao dos meios de subsistências requeridos pelo trabalhador. Tinha com isso uma intenção política: a de mostrar que, mesmo num marco de justiça – em que se restitui ao trabalhador o valor que lhe corresponde socialmente -, a relação entre trabalhador e o capitalista não pode, jamais, deixar de ser uma relação de exploração, que só desaparece com a supressão do próprio capital, o seja, com o socialismo. Mas Marx se baseava também na análise das tendências objetivas do sistema, que tendiam à fixação do salário em função das necessidades experimentadas pelo trabalhador em termos de subsistências. Uma vez que a intensificação da acumulação depende da existência do tempo do trabalho excedente, ou seja, depende da modificação da relação entre os tempos produtivos a favor do tempo de trabalho excedente, a correspondência estável entre o valor do salário e a satisfação das exigências de subsistência do trabalhador permitia apenas duas alternativas: aumentar a jornada de trabalho ou, mantendo e até mesmo reduzindo a jornada, diminuir o tempo de trabalho necessário. A estas duas alternativas básicas correspondem às categorias de mais-valia-absoluta e mais-valia relativa – e é importante notar que esta última corresponde à desvalorização real da força de trabalho. (MARINI, 2017, p.172)

Marini (2017) segue, dessa vez, expondo o processo da jornada e intensificação do trabalho nos países de economia central, relatando o processo de restrição da mais-valia absoluta, ao passo que observa o movimento do capital que conduziu à gênese da mais-valia relativa, possibilitada a partir do desenvolvimento das forças produtivas, pela via do incremento tecnológico e científico no processo de produção.

Desse modo, para a saber:

As condições específicas das economias centrais (...) contribuíram para regulamentar a exploração do trabalho, principalmente no que se refere à duração da jornada de trabalho, restringindo assim a produção de mais-valia absoluta, ainda que sem jamais eliminá-la. As transgressões desses limites em situações de crise econômica ou nos ramos de produção mais atrasados – atraso que se mede tanto em relação à concentração de capital, quanto pela distribuição do capital entre máquinas, instalações e matérias-primas, de um lado, e salários, de outro – constituem verdadeiros casos excepcionais (...) a regra geral foi a intensificação da exploração, e, portanto, da acumulação através do barateamento real da força de trabalho, alcançado principalmente pela redução do valor dos bens necessários para subsistência do trabalhador. Com isso, a desvalorização constante da força do trabalho se tornou um

elemento decisivo na produção e acumulação capitalista nos países centrais, a tal ponto que se poderia afirmar que a história do desenvolvimento capitalista é, neste sentido, a história da depreciação do valor real da força de trabalho (MARINI, 2017, p.172-173).

Por outro lado, no caso da acumulação capitalista nas economias capitalistas dos países periféricos era operada tendo em vista

Um aumento desproporcionado da força do trabalho – seja pela importação de mão de obra ou pela aplicação de tecnologia que poupa mão de obra – as economias periféricas realizaram seu processo de acumulação essencialmente com base na produção da mais-valia absoluta. Para isso foi contribuiu, em parte, a falta de regulamentação das condições de trabalho e, portanto, a extensão desmedida da jornada produtiva – o que é certo, sobretudo para as massas trabalhadoras do campo. Mas, também, foi importante nesse processo, a ruptura da relação entre a remuneração do trabalho e seu valor real, isto é, entre o que se considera como tempo de trabalho necessário e as efetivas necessidades de subsistência do trabalhador. Em outros termos, o aumento do tempo de trabalho necessário, deixando de restituir ao trabalhador o equivalente ao valor criado durante o tempo de trabalho necessário. Assim, o que parece ser mais-valia relativa é frequentemente um caso anômalo de mais-valia absoluta. (MARINI, 2017, p.173).

De acordo com o autor, a acumulação capitalista no capitalismo periférico fora configurada a partir da abundância do uso da mais-valia absoluta. Esse fato se justificava seja pela ausência de regulamentação das condições laborais, inclusive com o advento de formas de exploração forçadas — como a escravidão — respaldadas pela formação capitalista colonial na região. Esse processo histórico, segundo Marini (2017), foi preponderante para que se constituísse a possibilidade da condição estrutural que permitiu a constante remuneração do trabalhador abaixo do valor necessário para sua subsistência na periferia, ou seja, a superexploração.

O pesquisador alerta que há possibilidade de aumento da exploração a partir da simples intensificação do trabalho, como na regra geral, observada nos países de capitalismo central. Por outro lado, no caso da superexploração, a apropriação privada do trabalho é configurada de modo distinto. Pois, segundo o autor:

(...) o aumento do tempo de trabalho excedente sempre significa maior exploração da força de trabalho. Neste sentido, os trabalhadores das economias centrais se encontram submetidos a uma intensificação constante de sua exploração. No entanto, o maior grau de exploração pode corresponder a uma diminuição real do trabalho necessário, isto é, pode ser alcançado sem que a remuneração do trabalhador caia abaixo do seu valor, ou pode corresponder à extensão do trabalho excedente às custas do tempo de trabalho necessário para o trabalhador reproduzir o valor de sua força de trabalho – que é, em outras palavras, o tempo de trabalho necessário para criar um valor equivalente ao dos bens indispensáveis para a subsistência. Neste último caso, a força de trabalho estará sendo remunerado a um preço

inferior ao seu valor real, e o trabalhador não estará submetido apenas a um grau maior de exploração, mas será também objeto de uma superexploração. Ambos os casos são radicalmente diferentes entre si. (MARINI, 2017, p.173-174)

O autor explica que, como visto comumente nas economias centrais, o aumento do grau da exploração pode se dar através da ampliação do trabalho excedente, seja pelo tempo da jornada ou intensificação do trabalho. Também é possível obter o incremento do mais-valor pela diminuição real do tempo de trabalho necessário, como por exemplo, com a redução do valor das mercadorias necessárias para reprodução da força de trabalho. No entanto, para Marini (2017), há a possibilidade da produção de mais-valor através da apropriação de parte do trabalho necessário. Ou seja, quando o capitalista remunera o trabalhador abaixo do valor correspondente à reprodução das suas necessidades vitais. Nesse caso, este trabalhador estaria sendo exposto a uma superexploração.

Para Traspadini & Stédile (2005 p.35) a superexploração seria uma forma de exploração *sui generis*, na qual, de modo estrutural, “o pagamento de salários não permite ao trabalhador, sequer, reproduzir adequadamente sua vida, muito menos a de sua família”. Ainda segundo ambos os autores,

A superexploração é um mecanismo particular desenvolvido pelos capitalistas da América Latina para reverter sua perda de lucro na relação de dependência com o mundo, quando o mesmo mecanismo se caracteriza pela centralização do poder nas mãos dos grandes mandatários do capital, provenientes das economias tecnologicamente mais desenvolvidas (TRASPADINI & STÈDILE, 2005 p.34).

Para comprovar sua investigação, Marini (2017) apreende o ciclo do capital no capitalismo dependente. Sobre o ciclo do capital nos países de economia central, Roberta Traspadini e João Pedro Stédile (2005 p.34) observam que mesmos subjugados pela exploração capitalista, os trabalhadores dos países desenvolvidos cumprem, em geral, tanto a função da produção quanto à função do consumo.

No entanto, para Marini (2005):

Na economia exportadora latino-americana, as coisas se dão de outra maneira. Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo (MARINI, 2005, p. 164).

Pelo fato de que nos países de economia dependente a produção, em geral conformada pelas *commodities*, ser orientada para o mercado externo, a classe trabalhadora local não se configurou na função de consumidora. Desse modo, o papel que ocupa a América Latina na divisão internacional do trabalho favorece para que não apenas os capitalistas nacionais operem a acumulação através da superexploração, como também permitem que os países imperialistas mantenham as relações mercantis desiguais, como também as relações de dominação política, sem prejuízo de terem seu poderio abalado.

Conforme Marini (2005):

A harmonia que se estabelece, no nível do mercado mundial, entre a exportação de matérias primas e alimentos, por parte da América Latina, e a importação de bens de consumo manufaturados europeus, encobre a dilaceração da economia latino-americana, expressa pela cisão do consumo individual total em duas esferas contrapostas. Quando, chegado o sistema capitalista mundial a certo grau de seu desenvolvimento, a América Latina ingressar na etapa da industrialização, deverá fazê-lo a partir das bases criadas pela economia de exportação. A profunda contradição que terá caracterizado o ciclo do capital dessa economia e seus efeitos sobre a exploração do trabalho incidirá de maneira decisiva no curso que tomará a economia industrial latino-americana, explicando muitos dos problemas e das tendências que nela se apresentam atualmente. (MARINI apud TRASPADINI & STÉDILE, 2005, p.165)

Em decorrência dessa dificuldade de lugar de subordinação que as nações dependentes ocupam perante o capital monopolista internacional, Marini (2005) identificou outro mecanismo de compensação: o subimperialismo. A inspiração para formulação do conceito se originou pela observação e pela análise da atuação das ditaduras militares na região, como forma de contornar ou compensar as perdas decorrentes das trocas desiguais promoviam um expansionismo capitalista, favorecendo as corporações do capital nacional, a partir da exploração e subordinação de nações com economias menos desenvolvidas, promovendo o desenvolvimento das exportações e do mercado interno, e ampliando o leque de acumulação do capital.

Segundo Traspadini & Stédile (2005):

O papel que as economias subdesenvolvidas executarão com relação às demais economias na mesma situação, a partir da forma como se estabelecerá a divisão internacional do Trabalho. Em outras palavras, a forma como os principais países do continente reproduzirão no interior de suas economias, e no jogo com as demais economias subdesenvolvidas, o mesmo mecanismo de dependência e exploração executadas pelos capitalistas dos países desenvolvidos com relação à América Latina. (...) O conceito de subimperialismo nos permite entender A forma com os capitalistas lidam com a dependência, bem como os mecanismos que estruturam para fazer das relações internacionais o espaço de compensação para as perdas dos lucros que poderiam ser ganhos no interior dessas

economias, mas que são transferidos para o centro tecnologicamente mais avançados. (TRASPADINI & STÉDILE, 2005, p.36)

Já para o Carlos Eduardo Martins (2013):

A Demanda Estatal e o consumo suntuário compensam em parte a restrição ao consumo das grandes massas, mas não são suficientes para atender à elevação da produtividade. O resultado dessa contradição seria a formação do que o autor [Marini] chama de Subimperialismo. Esse conceito designa o movimento de crescente exportação de mercadorias e de capitais por parte dos países dependentes para saltar os limites dos mercados internos. Para Marini, essa não é uma tendência absoluta, mas relativa, isto é o mercado interno continua crescendo de forma concentrada, mas a dinâmica de realização das mercadorias destina-se cada vez mais ao mercado internacional. (MARTINS, 2013, p. 243).

Assim, a partir do que fora exposto, o subimperialismo se conforma como mais um mecanismo que as economias dependentes operam para contornarem os limites impostos pela condição de subordinação política e econômica estabelecido pela condição de dependência. A partir da apreensão da teoria marxiana, sobretudo da categoria trabalho, Marini desenvolve uma interpretação da dependência estruturada pela superexploração, mecanismo pelo qual o capital periférico subjuga os trabalhadores da região, apropriando-se de parte do trabalho necessário, num movimento de não pagamento do valor real da força de trabalho, ocasionando, por sua vez, a degeneração das condições de subsistência da classe trabalhadora.

No último subitem apresentaremos dois autores que, junto com Ruy Mauro Marini, no mesmo grau de protagonismo, complementam o alicerce para a chamada teoria marxista da dependência: a socióloga, cientista política e economista Vânia Bambirra e o economista Theotônio dos Santos.

4.3 Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos: E os limites do desenvolvimentismo no capitalismo dependente

Vânia Bambirra (2013) contribuiu com diversas obras para a escola marxista da Dependência. A mais famosa delas, a qual vamos sucintamente apresentar neste item, foi *O capitalismo dependente latino-americano*. Escrito durante o exílio em 1970 e publicado pela primeira vez em 1972, o texto revela um estudo do processo histórico da formação da América Latina e de seu lugar e função no capitalismo global. Além disso, nesta obra, a autora constrói uma investigação acerca das similitudes da formação social entre vários países, na perspectiva de superação das interpretações desenvolvimentistas e, construindo, assim, uma análise das tendências e particularidades na região sob o enfoque marxista.

De início, Bamberger inaugura seu texto propondo uma discussão sobre o método. Sua interpretação da particularidade da América Latina, que, segundo a autora:

Se desenvolveu dentro do contexto da expansão e evolução do capitalismo mundial. Em função disso, assumiu formas específicas que, sem negar as leis gerais do movimento do sistema, configuraram no continente tipos específicos de capitalismo dependente, cujo caráter e modo de funcionamento estão intrinsecamente conectados à dinâmica que assume historicamente o capitalismo nos países centrais.(BAMBERGER, 2013. P.33.)

Ao identificar que o desenvolvimento das formações sociais latino-americanas desenvolveram-se mediante à direção do capitalismo monopolista, Bamberger (2013) converge para o entendimento de que esse dado não impede afirmar que esse desenvolvimento ocorreu orientado, também, por singularidades em seus processos locais. Esses processos singulares conduziram à conformação de tipos específicos de capitalismo dependente. Conforme pode ser observado:

A partir do pós-guerra de 1945, devido ao grande desenvolvimento das forças produtivas que a guerra permite concentrar na economia estadunidense – o que faz culminar o processo de monopolização, centralização e concentração da produção por parte das empresas multinacionais –, verifica-se nos países nos quais já havia começado, e iniciam e orientam a industrialização em vários países que até então ao tinha desencadeado este processo.(...) em ambos os casos, essas transformações estão relacionadas à aplicação dos investimentos das grandes empresas estrangeiras, particularmente as estadunidenses, no setor manufatureiro (BAMBERGER, 2013. P.33).

Para Bamberger (2013), o momento predominante na apreensão dessa configuração é o processo de industrialização da região. Neste aspecto, é possível encontrar uma cisão identificada, cronologicamente, a partir da Segunda Guerra Mundial, fato pelo qual se reorientam os processos de desenvolvimento capitalista na América Latina.

Assim:

A base material e o sentido ao qual se orienta a industrialização na América Latina são, desde então, fundamentalmente dados pelo capitalismo estrangeiro; e embora isso se realize a partir das condições existentes, isto é, tendo um mercado interno já reativamente estruturado, o referido capital reorienta este mercado em função das novas patas de consumo que o sistema permite desenvolver (BAMBERGER, 2013. P.33-34).

A partir desse pressuposto, a autora inicia seu estudo, observando os processos históricos de cada país da região, a fim de avaliar os movimentos desenvolvimentistas de cada localidade. Em contraponto às orientações cepalinas, (BAMBERGER, 2013, p.37) observa que os programas de desenvolvimento proposto pela CEPAL, na prática “se limitaram a desenvolver atividades mínimas”, ou “quase geralmente os resultados foram desalentadores”.

Mas jamais se discute a viabilidade objetiva de cumprir aqueles programas. Nesse sentido, a falência dos programas desenvolvimentistas são atribuídos, “mais a falta de competência dos governos em efetivá-los que à impossibilidade histórica de serem realizados”. Para a pesquisadora “os equívocos de muitas das interpretações sobre o processo de desenvolvimento latino-americano não se devem às limitações dos ‘dados disponíveis’ Mas, na verdade, “das deficiências das concepções metodológicas geralmente utilizadas que produziram teorias cujo objetivo é, no fundo e mais que nada, *justificar* certo tipo de desenvolvimento, em vez de tentar *explicá-lo*” (ibidem).

Segundo Bamberger (2013, p.38), para conduzir tal explicação “deve-se buscar definir novas categorias analítico-explicativas que sirvam de base, não propriamente de uma nova teoria de desenvolvimento, mas sim para uma teoria da dependência.” Desse modo, a dependência necessita ser definida e utilizada como:

Categoria analítico-explicativa fundamental da conformação das sociedades latino-americanas e, através delas, procuramos definir o caráter condicionante-concreto que as relações de dependência entre centro-hegemônico e países periféricos tiveram no sentido de conformar determinados tipos específicos de estruturas econômicas, políticas e sociais atrasadas e dependentes das sociedades (BAMBERGER, 2013, p. 38).

A crítica de Bamberger (2013, p.44) à CEPAL ocorre, principalmente pelo fato de que os teóricos do desenvolvimentismo “não compreendem que o ‘atraso’ dos países dependentes foi uma consequência do desenvolvimento do capitalismo mundial e, ao mesmo tempo, a condição desse desenvolvimento nas grandes potências capitalistas mundiais.” Visto que, “os países capitalistas desenvolvidos e os países periféricos formam uma mesma unidade histórica, que tornou possível o desenvolvimento de alguns e inexorável o atraso de outros.” Nesse momento, a autora analisa o processo histórico da expansão capitalista na América Latina, identificando as singularidades e similitudes em cada formação social a partir da constituição de dois tipos de estruturas.

A primeira são os países de tipo A, cujo desenvolvimento da indústria ocorreu antes da crise de 1929 e intensificaram a industrialização até a Segunda Guerra. A característica comum nestes países é o fato de que desenvolvimento industrial ocorreu a partir do desenvolvimento do setor agroexportador. Os países tipo A são: Argentina, Brasil, Chile, México, Colômbia e Uruguai. Por outro lado, configuram-se os países de tipo B que apenas iniciaram sua industrialização no pós-guerra, pela via do impulso externo direto dos grandes grupos monopólicos. Os países de tipo B são: Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, República Dominicana, Costa Rica, Honduras, Nicarágua, Peru, Venezuela, Equador e Cuba.

São várias as distinções observadas por Bamberger (2013) entre os tipos A e B. Os países de tipo A conseguiram desenvolver a economia a tal ponto que constituíram-se burguesias nacionais que, por sua vez, conduziram processos de disputas intraclasses pela direção política e econômica da nação. A configuração das frações de classes também foi distinta. Nestes países, em virtude do processo de industrialização e urbanização, foram constituídas classes médias que atuaram decisivamente na cena política. Os grupos nacionais disputaram o leme do Estado e configuraram projetos de desenvolvimento nacional.

Já os países de tipo B, integralizaram suas economias e desenvolveram suas indústrias no período do pós-guerra, já interferindo na direção dos oligopólios internacionais. A interferência internacional ocorreu num período em que a divisão internacional do trabalho estabelecesse o lugar dessas nações, em sua totalidade, determinadas pelos interesses do capital externo. A configuração de classe também ganha destaque pela hegemonia da burguesia agrário-exportadora e da diversificação na distribuição dos grupos sociais, favorecendo a conservação da população camponesa, devido a centralidade da matriz produtiva local.

De todo modo, seja nos países de tipo A ou tipo B, os impulsos de desenvolvimento, retardatários ou não, não foram suficientes. Ambos esbarraram nas condições desfavoráveis, próprias da configuração do capital monopolista e, por óbvio, da incontornável condição de dependência. De todo modo, os estudos de Bamberger (2013) serviram para expor as singularidades e similaridades dos países da região, a partir de uma apreensão estabelecida pelo método de investigação pautado pela observação dos processos histórico-concretos na região. A pesquisadora pôde enfatizar os limites do desenvolvimentismo e dos processos de libertação nacional que buscaram substituir às direções burguesas no leme das nações, a partir de um projeto de disputa com o capital externo imperialista, ao destacar que embora houvesse um real esforço de combate diante dos projetos sociais, a ausência do horizonte de superação do capital configurou-se na grande ilusão desenvolvimentista.

Theotônio dos Santos, um dos precursores da Teoria Marxista da Dependência, desenvolveu uma investigação criteriosa das bases materiais de uma economia periférica e a relação de dominação provenientes do desenvolvimento capitalista tardio nos países da América Latina. Os estudos do economista Theotônio dos Santos foram fundamentais para complementar a escola marxista da dependência. Suas obras *Socialismo ou Fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano*, publicado em 1972, assim como, *Democracia e Socialismo no Capitalismo Dependente* desenvolvem importantes estudos

acerca do desenvolvimento, do imperialismo, do Estado e da Democracia no capitalismo dependente.

Do mesmo modo que Marini e Bamberger, Theotônio dos Santos analisa a gênese da formação social da periferia. Em *Democracia e Socialismo no Capitalismo Dependente* o autor explica que a dominação imposta pelo processo da expansão do capitalismo da América Latina limitou a possibilidade do desenvolvimento independente da região.

Conforme Dos Santos (1991):

As leis internas do desenvolvimento de um capitalismo incipiente encontram uma maneira de inserção nas condições geradas no exterior pelo capitalismo hegemônico. Os elementos internos que *determinavam a passagem a uma etapa do desenvolvimento capitalista têm seu desenvolvimento condicionado pelas tendências da economia capitalista internacional, cuja dinâmica não controlavam*. As bases de um desenvolvimento capitalista local, geradas pela decadência da aristocracia agrária e mineira colonial e pelo progressivo rompimento das relações de produção escravagistas, não servem de sustento a um capital industrial cujo caráter incipiente o tornava incapaz de competir em um mercado mundial em formação, mas a uma nova burguesia comercial, agrária e mineira, que conserva muitas características do passado (DOS SANTOS, 1991 p.32 grifo nosso).

Em decorrência do condicionamento que algumas nações de capitalismo central impuseram no desenvolvimento do capitalismo de outras nações, foi estabelecida uma relação de dominação/dependência. Esta relação é que impede o pleno desenvolvimento, seja no plano econômico, seja no plano político — onde o Estado e o regime adquirem formas que se modificam determinadas e condicionadas às necessidades de reprodução do capital — nos países de capitalismo dependente. Ainda na obra *Democracia e Socialismo no Capitalismo Dependente*, Dos Santos (1991) esclarece que:

Se entendermos por dependência uma situação condicionante em que o desenvolvimento de alguns países afeta e modifica o funcionamento de outros países ou unidades socioeconômicas, dentro do desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista em escala mundial, podemos estabelecer em geral, que este fenômeno deve ser analisado em níveis distintos para captar toda a riqueza de determinações que encerra. (Idem, p.28).

Trata-se de fundamental observação o fato de que, como demonstrou o pesquisador supracitado, as relações de dependência e dominação, ainda que contraditórias, retroalimentam o próprio movimento de acumulação e produção de riqueza na sociedade capitalista. As formas e interesses distintos do capital são elementos da contradição do sistema de produção capitalista.

Em *Socialismo ou Fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano*, o mesmo autor desenvolve um balanço crítico do desenvolvimentismo, sobretudo

à luz da conjuntura latino-americana após os golpes que vigoraram após a década de 1960. No caso brasileiro, após o Golpe de 1964, as ideias desenvolvimentistas cepalinas são derrotadas. No entanto, apesar disso, o movimento de crescimento da economia brasileira ao final da década de 1960 e início da década de 1970, período conhecido como “milagre brasileiro” fez de algum modo renascer o debate sobre o desenvolvimentismo. Sobre este período que Dos Santos (2018) dedica seus estudos para explicitar a natureza contraditória da industrialização no capitalismo dependente.

Já de início, avalia que:

A imagem que a maioria dos cientistas sociais formou sobre a América Latina diz respeito a uma situação superada. (...) até o momento não se avaliaram nos devidos termos os efeitos dos processos de industrialização e de urbanização que se aprofundaram na última década, transformando progressivamente a América Latina, de agrária e camponesa, em uma região cada vez mais industrial e urbana. Tampouco se avaliou de forma devida a importância das novas classes que emergiram nos últimos anos, particularmente a burguesia industrial e o proletariado. (...) Além do mais, a luta pela industrialização é apresentada como uma luta anti-imperialista e revolucionária. Apesar de que em alguns países essa imagem possa ter sentido, para os países que alcançaram um maior grau de industrialização a partir dos anos 30 ela é completamente anacrônica. Nestes países, a industrialização e o capital estrangeiro se associam e se tornam progressivamente uma só realidade. Mas mesmo nos países de menor desenvolvimento industrial as coisas não são muito diferentes. Na maioria desses países as forças mais dinâmicas estão ligadas ao investimento industrial, principalmente a partir dos anos 50, e ali, mais do que em outras partes, é o capital internacional quem controla esses investimentos (DOS SANTOS, 2018, p.37).

Após a derrocada do desenvolvimentismo, com o advento dos golpes civis-militares muitos se discutiu acerca dos limites deste movimento. No entanto, segundo Dos Santos (2018), eram escassas as investigações que se defrontaram sobre a industrialização e urbanização ocorrida no período. Para o autor, havia a recorrência em configurar a industrialização da periferia enquanto um processo de confrontação ao imperialismo e ainda com características revolucionárias.

O pesquisador afirma que tal defesa não é possível. Nem nos países que iniciaram a industrialização no pré-1930, visto que a burguesia industrial nacional logo se coliga aos interesses externos; muito menos nos países de industrialização tardia, visto que, o processo de desenvolvimento industrial fora gerado e controlado, desde o início pelo capital internacional. Dessa forma, a esperança no papel libertador da industrialização vai “progressivamente desmoronando com a constatação de que a industrialização fez os problemas anteriores aumentarem e, ao mesmo tempo, criou novos problemas cujas causas se

tornam pouco a pouco evidentes” (2018, p.62). Por esse motivo, a categoria da dependência aparece como:

Um instrumento fundamental para análise da nossa realidade. Graças a ela, hoje em dia, podemos compreender que o desenvolvimento dos nossos países possui padrões específicos, dados pela situação de dominação à qual estamos submetida econômica, social e politicamente. Estes padrões específicos determinam um tipo de desenvolvimento dependente que se caracteriza por operar com critérios duplamente exploradores. (DOS SANTOS, 2018, P.62).

Essa natureza da burguesia dependente defendida por Theotônio dos Santos está também presente em outros autores que se debruçaram na tarefa da investigação da burguesia nacional. Vale aqui resgatar uma passagem do Sociólogo Florestan Fernandes na obra *Sociedade de Classes e o Subdesenvolvimento*. Florestan Fernandes (1981) investiga e esclarece que o papel, o caráter e a formação da burguesia nacional dependente limita sua atuação nos objetivos meramente econômicos, não possuindo, por natureza, quaisquer projetos políticos de libertação, agindo acaudilhado e orientado pelos interesses externos dos capitais externos.

A burguesia de uma sociedade capitalista subdesenvolvida concentra o melhor de suas energias, de seu talento e de sua capacidade criadora na luta por sua sobrevivência econômica. Apenas incidentalmente transcende esse plano, projetando-se historicamente como uma classe que domina e modifica o curso dos processos econômicos. Na verdade, seus interesses unicamente econômicos definem-se segundo esquemas emaranhados, instáveis e incertos que o chamado “egoísmo de classe” se alimenta de puras contingências econômicas e só se transfigura em política sob a pressão de imperativos de autodefesa num plano imediatista e mais ou menos estreito (FERNANDES, 1981, p. 89).

Da mesma forma, Dos Santos (2018, P.62) vai demonstrar que não havia qualquer perspectiva revolucionária ou libertadora nas burguesias nacionais, visto que estas se apoiam no incremento tecnológico obtido pelo processo de expansão industrial, como também de um sistema de novas relações sociais e econômicas “que lhes proporcionam um poder muito superior sobre a capacidade produtiva nacional, e conseqüentemente, sobre os demais setores da população” (ibdem). Além disso, há a absoluta integração destes setores do capital nacional ao imperialismo, visto que, o imperialismo deve:

Deixar de ser um enclave colonial-exportador, ao mesmo tempo em que se altera a divisão internacional do trabalho entre a produção de matérias-primas, por parte dos países subdesenvolvidos, e a produção de manufaturas, por parte dos países desenvolvidos. Frente ao crescimento industrial da América Latina nos anos 30 e às medidas protecionistas praticadas pelos governos da época, o imperialismo se dirige ao setor manufatureiro, integra-se à economia moderna e passa a dominar o setor

capitalista dessas economias. Esta é a nova realidade que se estabelece na América Latina (2018, P.47).

Da necessidade de produtos manufaturados à intervenção dos rumos internos, os países de capitalismo central, segundo Dos Santos (1991, p.33), impunham-se sobre os países dominados atuando sobre estes de forma a catapultar suas transformações, estabelecendo uma relação dialética e “gerando leis de movimento próprias que não as da acumulação capitalista pura, mas modificações destas, determinadas por esta posição subordinada e dependente na economia mundial”. (ibdem). Estas contradições, por sua vez, implicam diretamente, inclusive no modo como o Estado⁴⁹ nacional atuará de forma a constituir uma soberania plena⁵⁰ e moldará a democracia típica da região periférica e dependente.

Por isso, Theotônio dos Santos (1991) assegura que diante de tantas problemáticas de cunho social, político e econômico, não se pode esperar sequer a constituição de uma democracia solidificada e madura. Em suas palavras, Dos Santos afere que:

Não se podem ignorar também as bases materiais da democracia numa sociedade onde a soberania nacional encontra-se ameaçada permanentemente pela dependência; onde a contração de riqueza não somente entrega o poder de uns poucos a vida das grandes maiorias, como ao mesmo tempo, a marginalização de grandes massas sociais as excluem dos bens elementares e da participação cidadã mínima; onde os direitos humanos dessas massas de desempregado, marginalizados, oprimidos são conspurcados a cada dia. *Numa sociedade onde estas grandes questões continuam irresolutas, gerando uma permanente crise de legitimidade e de poder do estado, não se pode esperar a existência de uma democracia sólida* (DOS SANTOS, 1991, p.195, grifo nossos).

Como visto acima, pela via da industrialização, os interesses de classe da burguesia nacional periférica, logo se atrelam às necessidades e aos interesses externos do imperialismo, negando-se qualquer possibilidade a cumprimento de tarefas sociais de benefício comum ao conjunto da sociedade. Pelo contrário, no capitalismo dependente, configura-se o exercício de uma soberania restrita das nações periféricas, pela qual as burguesias locais, integradas ao capital imperialista atuam de modo a confirmar a degradação da vida social, na qual os subalternos são oprimidos e os trabalhadores superexplorados e condicionados a situações de vida cada vez mais degradantes.

Sobre esta soberania restrita presente no capitalismo dependente, o sociólogo chileno Jaime Osório Urbina (2014) observa que:

⁴⁹Para Jaime Osório (2014), o Estado é a condensação das relações de poder político que atravessa a sociedade mediante as quais determinados agrupamentos humanos (classes, frações e setores) impõe seus interesses, tanto por meios coercitivos quanto consensuais (p.186)

⁵⁰Osório (2014) diz que a soberania plena, por fim, remete à capacidade estatal de decidir com autonomia no interior e para o exterior, sem condicionamentos estabelecidos por outros Estados ou entidades. (Idem)”

O exercício restrito da soberania não restringiu, porém, o exercício de um férreo poder político por parte das classes dominantes latino-americanas tratando de impulsionar seus projetos. Isto foi possível porque tais projetos – das classes dominantes da periferia – mantêm fortes pontos de confluência com os interesses das classes dominantes do mundo central ou imperialistas (...) (OSORIO p. 190-191 grifo do autor).

Deste modo, é possível afirmar que a crise imposta pela desigualdade estrutural no capitalismo dependente, a partir de sua nova faceta inaugurada pela industrialização e urbanização, atravessa a esfera econômica e social, chegando a implicar no modo de reprodução do poder político e da soberania até às formas democráticas, restringindo-as para que a reprodução capitalista na periferia esteja em consonância com interesses do capital internacional.

Para superação dessa crise, as alternativas para um desfecho positivo não é indicado tentar contornar a realidade concreta da América Latina. A dependência na periferia é estrutural e condicionante da vida social, pois, do mesmo modo, foi estrutural e condicionante o processo capitalista imperialista que a forjou. Para superação, seria necessário ao pensamento social buscar “os componentes essenciais desta situação, de tal forma que descubram quais são as possibilidades de evolução que ela oferece”, visto que, “é somente em função dessas possibilidades que deve agir a liberdade humana, a responsável em última instância pela evolução da história da humanidade” (Dos Santos, 2018, p.75).

Enfim, em completa distinção das elaborações de Cardoso e Faletto, a dependência para Gunder Frank, Marini, Bamberger e Theotônio constitui-se, então, de modo como uma relação permanente de dominação do capital monopolista perante às nações periféricas. Tal qual o próprio capital, o capitalismo dependente manifesta-se de forma voraz nas mais variadas formas de organização da vida social, impondo a conservação do próprio subdesenvolvimento. Por tratar de uma categoria estrutural, produto e, ao mesmo tempo, condição da acumulação capitalista global, a dependência segundo os autores da Teoria Marxista da Dependência é incontornável nos marcos desta sociabilidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, pudemos constatar, no decorrer de nossa investigação, os antecedentes históricos que fizeram surgir a teoria marxista da dependência. Observou-se que a problemática do desenvolvimento e do subdesenvolvimento na periferia foram objeto de diversos esforços teóricos, das mais variadas matrizes metodológicas. Inicialmente resgatamos a conjuntura através da qual se conformaram a gênese das teorias da dependência, a partir do estudo das elaborações de três entidades que se debruçaram na investigação do desenvolvimento e do subdesenvolvimento a Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina e o Caribe — CEPAL, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB e o os partidos Comunistas, de orientação da Terceira Internacional, no caso brasileiro o Partido Comunista Brasileiro – PCB.

No estudo das elaborações cepalinas, constatamos que seu esforço inicial seguia no sentido de identificar as particularidades do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo latino-americano. Esta entidade considerava que as particularidades estruturais da formação social periférica eram condicionadas devido ao lugar específico que a América Latina se alojava, diante da totalidade da economia mundial. Esta condição periférica gerou, segundo a

CEPAL, a condição de subdesenvolvimento caracterizados por múltiplas insuficiências de produção, de serviços, de tecnologia e de consumo, as quais, de certa maneira, bloqueariam as possibilidades de desenvolvimento da região.

Ao estudar o programa nacional-desenvolvimentista da CEPAL, observamos as categorias e conceitos que tratavam da subordinação econômica dos países periféricos diante dos interesses estrangeiros, dirigidos pelo capital monopolista. O programa da CEPAL serviu de modelo para governos da região e como proposta de superação do subdesenvolvimento, o projeto estruturalista cepalino seria conduzido por Estado indutor, forte e dinamizador; que promoveria a industrialização da economia, no intuito de transformar as forças produtivas locais, criando o mercado de consumo interno, para romper as barreiras imposta pelas relações mercantis desiguais. Como sujeito desses projetos, a CEPAL defendia a constituição de um bloco político pautado por um pacto entre as classes na região.

No terreno nacional, as teses desenvolvimentistas cepalinas ganharam diversos adeptos. No caso brasileiro, foi acompanhada por grupos e entidades de intelectuais que pretendiam transpor o programa de desenvolvimento às particularidades de cada formação nacional. Verificamos que o ISEB foi uma importante instituição que aderiu ao projeto nacional-desenvolvimentista. A entidade concebia o papel do intelectual como um “agente de transformação” e identificava a industrialização como um ponto imperativo para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Do mesmo modo que a CEPAL, o projeto isebiano defendeu um amplo pacto de classes, que uniria a burguesia industrial, os setores urbanos e os trabalhadores que, em contraponto aos setores agrários e conservadores, formaria um bloco a ser liderado e coesionado pelo Estado soberano nacional para conduzir o desenvolvimento brasileiro.

O PCB figurou como a maior e mais influente organização política da classe trabalhadora na primeira metade do século XX. Seus teóricos e dirigentes, que empreenderam a tarefa de conduzir o Brasil à revolução socialista, identificaram as ideias desenvolvimentistas, naquele momento, como um ponto de apoio. A unidade partia, principalmente, da semelhante caracterização acerca da natureza do capitalismo na região. Os comunistas, em geral, entendiam que o país foi constituído a partir de um desenvolvimento capitalista atrasado, com, inclusive, relações semifeudais de produção. Orientados pelo *Comintern*, o PCB segue, então, rumo à defesa da necessidade da revolução burguesa no Brasil, como etapa anterior ao socialismo. Para isso, afirmavam a necessidade de construção de um bloco de enfrentamento ao capital estrangeiro, guiado pela recém-nascida burguesia industrial nacional, pelos segmentos urbanos representados e pela recém-formada classe

operária para condução do país ao desenvolvimento das forças produtivas, através de um extenso programa da industrialização. A revolução brasileira, para os comunistas, teria, inicialmente, o caráter capitalista.

Vale destacar a confirmação de que, embora majoritária, a proposta da revolução brasileira guiada pelo pacto classista não era unânime. Como visto, Caio Prado Júnior conduziu uma importante investigação acerca da natureza do capitalismo brasileiro, negando sua suposta condição semifeudal e defendendo que as tarefas da revolução burguesa não poderiam conduzir o país ao desenvolvimento, em virtude do local ocupado da região na divisão internacional do trabalho e da integração da burguesia nacional ao projeto imperialista. Os golpes ocorridos na região põem em crise o ideário desenvolvimentista, abrindo espaço para as formulações das escolas da dependência ele acaba por abrir os caminhos para as formulações vindouras da Escola da Dependência.

Identificamos duas escolas interpretativas da dependência: a primeira, caracterizada pelos estudos de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto; e a segunda, desenvolvida por André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos.

Através do estudo da teoria da dependência, formulada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto em sua obra clássica: *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*, constatou-se a crítica à interpretação cepalina do subdesenvolvimento e apresentação das teses da dependência-associada ou interdependência. Para Cardoso e Faletto, as bases teóricas da CEPAL, produzidas nas décadas de 1950 e 1960, pautaram-se pela influência da perspectiva histórico-estrutural, quando são observados e analisados os processos de desenvolvimento de determinadas regiões. Para os autores, a condição de dependência é resultado da formação colonial capitalista da América Latina e, em contraponto às elaborações cepalinas, defendem que, desde sua formação, os grupos e classes sociais periféricas já se atraíram política e economicamente aos interesses externos. A dependência seria resultado do processo histórico de formação social, e pode se apresentar seja economicamente, mas, de modo complementar, a partir da dominação política dos Estados nacionais periféricos aos Estados nacionais do centro capitalista.

Nesse sentido, verificamos que para os autores desta perspectiva, o estado nacional dependente, dirigidos pelos grupos locais, convivem com uma contradição permanente que, por lado, a busca pela autonomia e soberania econômicas, permanentemente, ao dilema de interesses contraditórios e por outro, a necessidade da subordinação às relações mercantis globais, operadas sob o domínio das grandes nações do capital, no intuito de conseguirem ganhos comerciais. Essa associação dos capitais internos com os grupos estrangeiros é o

elemento central do que defendem ser o *novo caráter da dependência*. Observamos que para Cardoso e Faletto, a Dependência, embora não podendo ser superada, poderia ser contornada através da capacidade política dos grupos nacionais ao negociarem melhores condições comerciais. Identificamos, ainda, que esse apelo à primazia da política, fundamental na análise de Faletto e Cardoso, refletem uma vinculação ao pensamento weberiano.

Finalmente, na última seção construímos uma investigação das elaborações dos autores vinculados à Teoria Marxista da Dependência. Observamos na obra de Gunder Frank, autor do texto *O Desenvolvimento do Subdesenvolvimento*, uma interpretação do subdesenvolvimento periférico que serviram com base para toda a escola marxista da dependência. Para Gunder Frank, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são dois pólos indissociáveis do capitalismo. A dependência seria fruto da expansão do capitalismo mercantil até sua fase monopólica. No entanto, apesar de Ruy Mauro Marini partir da quase totalidade das definições de Gunder Frank, observamos que neste ponto ocorre uma divergência. Embora o germe da dependência seja identificado, na herança colonial, a condição de dependência em si, é estabelecida somente a partir da maturidade do capitalismo industrial, que consolidou a divisão internacional do trabalho.

Como similitude, ambas as versões partem dos postulados desenvolvimentistas para afirmarem a condição de dependência na periferia. No entanto, como confirmamos na presente pesquisa, enquanto Cardoso e Faletto se apoiam, teórica e metodologicamente, nas bases weberianas, a teoria marxista da dependência, por outro lado, destaca-se por fundamentar suas teses a partir da teoria marxiana, sobretudo pela categoria trabalho. Constatamos que, tal qual Cardoso e Faletto, Marini identificou que em virtude da dependência, as nações periféricas eram postas numa situação de subordinação diante do capital monopolista internacional. Porém, Marini avança na aferição que, tendo seus ganhos financeiros prejudicados, as burguesias dependentes se utilizavam de mecanismos de compensação. O autor desenvolveu, então, a tese de que a dependência é estruturada principalmente pela recorrência da superexploração, mecanismo de compensação pelo qual o capital periférico subjuga os trabalhadores da região e apropriando-se de parte do trabalho necessário, negando o pagamento do valor real da força de trabalho. A superexploração tem consequências devastadoras, pelo fato de conduzir a mutilação das condições de vida e de subsistência da classe trabalhadora.

Além da superexploração, Marini identifica outro mecanismo de compensação: o subimperialismo. Em virtude dos resultados das trocas desiguais, o subimperialismo é o mecanismo de compensação que permite à burguesia nacional promover a expansão e

acumulação de capitais, pela via da exploração e subordinação de nações menos desenvolvidas, como alternativa para o crescimento das exportações, do mercado interno. Concluimos nossa pesquisa abordando os estudos de Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, autores que, junto a Marini, são reconhecidos como precursores da Teoria Marxista da Dependência. Ambos elaboraram estudos acerca dos limites do desenvolvimentismo e expuseram as contradições impostas pela condição de dependência aos países periféricos. Bambirra se debruça sobre a história das formações sociais dos países da América Latina e constituem dois grupos de países em desenvolvimento industrial. O primeiro grupo composto pelas nações que conseguiram industrializar-se antes de 1930; o segundo formado pelos países que se industrializaram apenas após o pós-guerra. Através do método histórico-dialético, a autora demonstra as particularidades e semelhanças na formação social destes dois grupos, além do modo pelo qual a dependência limitou o desenvolvimento.

Constatamos, ainda, que nos estudos das obras de Theotônio dos Santos o desenvolvimento pela via industrial jamais poderia representar algum alento à liberdade nacional. Dos Santos demonstrou que a industrialização, longe de conduzir ao desenvolvimento nacional, confere ampliação da dependência, pelo fato de que em virtude do processo de expansão capitalista as burguesias locais estão submetidas à dominação imperialista. Seja, no caso das nações periféricas — cujo desenvolvimento industrial ocorreu antes de 1930 —, pelo atrelamento e necessidade de auxílio e convênios com o capital externo para o desenvolvimento das forças produtivas, seja porque — no caso dos países de industrialização tardia — este processo ter sido gerido diretamente pelas corporações estrangeiras.

Verificamos que, em contraponto à tese da dependência elaborada por Cardoso e Faletto, a dependência para Gunder Frank, Marini, Bambirra e Theotônio constitui, então, uma relação permanente de dominação do capital monopolista. A condição de dependência reproduz e degrada a organização da vida social, impondo o permanente subdesenvolvimento. Assim, concluimos que para os autores da teoria marxista da dependência, a condição de dependência é incontornável e irreversível nos marcos desta sociabilidade. Podendo ser superada, apenas, através da superação do próprio capital. Por fim, afirmamos que nossa pesquisa partiu da apreensão dos fundamentos do desenvolvimento e suas implicações com a teoria da dependência. Logo, seus resultados não se esgotam nesta dissertação, pretendemos continuar aprofundando o estudo do objeto em pesquisas vindouras.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Aparecida Maria. **Nacionalismo e Democracia no Pensamento de Guerreiro Ramos**. 185.f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: [cp005622.pdf](#) . Acesso em 28/09/2019.

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo Dependente Latino-americano**. 2ª ed. Florianópolis: Insular. 2013.

BARAN, P.; SWEEZY, P. **Capitalismo Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2ª ed., 1974.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na Cepal — uma resenha**. in: CEPAL, Cinquenta anos de pensamento na Cepal /organização, Ricardo Bielschowsky; tradução de Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: Record, 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 2ª. Ed. rev., Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1995, p. 111.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos: **Do ISEB e da CEPAL à Teoria da Dependência** in: Caio Navarro de Toledo, org. *Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Editora Revan. 2005.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido**. IN: *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 47, nº 1, 2004.

DREIFFUS, René Armand. “1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe”. Vozes, 1981.

CARDOSO, Fernando Henrique, FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de uma interpretação sociológica**. 4ª ED. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CARDOSO, F H., and FALETTO, E. **Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina**. In SORJ, B., CARDOSO, FH.,and FONT, M., orgs. *Economia e movimentos sociais na América Latina* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. pp. 4-20. ISBN 978-85- 99662-59-5. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org/id/rjfv9/pdf/sorj-9788599662595-02.pdf>

CARDOSO, Fernando Henrique, **As Ideias e seu lugar. Ensaio sobre as Teorias do Desenvolvimento**. Cadernos CEBRAP nº 33. Petrópolis, 1980.

_____. **Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos**. São Paulo: *Revista de Economia Política*, vol. 15, nº 4 (60), outubro-dezembro/95. Disponível em: <https://rep.org.br/rep/index.php/journal/article/view/1263/1248> .acesso em 20 de Junho de 2020.

DOS SANTOS, Theotônio. **A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectiva**. Niterói: [s.n.], 1998. Disponível em: [TMD – Balanços e Perspectivas](#). Acesso em 19/08/2020.

DOS SANTOS, Theotônio. **Democracia e Socialismo no Capitalismo Dependente**. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

DOS SANTOS, Theotônio. **Socialismo ou Fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano**. Florianópolis: Insular. 2018.

FERNANDES, Florestan. **Brasil em Compasso de Espera**. São Paulo: Hucitec, 1980.

FERNANDES, Florestan **Sociedade de Classes e subdesenvolvimento**. Zahar. Rio de Janeiro. 1981.

FIORI, José, Luís. “**Para uma Crítica da Teoria Latino-Americana do Estado**” in *Em Busca do Dissenso Perdido: Ensaio Crítico sobre a Festejada Crise do Estado*, Rio de Janeiro, Insight, 1995.

FRANK, André Gunder. “**The developmento funder development**”. *Monthly Review*, vol. 18, nº 5, september, 1966- **Tradução livre de Samuel Campos. Disponível em: Q Desenvolvimento do subdesenvolvimento – GUNDER FRANK – Traduzido Acesso em: 20/08/2020.**

FURTADO, Celso. **A fantasia organizada**. In: *Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer: reflexões sobre e formação do Brasil**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, Celso. **Entre inconformismo e reformismo**. In: *Obra Autobiográfica*. Tomo III. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. **O subdesenvolvimento revisitado**. In: *Economia e Sociedade*. 1ª ed., Campinas, 1992.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**: São Paulo: Expressão Popular. 5ª ed. 2014.

IANNI, Octávio. **A Ditadura do Grande Capital**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

LUCE, Mathias. **Teoria Marxista da Dependência- problemas e categorias: uma visão histórica**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. **Memória**. São Paulo. 1992. Disponível em http://www.mariniescritos.unam.mx/001_memoria_marini_port.html. Acesso em 17/08/2020.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência** (1973). In: TRASPADINI, Roberta; Stédile, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. (orgs.). São Paulo: *Expressão Popular*, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 6º Ed. Florianópolis: Insular. 2017.

MALLORQUIN, Carlos. **Celso Furtado: um retrato intelectual**. São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p.28.

MANTEGA, Guido. **A economia Política Brasileira**. 3ª ed. Petrópolis, Vozes, 1985.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Dependência e desenvolvimento no moderno sistema mundial**. Buenos Aires: CLACSO. 2004. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20140310040949/DaRosaMartins.pdf> acesso em 25/07/2020.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX K. **O capital**. Crítica da Economia Política. Livro primeiro, TOMO 1. O processo de produção do capital. 2 Volumes. Série Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX K. **O capital**. Crítica da Economia Política. Livro primeiro. TOMO 2. O processo de produção do capital. 2 Volumes. Série Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996b.

NETTO, J. P. **Pequena história da Ditadura Militar**, São Paulo, Cortez. 2014.

OLIVEIRA, Francisco. **Celso Furtado: Formação Econômica do Brasil**. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). Introdução ao Brasil: um banquete no trópico. São Paulo: SENAC, 1999, p.317-333.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões. 2014.

PRADO Jr., Caio. **A Revolução Brasileira**, São Paulo, Brasiliense, 1966.

PREBISCH, R, (1947 [1991]). **Keynes: uma introdução**. São Paulo: Ed. Brasiliense.

PREBISCH, Raúl. “**O desenvolvimento econômico da América latina e alguns de seus Problemas principais**”. In: CEPAL, Cinquenta anos de pensamento na Cepal /organização, Ricardo Bielschowsky; tradução de Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: Record, 2000.

RANGEL, Ignácio. **O desenvolvimento econômico no Brasil** (1954). In: Obras Reunidas, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005, 1º vol. pp.39-126. IN: _____ Dualidade da básica da economia brasileira (1957), In: Obras Reunidas, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005, 1º vol., pp.285-354.

RODRÍGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio Soares de Arruda. **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa**. Serviço Social & Sociedade, n.112, v. 1, p. 672, out./dez., 2012.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.

SEGATTO, José Antonio. **Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB 1954-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SEGATTO, José Antonio; SANTOS, Raimundo. **A valorização da política na trajetória pecebista: dos anos 1950 a 1991**. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). História do Marxismo do Brasil. Vol. 6. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck **Formação Histórica do Brasil**. 9ª ed. Rio de Janeiro, civilização Brasileira, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Contribuição à história do PCB**. São Paulo: Global, 1984.

TRASPADINI, Roberta; Stédile, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. (orgs.). São Paulo: *Expressão Popular*, 2005.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: **O golpe contra as reformas e a democracia** in Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.13-28 - 2004. Disponível em Toledo 1964.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **“A ANL (Aliança Nacional Libertadora)”** In: MAZZEO, Antônio Carlos. (org.) **Corações vermelhas: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003.

WEBER, Max. **Ciência e política: Duas Vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2015.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol2. São Paulo: Editora UnB. 2004.

WEFFORT, F. **Desenvolvimento e Democracia: Hélio Jaguaribe e os Primeiros anos do ISEB**. IN: _____. Formação do Pensamento Político Brasileiro. São Paulo: Editora Ática, 2006.